UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SAÚDE

GRAZIELLE SCHEMES OLIVEIRA

A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA QUALIDADE DE VIDA URBANA: SANTA HELENA, LAGES/SC

GRAZIELLE SCHEMES OLIVEIRA

A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA QUALIDADE DE VIDA URBANA: SANTA HELENA, LAGES/SC

Dissertação de Mestrado vinculado ao Programa de Mestrado em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense, apresentado à Banca Examinadora de Defesa.

Orientadora: Dra. Lenita Agostinetto **Linha de pesquisa**: Condições da vida e Manejo ambiental.

FICHA CATALOGRÁFICA

GRAZIELLE SCHEMES OLIVEIRA

Dissertação intitulada "A influência do planejamento do uso e ocupação do solo na qualidade de vida urbana: Santa Helena, Lages/SC" foi submetida ao processo de avaliação e aprovada pela Banca Examinadora em 31 de março de 2017, atendendo as normas e legislações vigentes do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense para a obtenção do Título.

MESTRE EM AMBIENTE E SAÚDE

Dra. Lenita Agostinetto (PPGAS - Universidade do Planalto Catarinense)
Orientadora

Dra. Beatriz Nozari

Dra. Beatriz Nozari de Carvalno (Universidade do Vale do Itajai - UNIVALI)

Dra. Lucia Ceccato de Lima (PPGAS - Universidade do Planalto Catarinense)

Lione Sha Marelotta

Dra, Lisiane Ilha Librelotto (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC)

Dr. Tássio Dresch Rech (PPGAS - Universidade do Planalto Catarinense)

Dedico este trabalho aos meus pais Paulo Roberto e Ermelinda, às minhas irmãs Grace Kelly e Giselle, ao meu amado Pedro Henrique e ao meu noivo Laércio.

AGRADECIMENTOS

À Deus por me dar forças todos os dias e por suportar o meu cansaço em muitos momentos difíceis desta caminhada.

À minha família. Aos meus pais Betho e Ermelinda pela vida, pela amizade, pelo amor e por me ensinarem desde muito cedo que é preciso aprender todos os dias. Vocês são meus maiores professores. Às minhas irmãs Grace Kelly e Giselle por me incentivarem todos os dias a seguir a minha busca por conhecimento. Amo todos vocês!

Ao meu amado sobrinho, Pedro Henrique, por me encantar com a sua inteligência e por compreender todos os momentos que a titia não podia brincar com ele. Amo você meu anjinho!

Ao meu noivo Laércio, grande amigo e companheiro, pelo seu amor e por entender os meus momentos de ausência durante esses dois anos de curso, me incentivando e me apoiando em cada momento. Amo muito você! Ok.

Aos membros da banca. À professora Dra. Beatriz Nozari de Carvalho, por ter despertado em mim a paixão pela área de urbanismo e por ter aceitado participar deste processo desde o início. À professora Dra. Lisiane Ilha Librelotto, por todo ensinamento em minha graduação e por aceitar contribuir com o trabalho. À professora Dra. Lucia Ceccato de Lima por me incentivar a fazer este mestrado e por todo o carinho com que sempre me tratou. Ao professor Dr. Tássio Rech por todas as suas contribuições.

A todos os professores do Mestrado em Ambiente e Saúde, cada página dessa dissertação contém o aprendizado que cada um de vocês repassou. Em especial, quero agradecer a professora Dra. Ana Emilia Siegloch pelo incentivo e carinho e a professora Dra. Natália Veronez pela sua contribuição como trabalho.

Aos funcionários do programa de pós graduação. Em especial à Makhelly e a Thays pelo trabalho e presteza que sempre demonstraram.

Às minhas colegas e amigas Priscila Nunes e Sayonara Varela, vocês foram fundamentais em todo o processo. Obrigada pela amizade!

Aos membros do colegiado do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIPLAC por entender as minhas ausências nesta reta final. Em especial à professora e amiga Márcia Heck por sempre se mostrar disponível em me ajudar.

A todos os meus alunos de Arquitetura e Urbanismo pelo incentivo e pelas contribuições durante as nossas aulas.

Por fim, quero fazer um agradecimento especial à minha orientadora professora Dra. Lenita Agostinetto. Quero agradecer por toda a paciência demonstrada, por entender e se adaptar à minha disponibilidade. Obrigada pela amizade, pela preocupação, pelas palavras de incentivo e por compartilhar de maneira tão generosa o seu conhecimento.

As cidades têm a capacidade de fornecer algo para todos, apenas porque, e somente quando, elas são criadas para todos.

Jane Jacobs

RESUMO

O planejamento urbano é um processo importante para o ordenamento, uso e ocupação do solo e equilíbrio ambiental das cidades. A crescente urbanização e a falta do planejamento urbano podem desencadear problemas como falta de acesso a bens e serviços, infraestrutura urbana inadequada, segregação de espaços e implantação de moradias em áreas de riscos que podem interferir diretamente na qualidade de vida urbana da população. Esta pesquisa teve como objetivo geral estudar como o planejamento urbano e o uso e ocupação do solo influenciam na qualidade de vida urbana da população. Para isso, o primeiro artigo desta dissertação teve como objetivo realizar o levantamento da habitabilidade urbana e mapear o uso e ocupação do solo do bairro Santa Helena no município de Lages, SC e contrastar com o plano diretor vigente do município. Já o segundo artigo objetivou descrever a qualidade de vida urbana da população local com base nas condições de habitação, acesso a bens serviços e infraestrutura urbana tendo como referência o planejamento urbano do município. Esta pesquisa foi dividida em duas etapas: inicialmente, foi realizado um levantamento da habitabilidade urbana e mapeamento do uso e ocupação do solo. Para o mapeamento foi utilizada pesquisa documental através de mapas e projetos de aprovação do loteamento Santa Helena fornecidos pela Secretaria de Planejamento de Lages. Os projetos do bairro foram digitalizados e desenhados no programa AutoCAD® a fim de obter o mapa do loteamento original do bairro que foi sobreposto com imagens obtidas pela aerofotogrametria realizada pela Prefeitura do Município de Lages pelo programa ArcGIS® e contrastado com o anexo IV-B do Plano Diretor do município. O levantamento da condição de habitabilidade foi realizado a fim de caracterizar a área de estudo em relação à infraestrutura urbana do local e acesso à bens e serviços públicos,

observando-se a condição urbana, acesso à educação, saúde, lazer, limpeza urbana, abastecimento de água, energia elétrica e transporte coletivo do bairro. Em um segundo momento, foi realizada uma pesquisa de abordagem mista quantitativa e qualitativa onde foram realizadas entrevistas aos habitantes do referido bairro. As entrevistas foram feitas aos moradores do referido bairro de 346 residências selecionadas por conveniência a partir de uma população de 3.462 residências. A amostragem foi do tipo não probabilística por quotas devido a heterogeneidade da população do bairro necessitando-se estudar a qualidade de vida urbana da população sobre três diferentes quotas:(A) moradores de áreas regulares; (B) moradores de áreas de ocupação irregular ou informal e (C) moradores de áreas desafetadas pelo poder público municipal. A coleta de dados foi feita mediante aprovação pelo Comitê de Ética sob o número 1.530.595 e por intermédio do questionário Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) adaptado de Nahas (2006). O mapeamento demonstrou que 5,96% da área total do bairro está ocupada de forma irregular ou informal e atualmente está avançando sobre as áreas de recarga do Aquífero Guarani, representando 23,56% do total de área irregular levantada. Além disso, a pesquisa verificou que 5,65% da área total se constitui de ocupação de áreas desafetadas pelo Poder Público Municipal. Em relação ao levantamento sobre infraestrutura urbana e acesso a bens e serviços, 58,6% das ruas ainda necessita de pavimentação, não há tratamento de esgoto no local, sendo que parte deste depositado diretamente em córregos. Já na segunda parte da pesquisa, os resultados indicaram que em relação à variável habitação, os participantes atribuíram nota entre 6 a 10 para suas residências, sendo que a maioria dos participantes atribuíram menores notas quando a residência era do tipo alugada. Em relação à variável acesso a bens e serviços, 93,6% da população informou que utiliza a Unidade Básica de Saúde. Em relação ao lazer, a maioria dos respondentes informou não utilizar

as academias de ginástica (75,1%) e nem a quadra de esportes do bairro Na variável infraestrutura urbana, 94,2% dos participantes (88.7%). afirmaram que o serviço de varrição e/ou capina nunca é realizado. Para 40,5% dos respondentes, a iluminação pública não atinge todas as residências da rua, sendo atribuída nota 6 ou 7 para este serviço. Dos participantes entrevistados, 85,2% informaram que possuem tratamento de esgoto domiciliar. No entanto 70,0% dos moradores da quota B e 76,2% dos moradores da quota C informaram que não possuemtratamento e além disso, 60,0% dos moradores da quota B informaram que há deposição de lixo em áreas públicas e margens de córregos. Além disso, nas quotas B e C concentra-se o maior índice de participantes analfabetos e com ensino fundamental incompleto. A maioria (90,25%) da população dessas quotas possui renda familiar de até um salário mínimo. Ainda, possuem as residências com menores metragens quadradras (entre 55 e 75m²). E em relação às condições de saúde, a maior frequência de utilização da unidade básica de saúde se dá por essa população. Deste modo, percebe-se que que no local, há garantia de acesso ao atendimento de saúde e acesso à educação. No entanto, itens como condições de habitabilidade habitacional, espaços de lazer, condições de limpeza urbana, saneamento básico, iluminação pública e infraestrutura urbana, ainda necessitam de melhorias de reestruturação e aparelhamento urbanístico para o atendimento equitativo de todas as necessidades básicas da população. Ratificando que a falta de planejamento urbano no bairro e a dinâmica de uso e ocupação do solo urbano influencia diretamente na qualidade de vida urbana.

Palavras-chawe: Habitabilidade habitacional e urbana. Ocupação humana. Ordenamento territorial. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Urban planning is an important process for urban planning, use and occupation, and environmental balance. Increasing urbanization and lack of urban planning can trigger problems such as lack of access to goods and services, inadequate urban infrastructure, segregation of spaces and housing in areas of risk that may directly interfere with the quality of urban life of the population. This research had as general objective to study how the urban planning and the use and occupation of the soil influence in the quality of urban life of the population. For this, the first article of this dissertation had as objective to carry out the survey of the urban habitability and to map the use and occupation of the soil of the district Santa Helena in the municipality of Lages, SC and contrast with the current master plan of the municipality. The second article aimed to describe the quality of urban life of the local population based on the conditions of housing, access to services goods and urban infrastructure with reference to the urban planning of the municipality. This research was divided in two stages: initially, a survey of the urban habitability and mapping of the use and occupation of the soil was carried out. For the mapping, documentary research was used through maps and approval projects of the Santa Helena subdivision provided by the Planning Department of Lages. The neighborhood projects were digitized and designed in the AutoCAD® program to obtain the map of the original subdivision of the neighborhood that was overlaid with images obtained by the aerial photogrammetry performed by the Municipality of Lages by the ArcGIS® program and contrasted with the annex IV-B Of the Municipal Master Plan. The survey of habitability was carried out in order to characterize the study area in relation to the urban infrastructure of the place and access to public goods and services, observing the urban condition, access to education, health, leisure, urban cleaning, Of water, electric energy and collective transportation of the neighborhood. In a second moment, a quantitative and qualitative mixed approach research was carried out where interviews were carried out with the inhabitants of said neighborhood. The interviews were made to the residents of this neighborhood of 346 residences selected for convenience from a population of 3,462 residences. The sampling was nonprobabilistic by quotas due to the heterogeneity of the population of the neighborhood, needing to study the quality of urban life of the population on three different quotas: (A) residents of regular areas; (B) residents of areas of irregular or informal occupation and (C) residents of areas deprived by municipal public power. The data collection was done with approval by the Ethics Committee under number 1,530,595 and through the questionnaire Index of Quality of Urban Life (IQVU) adapted from Nahas (2006). The mapping showed that 5.96% of the total area of the neighborhood is irregularly or informally occupied and is currently advancing over the areas of recharge of the Guarani Aquifer, representing 23.56% of the total irregular area surveyed. In addition, the survey found that 5.65% of the total area consists of occupying areas that are affected by the Municipal Public Power. Regarding the survey on urban infrastructure and access to goods and services, 58.6% of the streets still need to be paving, there is no sewage treatment at the site, and part of it is deposited directly in streams. In the second part of the research, the results indicated that in relation to the housing variable, the participants assigned a score of 6 to 10 for their residences, with the majority of participants assigning lower grades when the residence was of the rented type. Regarding the variable access to goods and services, 93.6% of the population reported using the Basic Health Unit. Regarding leisure, most respondents reported not using gymnasiums (75.1%) or Sports court in the neighborhood (88.7%). In the variable urban infrastructure, 94.2% of the participants stated that the service of sweeping and / or weeding is never performed. For 40.5% of the respondents, public lighting does not reach all the residences of the street, being assigned a grade 6 or 7 for this service. Of the participants interviewed, 85.2% reported having sewage treatment at home. However, 70.0% of the inhabitants of the B quota and 76.2% of the inhabitants of the C quota reported that they do not have treatment and in addition, 60.0% of the inhabitants of the B quota reported that there is garbage deposition in public areas and banks Of streams. In addition, the B and C quotas concentrate the highest index of illiterate participants with incomplete elementary education. The majority (90.25%) of the population of these quotas has a family income of up to one minimum wage. Still, they have the residences with smallest square footage (between 55 and 75m²). And in relation to the health conditions, the greater frequency of use of the basic health unit is given by this population. In this way, it can be seen that on the spot, there is a guarantee of access to health care and access to education. However, items such as habitable housing conditions, leisure spaces, urban sanitation, sanitation, public lighting and urban infrastructure, still need improvement of urban planning and equipment for the equitable attendance of all the basic needs of the population. Ratifying that the lack of urban planning in the neighborhood and the dynamics of urban land use and occupation directly influence the quality of urban life.

Keywords: Housing and urban habitability. Human Occupation. Land use planning. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de localização do bairro Santa Helena, no município de Lages, SC	60
Figura 2	Mapa do loteamento original do bairro Santa Helena, Lages SC, contendo as quatro etapas de aprovação do projeto: Santa Helena I, Santa Helena II, Santa Helena III e Santa Helena IV e demarcação das áreas desafetadas do bairro.	72
Figura 3	Mapa de uso e ocupação do solo do bairro Santa Helena, Lages, SC.	75
Figura 4	Divisa mostrando a falta de infraestrutura e o descuido com o córrego que divide parte das etapas Santa Helena I e Santa Helena III, Lages, SC.	78
Figura 5	Mapa da infraestrutura urbana do bairro Santa Helena, Lages, SC.	79
Figura 6	Topografia acentuada de uma rua do bairro Santa Helena provocando a heterogeneidade dos passeios públicos.	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de lotes, área de lotes, área de ruas, área verde e área total de cada etapa de aprovação dos loteamentos Santa Helena, Lages, SC	70
Tabela 2	Área verde aprovada, área desafetada, lei de desafetação correspondente e área total desafetada em cada etapa do loteamento do bairro Santa Helena, Lages, SC	73
Tabela 3	Informações sociodemográficas dos participantes da pesquisa, moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC	111
Tabela 4	Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC referentes à variável habitação do questionário índice de qualidade de vida urbana (IQVU)	113
Tabela 5	Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referente à variável acesso a bens e serviços do indicador condições de saúde do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU)	117
Tabela 6	Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referente à variável acesso a bens e serviços do indicador condições de educação do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU)	119
Tabela 7	Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referente à variável acesso a bens e serviços do indicador espaços de lazer do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU)	122

Tabela 8	Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referente à variável acesso a bens e serviços do indicador serviços urbanos do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU)	124
Tabela 9	Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referentes à variável infraestrutura urbana do indicador condições de limpeza urbana do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU)	126
Tabela 10	Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referente à variável infraestrutura urbana do indicador condições de saneamento básico do bairro do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU)	129
Tabela 11	Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referente à variável infraestrutura urbana do indicador condições de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública do questionário Índice de qualidade de vida	
	urbana (IQVU)	132

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AEAA Áreas Especiais de Amortecimento Ambiental

AEIA Áreas Especiais de Interesse Ambiental

APP Área de Preservação Permanente

AUIC Área de uso institucional consolidada

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IQVU Índice de Qualidade de Vida Urbana

OMS Organização Mundial de Saúde

PDDT Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial

PDP Plano Diretor Participativo

PL Projeto de Lei

PNDU Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

SAG Sistema Aquífero Guarani

SEPLAN Secretaria do Planejamento de Lages

ZEIS Zonas Especiais de Interesse Social

ZRP Zona Residencial Predominante

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	33
2 REVISÃO DE LITERATURA	39
2.1 Qualidade de vida	39
2.1.1 Qualidade de vida urbana	41
2.1.2 Habitabilidade urbana	44
2.2 Planejamento urbano	45
2.2.1 Políticas públicas urbanas	48
2.3 Uso e œupação do solo	53
2.3.1 Ocupação irregular ou informal do solo	56
2.3.2 Áreas desafetadas por lei	59
2.4 Caracterização da área de estudo	60
CAPÍTULO I	62
RESUMO	62
ABSTRACT	63
1 INTRODUÇÃO	64
2 MATERIAL E MÉTODOS	67
3 RESULTADOS	69
3.1 Mapeamento do uso e ocupação do solo	70
3.2 Levantamento da habitabilidade urbana	77
3.2.1 Infraestrutura urbana	77
3.2.2 Acesso a bens e serviços públicos	82

4 DISCUSSÃO	83
4.1 Mapeamento do uso e ocupação do solo	83
4.2 Levantamento da habitabilidade urbana	90
4.2.1 Infraestrutura urbana	90
4.2.2 Acesso a bens e serviços públicos	93
5 CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS	95
CAPÍTULO II	101
RESUMO	101
ABSTRACT	103
1 INTRODUÇÃO	104
2 MATERIAL E MÉTODOS	107
3 RESULTADOS	110
3.1 Caracterização sociodemográfica da população	110
3.2 Descrição da variável habitação	113
3.3 Descrição da variável acesso a bens e serviços	116
3.3.1 Indicador: Condições de saúde	116
3.3.2 Indicador: Condições de educação	119
3.3.3 Indicador: Espaços de lazer	121
3.3.4 Indicador: Serviços urbanos	123
3.4 Descrição da variável infraestrutura urbana	125
3.4.1 Indicador: Condições de limpeza urbana	125
3.4.2 Indicador: Condições de saneamento básico do	bairro 128
,	

3.4.3 Indicador: Condições de serviço de abastecimento de	
energia elétrica e iluminação pública	. 131
4 DISCUSSÃO	. 133
4.1 Caracterização sociodemográfica da população	. 133
4.2 Descrição da variável habitação	. 134
4.3 Descrição da variável acesso a bens e serviços	. 136
4.3.1 Indicador: Condições de saúde	. 137
4.3.2 Indicador: Condições de educação	. 139
4.3.3 Indicador: Espaços de lazer	. 139
4.3.4 Indicador: Serviços urbanos	. 141
4.4 Descrição da variável infraestrutura urbana	. 142
4.4.1 Indicador: Condições de limpeza urbana	. 142
4.4.2 Indicador: Condições de saneamento básico do bairro	143
4.4.3 Indicador: Condições de serviço de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública	
5 CONCLUSÃO	. 145
REFERÊNCIAS	. 146
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO	. 151
REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO	. 155
APÊNDICES	. 164
ANEXOS	. 177

L

1 INTRODUÇÃO GERAL

O crescimento desordenado das cidades começa a tomar corpo a partir da Revolução Industrial. Esse período histórico é conhecido como o divisor de águas para o planejamento das cidades. A população começou a experimentar um crescimento sem precedentes históricos. Como consequência, a alta migração da população do campo para as zonas urbanas ocasiona um inchaço nas cidades que culmina no aumento populacional e em consequência na falta de moradias e inexistência de infraestrutura urbana (MATOS; BRAGA, 2013).

A crescente urbanização verificada na maioria das cidades dos países em desenvolvimento desencadeia problemas que causam inúmeros conflitos, como a falta de acesso a bens e serviços, infraestrutura urbana inadequada, segregação de espaços urbanos, uso e ocupação inadequa dos do solo e implantação de moradias em áreas de riscos. Essa realidade tem se propagado também para cidades de médio e pequeno porte (KAUFFMANN; DA SILVA, 2013).

O enfrentamento dessa crise urbana requer soluções articuladas que culminam no adequado planejamento urbano (VASSALO; FIGUEIREDO, 2010; HONDA et al., 2015). Neste sentido, o planejamento urbano objetiva, equipar, zonear e qualificar os espaços públicos, direcionando ao ordenamento urbano de modo a atender as demandas da população (HONDA et al., 2015). Portanto, o planejamento urbano deve ser pensado através de uma abordagem interdisciplinar, integrando processos sociais, econômicos e ambientais e deve articular representantes da sociedade civil e dos governos (VASSALO; FIGUEIREDO, 2010; CIDADE, 2013).

No Brasil, a crescente industrialização vivenciada a partir dos anos 30 trouxe como consequências, aumento significativo da população que se instalou em locais inapropriados e com infraestrutura inadequada,

contribuindo para a degradação ambiental da paisagem urbana e comprometendo a qualidade de vida da população (KAUFFMANN; DA SILVA, 2013).

Nesse processo de ocupação urbana, o crescimento das cidades foi acompanhado pelo aumento dos problemas urbanos. A visão puramente econômica da cidade fez surgir legislações que privilegiavam as áreas centrais e nobres das cidades, desconsiderando a maioria da população (MARICATO, 2011; MATOS; BRAGA, 2013).

Contudo, a partir dos anos 90, o planejamento urbano passa a adquirir uma visão participativa com vistas às ações que promovam a equidade urbana e a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização (ROLNIK, 2011; KAUFFMANN; DA SILVA, 2013).

O planejamento urbano de Santa Catarina seguiu a mesma sistemática nacional. Com o tempo, porém, passou a adotar uma prática regional adicionando as contribuições trazidas pelas Associações de Municípios, Fóruns Regionais e entidades de classes (THEIS et al., 2012). Deste modo, o processo de urbanização no estado foi mais lento do que o ocorrido em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, a partir da década de 90, a falta de dinamismo na economia associado à organização espacial do território catarinense fez com que esse processo fosse acelerado. Correntes migratórias oriundas, sobretudo do oeste e planalto catarinense em direção ao litoral agravaram os problemas urbanos (THEIS et al., 2012).

A mesma dinâmica de ocupação urbana também pode ser verificada em cidades de médio porte, como Lages, SC que presenciou um aumento considerável de migração da população rural dos municípios vizinhos. No entanto, o acesso à moradia e aos serviços públicos tornaram-se seletivos agravando a desigualdade social no município. A ocupação de áreas de risco,

muitas vezes associada a condições socioeconômicas precárias, culmina em situação de vulnerabilidade físico-ambiental e social (CIDADE, 2013).

Para minimizar essa situação, em 2001, o Ministério das Cidades aprovou o Estatuto das Cidades através da Lei Federal nº 10.257/2001, que estabelece normas de ordem pública e interesse social, que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2009).

De acordo com o art. 40 do Estatuto das Cidades, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Esse instrumento reforça a necessidade de cada município desenvolver métodos de normatização para regular a ocupação e uso do solo. Assim, até 2009, 87% dos municípios brasileiros com mais de vinte mil habitantes elaboraram ou revisaram seus planos diretores e os aprovaram na Câmara Municipal (DE OLIVEIRA, 2013).

Em Lages, o Plano Diretor foi aprovado em 21 de dezembro de 2007 e traz em sua redação os princípios e objetivos da política de desenvolvimento territorial, bem como diretrizes e estratégias para o ordenamento da ocupação do solo.

O Plano Diretor do Município de Lages estabelece o zoneamento da cidade de acordo com características próprias para o uso e ocupação do solo. Assim, de acordo com o uso do solo, podem existir impeditivos legais quanto à construção de edificações em alguns locais. Entre essas áreas, citam-se as Áreas Especiais de Amortecimento Ambiental – AEAA; Áreas Especiais de Interesse Ambiental – AEIA e Área de Preservação Permanente – APP e áreas verdes (LAGES, 2007).

Apesar do arcabouço legal impedir a ocupação dessas áreas, vários estudos em âmbito nacional, estadual e regional apontam para um crescimento significativo no número de residências instaladas, sobretudo em

áreas de risco ou áreas de APP (RIBEIRO; MENDES; PINTO, 2012; LOPES et al., 2013; MAZZOLLI; EHRHARDT-BROCARDO, 2013; SILVA, 2013). O censo 2010 aponta que atualmente no Brasil 84,36% da população total reside em áreas urbanas, desse percentual, cerca de 50% vivem em aglomerados subnormais. Além disso, 66,9% do total de domicílios localizados nessas áreas encontram-se às margens de córregos, rios ou lagos / lagoas ou pertence a uma unidade de conservação (BRASIL, 2011).

Segundo o Censo 2010, em Santa Catarina, 5,5% da população ocupa irregularmente o solo urbano. Desse percentual, cerca de 12% ocupa margens de rios ou APPs. A ocupação nestas áreas favorece a degradação ambiental, uma vez que se constituemem importantes áreas para manutenção dos recursos hídricos e biológicos.

A ocupação irregular de áreas de APP ou de interesse ambiental também ocorre na cidade de Lages, que possui em parte de seu território o Sistema Aquífero Guarani (SAG), importante reservatório de água doce subterrânea (ALBUQUERQUE FILHO et al., 2012). Além disso, uma área considerável de recarga do SAG encontra-se ocupada irregularmente, e portanto, vulnerável à contaminação (MAZZOLLI; EHRHARDT-BROCARDO, 2013).

Essa problemática evidencia a importância de estudos pautados no desenvolvimento sustentável, já que promove um ambiente ecologicamente equilibrado, além de ser um papel do Estado, é condição fundamental para garantir qualidade de vida (HONDA et. al., 2015; (PERES; CHIQUITO, 2012).

Neste aspecto, a qualidade de vida de uma população depende de fatores como acesso a certos bens e serviços: emprego, renda, educação, saúde, habitação, transporte público, saneamento básico, alimentação adequada, espaço público de lazer, qualidade do ar e da água entre outros

(ADRIANO et al., 2000). No presente estudo, qualidade de vida será abordada sob a ótica da qualidade de vida urbana, cujo conceito envolve o bem-estar social, qualidade ambiental, desenvolvimento sustentável, exclusão social e vulnerabilidade social (NAHAS, 2006).

Para mensurar a qualidade de vida urbana, muitos autores têm utilizado o índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) como ferramenta de estudo. No entanto, em Santa Catarina, poucas ainda são as pesquisas que associam qualidade de vida urbana com o planejamento urbano, uma vez que estão diretamente relacionados. É comum, no entanto observar estudos que abordam planejamento urbano considerando outros fatores, tais como, qualidade ambiental, mobilidade urbana, transporte público, ocupação irregular do solo, e outros temas intrínsecos ao planejamento das cidades.

Especificamente no caso da cidade de Lages torna-se fundamental discutir e problematizar sobre este assunto, já que, segundo o Censo 2010, a taxa de urbanização encontra-se atualmente em 98,2%, superando grandes centros urbanos como Florianópolis com taxa de 96,2% e Joinville com 96,6% (IBGE, 2011).

Além disso, Lages concentra em boa parte do seu território o Sistema Aquífero Guarani (SAG)No município, o Bairro Santa Helena, recorte espacial deste estudo, temboa parte de seu território sobre o SAG cuja ocupação urbana do local tem avançado sobre esse sistema. Deste modo, é fundamental estudar o uso e a ocupação do solo nesta região, bem como, conhecer as condições de habitabilidade urbana e a qualidade de vida urbana local uma vez que o bairro corresponde a uma área importante na manutenção e preservação de um sistema de interesse de âmbito municipal e estadual.

Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar como o planejamento urbano e o uso e ocupação do solo urbano influenciam na qualidade de vida urbana da população. Assim, esta pesquisa tem como

relevância científica ampliar discussões sobre o papel do planejamento urbano na promoção da qualidade de vida urbana da população e ratificar a problemática envolvendo o uso e ocupação do solo, sobretudo em áreas ambientalmente vulneráveis, e a dualidade existente entre dois direitos fundamentais e constitucionais: o direito à moradia e o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado.

Além disso, a pesquisa também contribui em âmbito municipal trazendo um aporte de informações relevantes que poderão ser úteis para o processo de revisão e aperfeiçoamento do Plano Diretor Municipal que já está em vigência desde 2007 sem passar por nenhum processo de atualização até o presente momento.

A seguir serão apresentados a revisão bibliográfica sobre a temática e dois artigos produzidos com os resultados desta pesquisa. O primeiro artigo teve como objetivo realizar o levantamento da habitabilidade urbana e mapear o uso e ocupação do solo do bairro Santa Helena no município de Lages, SC e contrastar com o plano diretor vigente do município. O segundo artigo, por sua vez objetivou descrever a qualidade de vida urbana da população local com base nas condições de habitação, acesso a bens serviços e infraestrutura urbana tendo como referência o planejamento urbano do município.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Qualidade de vida

A qualidade de vida é um conceito permeado por diversas interpretações podendo ser abordado sob diferentes aspectos envolvendo indicadores que mensuram felicidade e satisfação pessoal, condições de vida ou estilo de vida, porém, muitos autores ainda tendem a associar o termo como sinônimo de saúde (TEIXEIRA; DOS SANTOS, 2012; CAMPOS; RODRIGUES NETO, 2014).

Nas diferentes áreas de estudo, o conceito de qualidade de vida possui significados distintos e específicos. Para a sociologia, qualidade de vida está associada ao atendimento das necessidades de cada indivíduo, para a economia diz respeito ao padrão de vida e, para a medicina, é a razão entre saúde e doença, associada a um estilo de vida saudável (SUSNIENE; JURKAUSKAS, 2015).

Etimologicamente, "qualis" (latim) significa o modo de ser característico de alguma coisa, podendo assumir características tanto positivas quanto negativas. Contudo, o termo qualidade de vida costuma ser associado a algo predominantemente positivo (TEIXEIRA; DOS SANTOS, 2012). A conceituação positivista aplicada ao termo qualidade de vida está intimamente relacionada ao grau de satisfação pessoal encontrado na vida amorosa, social, familiar e ambiental. A simbiose desses elementos resultaria num padrão de conforto e bem-estar preestabelecido por determinada sociedade (MINAYO et al., 2000).

A qualidade de vida pode ser definida como a percepção do indivíduo em relação aos seus objetivos, expectativas, valores e preocupações que consideram a saúde física, o estado psicológico, as relações e as crenças pessoais e sua relação com o meio em que está inserido. É portanto, a

avaliação do indivíduo em um contexto cultural, social e ambiental (SUSNIENE; JURKAUSKAS, 2015). O ambiente tem sido considerado um fator determinante na saúde, sendo necessário ponderar os impactos sociais, econômicos e ambientais que interferem nas condições de saúde de uma determinada população (BARTON; GRANT, 2013).

Nesta perspectiva, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como o bem estar físico, psíquico e social de cada indivíduo. Portanto, o termo qualidade de vida tem sido usado para substituir a ideia de que saúde refere-se somente a ausência de doença (CAMPOS; RODRIGUES NETO, 2014).

O atendimento às necessidades elementares do homem como alimentação, acesso a água potável, habitação, educação, saúde, lazer e trabalho estão associadas ao padrão de qualidade de vida positiva. Por outro lado, exclusão social, violência e desemprego são reconhecidos como a negação da qualidade de vida. O atendimento ou não a es tes itens podem ser mensurados, quantificados e qualificados traduzindo-se num índice que afere a qualidade de vida (MINAYO et al., 2000).

A OMS, através do Programa Cidades Saudáveis, incluiu a premissa do Planejamento Urbano Saudável como um dos principais temas a serem desenvolvidos pelas cidades (BARTON; GRANT, 2013).

O movimento Cidades Saudáveis surgiu no Canadá em 1978 buscando implementar o planejamento urbano como instrumento regulatório no desenvolvimento das cidades para que promovam a qualidade de vida para todos (DE SOUZA; SOARES, 2014).

A OMS instituiu 12 itens a serem atendidos pelas cidades saudáveis, dentre eles destacam-se àqueles diretamente relacionados ao ambiente como: acesso a moradia e à instalações de boa qualidade (relacionado à educação, lazer e cuidados com a saúde), segurança, ambiente atraente, com níveis de

ruído aceitáveis e com boa qualidade do ar, acesso à agua e ao saneamento básico, e ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável (BARTON; GRANT, 2013).

O efeito do ambiente local sobre os indivíduos é uma vertente importante a ser considerada. O planejamento urbano das cidades tem uma forte relação sobre os riscos e benefícios para o bem estar da população (BARTON; GRANT, 2013). A condição urbana distingue o ambiente urbano através da disposição física ou morfológica da qualidade estética, da infraestrutura urbana, da miscigenação social e cultural de seus moradores e pela sustentabilidade do ambiente urbano (HAYEK et al., 2015).

A paisagem natural das cidades tem sido substituída pelo meio artificial e todo o aparato urbanístico decorrente desse processo. Essas transformações precisam ser acompanhadas de análises que busquem verificar as condições de bem estar em que os moradores encontram-se inseridos (ARAÚJO; CÂNDIDO, 2014). Assim, é crescente o interesse nos estudos que realizam investigações a partir de indicadores que objetivem mensurar importantes aspectos da qualidade de vida urbana nas cidades (KRAN; FERREIRA, 2006; HAYEK et al., 2015).

2.1.1 Qualidade de vida urbana

No macro conceito de qualidade de vida, a qualidade de vida urbana (QVU) envolve os conceitos de bem-estar social, desigualdade social, desenvolvimento sustentável, exclusão social e qualidade ambiental (NAHAS et al., 2006).

O conceito de qualidade de vida urbana surge a partir das discussões propostas na década de 60 sobre Indicadores Sociais. Nesse período, o descontentamento quanto ao progresso econômico pressionou o governo a

desenvolver indicadores que pudessem avaliar profundamente a situação socioeconômica apresentada. Entre as décadas de 70 e 80, o conceito de qualidade de vida urbana surge como intermediário aos conceitos: "qualidade de vida" e "qualidade ambiental". Deste modo, a QVU preocupava-se em mensurar os problemas socioambientais decorrentes da rápida expansão urbana (NAHAS et al., 2013).

A proposição de uma metodologia para mensurar a qualidade de vida urbana começa a ser discutida a partir de 1994 na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. A Secretaria de Planejamento deste município formou uma equipe multidisciplinar cujo objetivo era orientar o direcionamento dos investimentos públicos, além de avaliar a gestão setorial e regional (KEINERT et al., 2015).

A partir desses estudos, construiu-se o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU). Em sua primeira versão, foi composto por indicadores que expressavam a oferta de serviços e recursos urbanos de 11 setores: Abastecimento Alimentar, Assistência Social; Cultura, Educação, Esportes, Habitação, Infraestrutura Urbana, Meio Ambiente, Saúde, Segurança Urbana e Serviços Urbanos. Na segunda versão, a variável Assistência Social foi retirada do IQVU já que passou a fazer parte do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) (NAHAS et al., 2006).

O IQVU exige a inclusão de três elementos fundamentais: equidade, qualidade ambiental e sustentabilidade do desenvolvimento humano. A dimensão equidade, mensura o acesso da população aos bens e serviços urbanos e representa as aspirações individuais de cada cidadão, a sua formação cultural, as necessidades econômicas, as deficiências e limitações físicas, geográficas e de relacionamento, entre outras (GOMES E ZAMBAM, 2011; NAHAS et.al., 2006). A qualidade ambiental envolve os aspectos socioambientais e ambientais urbanos. Já a dimensão sustentabilidade do

desenvolvimento humano, trata da justiça social e o do desenvolvimento econômico, do atendimento das necessidades básicas e da garantia à população dos direitos humanos, civis, políticos, sociais, econômicos e ambientais (NAHAS et al., 2006).

O IQVU é considerado uma medida de acesso espacialaos serviços urbanos disponíveis, tornando-se fundamental na tomada de decisões pelo planejamento urbano. Com ele, é possível identificar quais as deficiências apresentadas em determinada região e determinar o recurso necessário para suprir essas necessidades. O meio urbano é o foco do IQVU que busca mensurar a oferta de bens e serviços como indicador de qualidade de vida. A partir dessa visão, estreita-se a relação entre o IQVU e a formulação de políticas públicas municipais, já que a partir do índice, é possível verificar a melhor distribuição dos recursos públicos nas cidades (NAHAS et al., 2006; DE AVELAR ESTEVES; NAHAS, 2013).

O IQVU aborda temas referentes à oferta de serviços de Abastecimento Alimentar, Cultura, Educação, Esportes, Habitação, Infraestrutura Urbana, Meio Ambiente, Saúde, Segurança Urbana e Serviços Urbanos. O índice é composto por 71 indicadores quantitativos e qualitativos agrupados em 28 componentes que apresentam 10 variáveis que ajustam-se conforme a necessidade de cada região (DE AVELAR ESTEVES; NAHAS, 2013). Deste modo, a partir do surgimento do IQVU em 1996 em Belo Horizonte, outros autores fizeram uso deste instrumento adaptando-o a especificidade da região pesquisada, são exemplos, Nilander e Da Silva (2004) na cidade de Barcarena, PA e Silva (2013) em Porto Velho, RN. Em ambos os trabalhos citados, os autores utilizaram a metodologia descrita por Nahas (2006) adaptando-a a cada região de estudo.

Assim, ajustando-se os indicadores do IQVU conforme a necessidade de cada região, estes poderão contribuir para aprofundar e

enriquecer o conhecimento e a interpretação sobre cada local, possibilitando melhorias na implementação de políticas públicas (KRAN; FERREIRA, 2006).

2.1.2 Habitabilidade urbana

O conceito de habitabilidade é um conceito amplo que varia da escala individual à escala coletiva. Inicialmente, esse conceito era aplicado somente à escala da unidade habitacional que objetiva mensurar o conforto térmico da edificação baseado em aspectos como boa ventilação e boa iluminação. Além dessa abordagem mais quantitativa, mensura os aspectos psicológicos relacionados ao sentir-se bem em um determinado espaço (MOURA, 2014).

Já o conceito de habitabilidade urbana pressupõe uma abordagem mais abrangente e sistêmica, no sentido de pertencimento e de usufruto da cidade. Analisa a moradia através de sua relação com a cidade, verifica a condição urbana do espaço em que se insere essa edificação. Avalia também como se dá a oferta e o acesso da população à rede de infraestrutura urbana e o acesso aos bens e serviços públicos (SILVA; SCOCUGLIA, 2015).

Assim, o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) quantifica a qualidade de vida da população a partir dos indicadores de habitabilidade urbana. Para melhor compreensão do tema é necessário definir o conceito de infraestrutura urbana e o conceito de bens e serviços públicos.

Segundo o Estatuto das Cidades, a infraestrutura urbana se constitui no conjunto de equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

No entanto, a definição sobre bens e serviços públicos, não fica clara nem mesmo no Estatuto das Cidades. O art 2°, inciso V, estabelece que o município deve ofertar equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais. A partir desse conceito, pode-se inferir que os bens e serviços públicos são todos os equipamentos públicos que servem às necessidades básicas da população. Corroborando com esse entendimento, a construção do IQVU incluiu o conceito como bens de cidadania, que inicialmente foi descrito por Cheibud e Locke (2002) como todos os direitos civis e políticos, como tradicionalmente entendidos, além de direitos sociais - um mínimo de condição para uma vida decente – além de condições para obtenção de respeito, e afirmação da sua dignidade.

Assim, a noção de exclusão socioespacial não denota somente a falta de acesso aos bens e serviços que atendem as neces sidades básicas, mas também a ausência de acesso à segurança, justiça, cidadania e direitos civis e políticos.

2.2 Planejamento urbano

A urbanização tem sido observada, particularmente nas últimas cinco décadas, em países em desenvolvimento, resultado da aceleração do crescimento desses países. O crescimento econômico aliado ao aumento de oportunidades de emprego nos centros urbanos culmina em aumento populacional que demanda maior aparelhamento urbanístico das cidades (GUPTA; GOYAL, 2014). O processo de industrialização trouxe consigo o processo de globalização e assim, gradativamente as cidades engajaram-se sob uma nova perspectiva de ordenamento territorial sem planejamento do espaço urbano (MARICATO, 2011).

No Brasil, a taxa de urbanização, entendida como a percentagem da população da área urbana em relação à população total, até os anos 40 era de apenas 31,4%, em 1960 alcançava 44,7%, já em 1980 a taxa subiu para 67,6%. O levantamento demográfico feito em 1996 apontou um acréscimo de 12,1 milhões de habitantes urbanos, o que se reflete na elevada taxa de urbanização (78,4%) (IBGE, 2011). Assim, o período compreendido entre 1940 e 1980, marca um movimento intenso no crescimento das cidades, onde a população passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana (ROLNIK, 2011).

O significativo aumento da concentração de pessoas nas cidades influencia, e compromete a qualidade de vida dos citadinos (ARAÚJO; CÂNDIDO, 2014). O censo 2010 aponta que atualmente no Brasil 84,36% da população total reside em áreas urbanas, desse percentual, cerca de 50% vivem em áreas de aglomerados subnormais, ou seja,

um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes (barracos, casas, etc.), em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou dens a (COHEN et al., 2004).

À medida que as cidades se expandem, maior é a demanda biofísica empenhada nesse processo. Os impactos ambientais, como a poluição sonora, do ar, da água, e do solo, causados pela urbanização, exigem que os planejadores das cidades possuamconhecimento ecológico para implementar ações mitigadoras de tais impactos (GUPTA; GOYAL, 2014).

A questão ambiental pode ser controlada até certo ponto pelo ordenamento territorial, contudo, ao planejador cabe analisar o espaço urbano tomando como premissa a sustentabilidade (GUPTA; GOYAL, 2014). O tema ambiental, portanto, tem caráter transdisciplinar, pois envolve multiplicidade de áreas do conhecimento empenhadas em apreender o espaço

urbano como um todo (STEINBERGER, 2011). Assim, o meio ambiente surge como uma temática unificadora que incita uma visão holística sobre o espaço social e o espaço natural (ACSELRAD, 2011a; STEINBERGER, 2011).

A variável ambiental, entendida como os recursos naturais, o patrimônio natural e cultural e o conhecimento de práticas sociais, começa a ter destaque a partir dos anos 80 nas questões que envolvem o planejamento urbano (PERES; CHIQUITO, 2012). Em 1990, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), estabeleceu amplo debate objetivando associar o desenvolvimento à proteção ambiental. A partir de então, estes conceitos passaram a ser abordados de maneira unificada (GOMES; ZAMBAM, 2011).

A agenda 21 em 2002, fomentou ainda mais as discussões sobre as políticas urbanas com vistas à sustentabilidade ambiental. Mesmo que evidenciados os problemas decorrentes do desenvolvimento das cidades, percebe-se que atualmente um crescente número de cidades voltam-se ao conceito de "cidade sustentável", ainda que utilizem de tal recurso com o propósito de atrair mais investimentos e tornarem-se mais atrativas (ACSELRAD, 2011b).

O documento produzido pela Agenda 21 Brasileira, introduziu a dimensão ambiental no planejamento urbano das cidades destacando a premissa de "crescer sem destruir". A sustentabilidade urbana fundamentase, portanto, na tríade: ambiente, sociedade e economia. Assim, "uma vida urbana enriquecida" se dá pela redução dos impactos ambientais, sociais e econômicos ampliando a qualidade de vida urbana da população (STEINBERGER, 2011).

Assim, o planejamento urbano atual está direcionado sob a ótica da qualidade de vida do homem e do seu meio (DE OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007).

Portanto, o planejamento urbano objetiva ordenar, articular e equipar o espaço de maneira racional, ordenando o território a determinados usos e funções tornando-se instrumento de discussão entre os diversos atores da cidade, com vistas a manter o equilíbrio das suas múltiplas funções (HONDA et al., 2015).

A multifuncionalidade e o uso eficiente dos espaços urbanos, surgem, como premissa ao planejamento urbano, envolvendo oferta de múltiplos serviços em determinados locais e uso eficiente dos espaços urbanos pressupondo organização espacial de tal forma que as funções da cidade operem de forma complementar umas às outras (AHERN, 2013).

Deste modo, planejamento urbano depende de uma soma de saberes sendo, portanto, de caráter interdisciplinar. Essa abordagem evoca para a cooperação e o intercâmbio de informações que visem abordar o objeto de intervenção de maneira integral. Assim, as ações que envolvem as discussões sobre o Plano Diretor e demais políticas públicas dos municípios estão pautadas a partir desse olhar sistêmico do planejamento urbano (LACERDA, 2013).

2.2.1 Políticas públicas urbanas

A década de 1980 no Brasil é evidenciada como um período em que as discussões sobre planejamento urbano parecem ter cessado. Dessa forma, o Estado pulverizou diversas políticas públicas que não estavam articuladas entre si, perdendo a visão integrada do território brasileiro (MARICATO, 2006; CANO, 2012; PERES; CHIQUITO, 2012; GOULART et al., 2013).

A dependência de recursos e a falta de autonomia municipal, reforçadas pela especulação imobiliária, fizeram com que a expansão urbana e, as políticas públicas permanecessem estagnadas até meados da década de 80 (SANTORO, 2014).

Neste contexto, as políticas públicas urbanas caracterizam-se pela capacidade financeira e técnica dos estados em gerenciar as ações, bem como gerenciar os recursos que são distribuídos de forma desigual durante o período de mandato dos governos (DO NASCIMENTO, 2010). Portanto, ao abordar políticas públicas aborda-se diretamente ao planejamento e às intervenções do estado no espaço urbano (NAMUR; BOEIRA, 2013).

As discussões sobre a implementação de políticas públicas em âmbito nacional intensificam-se ao final dos anos 80 com o Projeto de Lei 181 (PL) que irá originar mais tarde o Estatuto da Cidade. O PL 181 previa inicialmente o regulamento da expansão urbana reavaliando os processos de expansão vividos em décadas anteriores. Contudo, em 1992 durante a avaliação do Ministério da Ação Social, alguns artigos que regulavam a especulação imobiliária foram suprimidos (SANTORO, 2014).

O debate em torno da crescente segregação do espaço urbano, impulsionado por movimentos populares culminaram em alguns marcos regulatórios no âmbito do planejamento urbano. A Constituição Federal de 1988 traz um avanço significativo com a inclusão da função social da propriedade e da função social da cidade (MARICATO, 2006). Além disso, os movimentos populares que surgiram no final da década de 80 fizeram com que as políticas públicas passassema estabelecer a participação popular como requisito para a tomada de decisões sobre o planejamento das cidades (DA SILVA et al., 2013).

No entanto, esses avanços sofreram algumas perdas em função da mercantilização urbana, já que tornou-se dispensável incluir a participação

popular na discussão sobre a implantação de grandes empreendimentos ou grandes projetos. Além disso, o cenário desse período restringiu o gasto público aumentando a privatização dos serviços públicos (DE OLIVEIRA, 2013a). Assim, a implementação de políticas públicas na década de 80 e 90 foi marcada por um processo ambíguo. De um lado, a pressão popular por uma participação mais efetiva nas decisões sobre a expansão urbana, e de outro, a forte pressão financeira e política que ainda pautava a cidade num modelo excludente e espoliativo (ROLNIK, 2013).

A mobilização social, impulsionada pelos debates durante o período que antecedeu a construção da Constituição de 1988, teve progressos quando inseriu os artigos 182 e 183 na Constituição de 1988 constituindo o capítulo de Política Urbana (ROLNIK, 2011). A Constituição de 1988 definiu ainda, o Plano Diretor Participativo (PDP) como o instrumento básico para o desenvolvimento urbano dos municípios.

Deste modo, o Plano Diretor deve ser pensado com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das cidades. Portanto, planejar as cidades através dessa perspectiva refere-se a promover o seu desenvolvimento, qualificando-as para atender aos anseios de seus moradores, bem como, diminuir os impactos ambientais, sociais e econômicos no espaço urbano (STEINBERGER, 2011). No entanto, o maior desafio encontrado é articular os diversos atores e as múltiplas dimensões envolvidas nesse processo, já que o Plano Diretor deve promover a aglutinação de ideias nas dimensões políticas, sociais e técnicas (LACERDA et al., 2011).

A formulação de tais políticas públicas no Brasil dá um salto qualitativo 13 anos depois com a aprovação do Estatuto da Cidade através da Lei Federal nº 10.257 de 2001 (MARICATO, 2006). O Estatuto da Cidade estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da

propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2009).

Apesar da preocupação em articular políticas públicas includentes, o processo de implementação foi mais lento e menos articulado do que o esperado (ROLNIK, 2011). Várias propostas foram sugeridas visando a criação de uma política pública urbana em âmbito nacional. No ano 2000, especialistas e lideranças sociais apresentaram o Projeto de Moradia que visava minimizar a segregação espacial vivenciada pela alta especulação imobiliária que permeava as discussões sobre planejamento urbano. Esse documento foi o marco inicial para a criação, em 2003, do Ministério das Cidades (MARICATO, 2006).

Durante a 1ª Conferência Nacional das Cidades, em 2003, o Ministério das Cidades, definiu como Princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) o Direito à Cidade. O Direito à cidade é entendido como o direito garantido a todos os brasileiros à moradia digna, à terra urbanizada, ao saneamento ambiental, ao trânsito seguro, à mobilidade urbana, à infraestrutura e aos serviços e equipamentos urbanos de qualidade, além de meios de geração de renda e acesso à educação, saúde, informação, cultura, esporte, lazer, segurança pública, trabalho e participação (BRASIL, 2003).

Para o Ministério das Cidades, é fundamental que as cidades promovam a universalização do acesso ao ambiente saudável. Essa premissa sustenta-se na necessidade de garantir respeito aos direitos humanos relacionados à vida urbana de forma sustentável (BRASIL, 2003).

A efetivação das ações do Ministério das Cidades se deu no ano de 2005 com a campanha para elaboração dos Planos Diretores Participativos em todos os municípios do país (GOULART et al., 2013; ROLNIK, 2013).

O artigo 43 do Estatuto da Cidade prevê a gestão democrática da cidade, assim, determina que ocorram audiências, debates e consultas públicas para efetivar a participação popular durante o processo de elaboração dos Planos Diretores (ROLNIK; PINHEIRO, 2004; BRASIL, 2009). A participação é considerada requisito fundamental para a promoção de um desenvolvimento que considera as dimensões sociais, políticas e econômicas e contribui para o comprometimento e a construção de propriedade por parte dos cidadãos. Além disso, é fundamental para a promoção da justiça social levando em conta o contexto socioeconômico em que cada população está inserida (BARTEN et al., 2011).

O planejamento urbano, portanto, deve ser compartilhado com os cidadãos para que estes assumam e comprometam-se com o todo processo (ROLNIK; PINHEIRO, 2004). Contudo, a eficácia da aplicação do Plano Diretor dependerá substancialmente da vontade política dos diversos atores envolvidos (MOREIRA, 2008).

O planejamento urbano inicial na maioria das cidades catarinenses seguiu modelos prontos de outras cidades. Em termos legais e urbanísticos, buscava-se o adensamento urbano, a verticalização e a centralização das atividades num único núcleo (MAYR, 2012). Essa configuração espacial culminou numa organização desigual do território catarinense, a industrialização orientou as políticas públicas para a modernização da infraestrutura urbana (THEIS et al., 2012).

Numa análise crítica e generalizada, percebe-se que os Planos Diretores ainda não cumpriram sua missão de promover a equidade do espaço urbano, ou porque legitimaram algumas ações excludentes ou porque foram incipientes ao instaurar somente regras de parcelamento do solo. O contexto das cidades é por vezes muito mais complexo e dinâmico do que as políticas públicas conseguem abarcar (DE OLIVEIRA, 2013a).

As Leis de Uso e Ocupação do Solo, por vezes, tomaram a centralidade do debate sobre os Planos Diretores, constituindo-se o instrumento que poderia solucionar ou minimizar a questão da segregação urbana. No entanto, vários planos não enfrentaram as questões sociais efetivamente, ou porque esbarraram em limitações de recursos humanos, ou porque os planos ficaram desconectados com a realidade, ainda pautados numa visão tecnicista ou, porque a participação popular não ocorreu. Assim, na maioria dos casos, o Plano Diretor limitou-se a estabelecer diretrizes para o parcelamento e ocupação do solo urbano não contemplando a variável social expressa como direito pelo Estatuto da Cidade que assegura qualidade de vida urbana a população (JÚNIOR, 2004; ROLNIK, 2011; DE OLIVEIRA, 2013b).

2.3 Uso e ocupação do solo

As cidades devemconfigurar-se num modelo de gestão democrática, distribuição justa e igualitária do solo urbano e de acesso aos bens e serviços, garantindo o direito dos citadinos à participação política nas decisões sobre a cidade, quando observadas pela ótica da Constituição Federal e do Estatuto das Cidades (DE MIRANDA, 2011). Por outro lado, a Lei 6766/79 que dispõe sobre o parcelamento do solo, ainda abre brechas que permitem a valorização imobiliária (SANTORO; BONDUKI, 2013).

A Lei 9785 de janeiro de 1999 altera alguns artigos da Lei 6766/79 incluindo parágrafos que procuram coibir a valorização imobiliária dos terrenos, além de incluir artigos que buscam a inclusão social do espaço urbano. Assim, os Planos Diretores aprovados atualmente apresentam instrumentos de regulação urbanística estimulando a produção de Habitação

de Interesse Social ao incluir as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS (DA SILVA et al., 2013).

As Zonas Especiais de Interesse Social são áreas destinadas prioritariamente à implantação de assentamentos habitacionais de populações em situação de vulnerabilidade social (CARDOSO et al., 2008). Apesar da inclusão das ZEIS nos Planos Diretores de muitos municípios, estes ainda não promoveram a articulação e a implementação de programas que atendam ao grupos vulneráveis (DE OLIVEIRA, 2013b).

Além da implantação das ZEIS, os Planos Diretores Municipais propuseram outras regulações urbanísticas de parcelamento do solo. Sendo assim, toda e qualquer ocupação que esteja em desacordo com o que rege o Plano Diretor de cada município, será considerada ocupação irregular do solo (DE BHANTHUMCHINDA PORTELA; DE OLIVEIRA, 2013).

No Município de Lages, especialmente, o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial – PDDT estabelece normas específicas de uso e ocupação do solo para determinadas áreas. Entre elas, citam-se: Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS; Áreas Especiais de Amortecimento Ambiental – AEAA; Áreas Especiais de Interesse Ambiental – AEIA; Área de Preservação Permanente – APP; Unidades Especiais de Requalificação Urbana – UERU e áreas verdes (LAGES, 2007).

As AEIA destinam-se ao cumprimento das legislações e diretrizes de preservação do patrimônio cultural e ambiental. Elas podem ser subdivididas em: Áreas Especiais de Proteção do Ambiente Natural; Áreas Especiais de Preservação e Revitalização do Ambiente Cultural e Áreas Especiais de Requalificação Ambiental. O Bairro Santa Helena, local estudado nesta pesquisa, possui boa parte do seu território em área de recarga e afloramento do Aquífero Guarani que tem formação geológica do subsolo, constituída por rochas permeáveis, que possibilita o armazenamento de água

em seus poros ou fraturas (ALBUQUERQUE FILHO et al., 2012). Assim, o artigo 77 do PDDT de Lages inclui o Aquífero Guarani como área pertencente a uma AEIA delimitando um programa de gerenciamento das atividades de impacto específico para o local (LAGES, 2007).

Portanto, a ocupação irregular do Aquífero Guarani implica na possível contaminação dos mananciais de água, já que o equilíbrio dos processos geomorfológicos (taxas de infiltração de águas pluviais) podem sofrer consequências desastrosas com as ações do homem e os sistemas naturais podem ser facilmente desestabilizados. Assim, promover a conservação da complexidade destas áreas torna-se requisito para a manutenção da biodiversidade (VARJABEDIAN; MECHI, 2013).

Neste sentido, as AEIA ajudam a preservar a biodiversidade desempenhando papel fundamental na melhoria das condições de habitabilidade das cidades além de promover benefícios que buscam enriquecer a qualidade de vida das populações residentes nas áreas lindeiras (GUPTA; GOYAL, 2014).

Em relação as Áreas de Preservação Permanente, instituídas no capítulo II da Lei 12651 de 25 de maio de 2012 institui, constituem-se em territórios legalmente protegidos, cobertos ou não por vegetação nativa, podendo ser públicos ou privados. Cabe a cada município decidir como irá incluir as APPs em seus planos diretores. No zoneamento do PDDT do município de Lages, as Áreas Especiais de Interesse Ambiental incluem todas as APPs constantes no referido município.

Ainda com relação ao zoneamento, o PDDT de Lages institui as UERU, que são faixas "non aedificandi" existentes ao longo dos córregos urbanos com setores urbanos consolidados ou em processo de urbanização. Essas áreas destinam-se a promover um processo de requalificação dos

córregos urbanos promovendo a preservação ambiental e a valorização da paisagem natural (LAGES, 2007).

Por fim, é preciso conceituar e definir as áreas verdes. A lei de parcelamento do solo prevê a destinação de espaços livres de uso público. Assim, pode-se conceituar área verde como os espaços públicos com vegetação, arborização, parques e praças (FREIRE et al., 2012). A quantidade de áreas verdes disponíveis à população é um requisito constante na avaliação da qualidade ambiental e na qualidade de vida urbana (MAZZEI et al., 2007). Neste contexto, as áreas verdes desempenham papel vital para a criação de zonas de conforto ambiental, já que minimizam os impactos causados pela poluição do ar, mantendo a característica do microclima local (CARRUS et al., 2015).

Assim, seguire aplicar o plano diretor das cidades e suas atribuições, respeitando as diferentes formas de ocupação do solo é de extrema importância para garantir a qualidade de vida urbana das populações. Entretanto o desrespeito a este instrumento culmina na ocupação irregular do solo e no desornamento urbano que acarreta em situação de vulnerabilidade socioambiental.

2.3.1 Ocupação irregular ou informal do solo

Historicamente, o processo de ocupação urbana do Brasil foi marcado pelo aumento dos problemas urbanos como favelização, segregação espacial, falta de saneamento básico. A visão puramente econômica da cidade fez surgir legislações que privilegiavam as áreas centrais e nobres das cidades, desconsiderando a maioria da população (KAUFFMANN; SILVA, 2005). A população não contemplada viu-se obrigada a ocupar os maciços dos morros, áreas verdes, e locais sem infraestrutura necessária à habitação,

contribuindo para a degradação ambiental da paisagem urbana e comprometendo a qualidade de vida da população (COHEN et al., 2004).

Os cenários da crise ecológica evidenciada por muitos autores relacionam cenários de instabilidade social e/ou política (VASSALO; FIGUEIREDO, 2010; ACSELRAD, 2011a; GOMES; ZAMBAM, 2011). Especialmente no Brasil, a ilegalidade da ocupação do solo atinge proporções desmedidas, implicando em uma série de aspectos negativos já que, na maioria dos casos, essa ocupação tende a ocorrer em ambientes frágeis, como beiras de rios, córregos ou encostas de morros geograficamente instáveis (MARICATO, 2006).

Entende-se por ocupação irregular ou informal qualquer forma de ocupação do solo urbano realizada sem licenciamento urbanístico, seja por empreendedores de instituições públicas e/ou privados, seja pelos próprios moradores, individual ou coletivamente (PINTO, 2007).

A ocupação irregular do solo configura-se como um dos principais problemas urbanos, são exemplos dessa problemática a desarticulação da malha urbana, insegurança, erosão, alagamentos, comprometimento dos mananciais de abastecimento de água e lençóis freáticos, ausência de espaços públicos de lazer e ausência de unidades de saúde, hospitais, creches ou escolas (PINTO, 2012).

Assim, ao observar as cidades, percebe-se que há duas realidades completamente opostas, de um lado, zonas bem estruturadas e com bom aparato urbanístico e de outro, áreas periféricas com traçados irregulares intercalando vazios urbanos caracterizando a desarticulação ocasionada pela ocupação irregular do solo. Esse quadro evidencia a relação direta entre o planejamento urbano e a falta de implementação de políticas públicas includentes (NAMUR; BOEIRA, 2013).

A diversidade de situações que afetam as populações que residem em áreas de ocupação irregular traz à tona a discussão sobre o conceito de vulnerabilidade social, pois apresenta múltiplas faces dando aberturas para tratar os cidadãos em suas individualidades, em família ou em comunidade, já que evidenciam as características dos indivíduos e suas relações com o meio em que estão inseridos (DA CUNHA, 2013). Portanto, define-se os grupos vulneráveis como aqueles que são incapazes de proteger seus próprios interesses (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007).

Dessa maneira, a vulnerabilidade social pode ser observada sob dois enfoques: o primeiro que se concentra nas condições biopsicossociais da população e sua capacidade de responder às questões ambientais, sociais, econômicas e culturais; e o segundo, que se concentra na condição perigosa em que algumas populações se colocam ou estão inseridos, referindo-se fundamentalmente à condição geográfica dos lócus em que ocupam (MARANDOLA JR; HOGAN, 2013). De todo modo, sob os dois aspectos, a ocupação irregular do solo traz como consequência primária a falta de infraestrutura urbana que atenda a essas populações forçando-as a instalaremse em áreas de risco geológico devido a mercantilização do espaço urbano estruturado (MARICATO, 2006; PINTO, 2012).

Portanto, compreender o conceito de vulnerabilidade social supõe compreender como gerenciar e propor novas políticas públicas (MONTEIRO, 2012), já que tais políticas devem ser pensadas como objetivo de suprimir episódios geomorfológicos de risco como os que ocorreram no Morro do Baú, no Vale do Itajaí em Santa Catarina em 2008 e na Região Serrana do Rio de Janeiro no réveillon de 2011. Em Santa Catarina, chuvas ininterruptas e enxurradas devastaram regiões inteiras, vitimando muitas pessoas alémdos prejuízos materiais incalculáveis. Na Região Serrana do Rio de Janeiro, bairros inteiros foram soterrados causando inúmeras vítimas e

deixando milhares de desabrigados. Em ambos os casos, a ocupação irregular de áreas vulneráveis foi o fator determinante para o acontecimento de tais episódios (CONCEIÇÃO, 2013).

Entretanto, devido ao rápido processo de urbanização, que culmin a na ocupação de áreas impróprias, e apesar do perigo oferecido pelo uso e ocupação das áreas irregulares, muitos destes espaços podem sofrer o processo de desafetação tornando-os passíveis de ocupação.

2.3.2 Áreas desafetadas por lei

A ocupação irregular de áreas públicas como áreas verdes, praças, ruas e prédios abandonados com a finalidade de moradia tem impulsionado os poderes públicos municipais a adotar a prática de desafetação destas áreas ocupadas.

Estas áreas ocupadas são consideradas como bens públicos, podendo ser divididas em três categorias: 1) de uso comum, como rios, mares, ruas e praças; 2) de uso especial como edifícios ou terrenos destinados a usos institucionais, independentemente da esfera; e 3) dominicais que são bens pertencentes ao Estado, mas que não possuem uso específico, tais como, prédios e terrenos abandonados. Os bens públicos dominicais, por se constituírem de propriedade já pertencente ao Estado, podem ser alienados (SOUZA; MURTA, 2015).

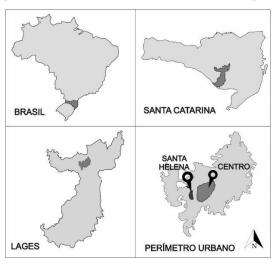
No entanto, bens que se constituírem como de uso comum ou uso especial, deve passar por um processo de desafetação para posterior alienação. O processo de desafetação é entendido como o ato administrativo pelo qual um bem público é desativado, deixando de servir à finalidade pública anterior (IMAGAWA, 2015). Ou seja, há a retirada de sua finalidade pública, transpassando-a para a categoria de bens dominicais.

2.4 Caracterização da área de estudo

O município de Lages localiza-se na região do Planalto Serrano do estado de Santa Catarina (27° 48' 50,34" S e 50° 06' 57,33" O). Apresenta clima mesotérmico com verões temperados, possuindo a temperatura média do mês mais frio abaixo de 11°C, e média pluviométrica anual de 1400 mm. Lages pertence à Unidade Geomorfológica Planalto de Lages, drenada pelo rio Canoas.

O bairro Santa Helena área pesquisada neste estudo, localiza-se na região centroeste do município de Lages, SC. O bairro delimita-se ao norte pelo Córrego Copacabana, afluente do Rio Carahá; ao sul pela Avenida Santa Catarina; ao leste por um córrego sem denominação, afluente do Rio Arroio Trinta; e a oeste pela Rua 8401 em direção à Avenida Santa Catarina (LAGES, 1993). A figura 1 apresenta a localização geográfica do Bairro Santa Helena.

Figura 1 - Mapa de localização do bairro Santa Helena, no município de Lages, SC.



Fonte: Produção do autor

O bairro Santa Helena foi escolhido como recorte espacial deste estudo, pois é o segundo maior bairro do município em extensão territorial e também porque possui boa parte do seu território em Zona de Afloramento do Sistema Aquífero Guarani (SAG). O SAG constitui num importante manancial subterrâneo de água doce do mundo para o abastecimento público e, em geral, a sua área de afloramento, na região citada, encontra-se mais vulnerável à contaminação, já que o crescimento urbano do bairro vem ocasionando a ocupação irregular de vários territórios, e muitos deles sobre o SAG.

O bairro tem pouco mais de quatro décadas de existência, e foi povoado principalmente por famílias vindas de outros municípios catarinenses, tais como, Capão Alto, Campo Belo do Sul, e Anita Garibaldi. Sua população é de 8.862 habitantes, conforme informado pelo censo de 2010, constituindo-se no terceiro maior bairro do município em número de habitantes possuindo 2925 domicílios. A maior parte dos domicílios é composto por residências de um ou dois pavimentos, mas o comércio local é bastante diversificado.

Duas escolas estaduais atendem ao bairro, além de um posto de saúde e uma creche. Embora seja atualmente um dos maiores bairros do município, ainda apresenta infraestrutura deficiente e baixas condições socioeconômicas (CENSO 2010).

CAPÍTULO I

Mapeamento do uso e ocupação do solo e levantamento da habitabilidade urbana em município da Serra Catarinense

RESUMO

A ocupação irregular ou informal de áreas de interesse ambiental podem produzir efeitos drásticos sobre a população e sobre as condições de habitabilidade urbana interferindo diretamente no direito de cada cidadão a cidade e a um ambiente ecologicamente equilibrado. Este capítulo teve como objetivo realizar o levantamento da habitabilidade urbana e mapear o uso e ocupação do solo do bairro Santa Helena no município de Lages, SC e contrastar com o plano diretor vigente do município. Para o mapeamento foi utilizada pesquisa documental através de mapas e projetos de aprovação do loteamento Santa Helena fornecidos pela Secretaria de Planejamento de Lages. Os projetos do bairro foram digitalizados e desenhados no programa AutoCAD® a fim de obter o mapa do loteamento original do bairro que foi sobreposto com imagens obtidas pela aerofotogrametria realizada pela Prefeitura do Município de Lages pelo programa ArcGIS® e contrastado com o anexo IV-B do Plano Diretor do município. O levantamento da condição de habitabilidade foi realizado a fim de caracterizar a área de estudo em relação a infraestrutura urbana do local e acesso à bens e serviços públicos, observando-se a condição urbana, acesso à educação, saúde, lazer, limpeza urbana, abastecimento de água, energia elétrica e transporte coletivo. As informações obtidas foram registradas por fotografías e anotações de campo e os dados analisados de forma descritiva. O levantamento demonstrou que 5,96% da área total do bairro está ocupada de forma irregular ou informal e

atualmente está avançando sobre as áreas de recarga do Aquífero Guarani, representando 23,56% do total de área irregular levantada. Além disso, a pesquisa verificou que 5,65% da área total se constitui de ocupação de áreas desafetadas pelo Poder Público Municipal. Em relação ao levantamento sobre infraestrutura urbana e acesso a bens e serviços, 58,6% das ruas ainda necessita de pavimentação, não há tratamento de esgoto no local, sendo que parte deste depositado diretamente em córregos. Tais resultados ratificam a falta de planejamento urbano no bairro e sua influência na habitabilidade urbana e na dinâmica de uso e ocupação do solo urbano.

Palavras-chave: Aquífero Guarani. Ocupação irregular. Planejamento urbano. Plano diretor.

ABSTRACT

Irregular or informal occupation of areas of environmental interest can produce drastic effects on the population and on urban habitability conditions directly interfering with the right of each citizen to the city and an ecologically balanced environment. The objective of this chapter was to survey the urban habitability and map the land use and occupation of the Santa Helena neighborhood in the municipality of Lages, SC, and to contrast with the municipality 's current master plan. For the mapping, documentary research was used through maps and approval projects of the Santa Helena subdivision provided by the Planning Department of Lages. The neighborhood projects were digitized and designed in the AutoCAD® program to obtain the map of the original subdivision of the neighborhood that was overlaid with images obtained by the aerial photogrammetry performed by the Municipality of Lages by the ArcGIS® program and

contrasted with the annex IV-B Of the Municipal Master Plan. The survey of the habitability condition was carried out in order to characterize the study area in relation to the urban infrastructure of the place and access to public goods and services, observing the urban condition, access to education, health, leisure, urban cleaning, Of water, electricity and collective transportation. The information obtained was recorded by photographs and field notes and the data analyzed in a descriptive way. The survey showed that 5.96% of the total area of the neighborhood is irregularly or informally occupied and is currently advancing on the areas of recharge of the Guarani Aquifer, representing 23.56% of the total irregular area surveyed. In addition, the survey found that 5.65% of the total area consists of occupying areas that are affected by the Municipal Public Power. Regarding the survey on urban infrastructure and access to goods and services, 58.6% of the streets still need to be paving, there is no sewage treatment at the site, and part of it is deposited directly in streams. These results confirm the lack of urban planning in the neighborhood and its influence on urban habitability and the dynamics of urban land use and occupation.

Keywords: Guarani aquifer. Irregular occupation. Urban planning. Master plan.

1 INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1980 e 1990, intensificou-se o movimento de migração da população do campo à cidade em busca de novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida (VASSALO; FIGUEIREDO, 2010; HONDA et al., 2015). A população instalou-se, sobretudo, nos arredores do

centro urbano, em loteamentos sem planejamento apropriado e desprovidos de infraestrutura urbana adequada (KAUFFMANN; DA SILVA, 2013).

O acesso da população à rede de infraestrutura urbana além do acesso aos bens e serviços públicos constitui-se numa prerrogativa fundamental para a manutenção da qualidade de vida urbana da população (CIDADE, 2013).

No entanto, o acesso às condições de habitabilidade urbana está diretamente relacionado ao poder aquisitivo, o que leva a população carente a ocupar áreas socialmente e ambientalmente vulneráveis, que são excluídas do mercado imobiliário regular, já que são regiões de encostas de morro, margens de rios e córregos (MARICATO, 2011).

Além da ocupação destas áreas de risco, as áreas verdes dos loteamentos e as áreas de preservação permanente dos municípios também surgem como opções para suprir a carência por moradia (RIBEIRO; MENDES; PINTO, 2012; LOPES et al., 2013; MAZZOLLI; EHRHARDT-BROCARDO, 2013; SILVA, 2013). Todas estas áreas são consideradas como áreas de interesse ambiental que são áreas caracterizadas pela predominância da fauna e da flora, devendo ser preservadas para proporcionar a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população (LAGES, 2007).

A ocupação irregular ou informal de áreas de interesse ambiental reforça o conflito fundiário existente entre dois direitos fundamentais e constitucionais: o direito à cidade e o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado (PINHO; FREITAS, 2013).

O Estatuto da Cidade direciona o ordenamento territorial numa lógica que proíbe a ocupação das áreas municipais de interesse ambiental com o intuito de preservar a biodiversidade local. No entanto, estudos apontam que a ocupação dessas áreas tem aumentado nas últimas décadas em todo o

país, sobretudo pela procura por habitações em áreas urbanas de melhor qualidade (BARROS, 2012; PINHO; FREITAS, 2013; LEÃO; DE SOUZA, 2016).

O bairro Santa Helena no município de Lages, SC, apresenta a mesma dinâmica de ocupação do solo urbano, e apresenta uma porção do seu território ocupado irregularmente sobre uma área de recarga do Aquífero Guarani.

O Aquífero Guarani se constitui numa importante reserva natural de água doce da América Latina, sendo formado por duas tipologias de rochas basálticas, a Formação Piramboia e a Formação Botucatu (ALBUQUERQUE FILHO et al., 2012).

O bairro Santa Helena apresenta rochas de formação Botucatu, que são rochas formadas por arenitos cuja principal característica é a alta porosidade (FERNANDES et al., 2012). Devido à alta porosidade, esta rocha absorve os resíduos líquidos presentes na superfície e através do processo de percolação, infiltram-se até atingir as camadas mais profundas do solo, levando ao risco de contaminação. Deste modo, é fundamental mapear e monitorar como se dá o uso do solo nesta região a fim de garantir a qua lidade da água subterrânea e a disponibilidade deste recurso para as gerações futuras (ALBUQUERQUE FILHO et al., 2012).

Além disso, desde sua fundação, o bairro Santa Helena, atraiu muitas famílias devido a facilidade de acesso ao centro urbano do município, ainda que a infraestrutura urbana apresentada fosse insuficiente para atender ao número de lotes previstos. O crescimento rápido e acelerado do bairro levou a ocupação informal das áreas de interesse ambiental do bairro, sem qualquer planejamento adequado.

A ocupação das áreas de interesse ambiental impulsionou o poder público municipal a desafetar uma parcela destas áreas ocupadas para

posterior doação aos moradores. O Plano Diretor aprovado em 2007 zoneou os diferentes espaços utilizando-se como critério os usos já consolidados pela comunidade, tais como: áreas de lazer, áreas institucionais e áreas de interesse social (LAGES, 2007).

A dinâmica de uso e ocupação do solo tem demonstrado que quanto mais as cidades se expandem, maior é a demanda biofísica empenhada nesse processo. Cabe ao planejador analisar o espaço urbano tomando como premissa a sustentabilidade (GUPTA; GOYAL, 2014). O tema ambiental, portanto, tem caráter transdisciplinar, pois envolve multiplicidade de áreas do conhecimento empenhadas em apreender o espaço urbano como um todo (STEINBERGER, 2011). Assim, as todas as transformações que o ambiente urbano sofre com o passar do tempo precisam ser acompanhadas de pesquisas que avaliem as condições de bem estar da população urbana (ARAÚJO; CÂNDIDO, 2014).

De acordo com o exposto, esta pesquisa teve como objetivo realizar o levantamento da habitabilidade urbana e mapear o uso e ocupação do solo do bairro Santa Helena do município de Lages, SC e contrastar com o plano diretor vigente do município.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta foi uma pesquisa de abordagem documental observacional descritiva, realizada no bairro Santa Helena, que localiza-se na região sudoeste do município de Lages, SC. O bairro delimita-se ao norte pelo Córrego Copacabana, afluente do Rio Carahá; ao sul pela Avenida Santa Catarina; ao leste por um córrego sem denominação, afluente do Rio Arroio Trinta; e a oeste pela Rua 8401 em direção à Avenida Santa Catarina (Figura 1) (LAGES, 1993).

A pesquisa foi dividida em duas etapas: mapeamento do uso e ocupação do solo do bairro e levantamento da habitabilidade urbana. Inicialmente, foi realizado o mapeamento do uso e ocupação do solo. Para isso, foi utilizada pesquisa documental em mapas e projetos de aprovação do loteamento Santa Helena fornecidos pela Secretaria de Planejamento de Lages (SEPLAN).

Os projetos do bairro Santa Helena aprovados e fornecidos pela SEPLAN foram digitalizados e desenhados no programa AutoCAD® a fim de obter o mapa do loteamento original do bairro. No programa ArcGIS®, o mapa do loteamento original foi sobreposto com imagens obtidas pela aerofotogrametria realizada pela Prefeitura do Município de Lages que está disponível na plataforma Geomais® Geotecnologia (2016) (Anexo I).

O mapa gerado pelo ArcGIS® foi exportado para o programa AutoCAD® e contrastado com o anexo IV-B do Plano Diretor do município (Anexo II). No mapa obtido, as formas de uso e ocupação do solo foram diferenciadas e identificadas em sete áreas: Zona Residencial Predominante – ZRP; Área Especial de Interesse Ambiental – AEIA; Área Especial de Amortecimento Ambiental – AEAA; Área de Uso Institucional Consolidada – AUIC; Zonas Especial de Interesse Social – ZEIS; Áreas Desafetadas por Lei – AD e Área de Ocupação Irregular ou Informal – AOI. Para quantificar o percentual de cada uma destas áreas no bairro, foi adotado como unidade de medida o metro quadrado a fim de estabelecer uma relação direta entre áreas não edificáveis e as áreas edificáveis.

A partir desse primeiro mapa gerado no programa ArcGIS®, foram produzidos mapas referentes a infraestrutura urbana e a hidrogeologia do bairro. O mapa sobre a infraestrutura urbana foi desenvolvido a partir de levantamento realizado em campo. Para a construção do mapa

hidrogeológico, foi utilizado como referência o Mapa Hidrogeológico de Santa Catarina disponível na plataforma GeoBank® GIS.

Para a criação de ambos os mapas descritos foram utilizados os programas ArcGIS® e AutoCAD® utilizando-se da mesma metodologia descrita anteriormente.

Na segunda etapa da pesquisa, foi realizado o levantamento da condição de habitabilidade do bairro santa Helena a fim de caracterizar a área de estudo em relação a duas variáveis: infraestrutura urbana do local e acesso a bens e serviços públicos.

O levantamento foi realizado entre os meses de junho a agosto de 2016 e foram coletadas informações sobre a infraestrutura e acesso a bens e serviços do bairro. Para isso, foram percorridas todas as ruas do local a fim de detectar a condição urbana de cada uma. Além disso, foram observadas as condições de acesso à educação, saúde, lazer, limpeza urbana, abastecimento de água, energia elétrica e transporte coletivo. Todas as informações obtidas foram registradas por intermédio de fotografias e anotações de campo, sendo analisadas de forma descritiva e comparadas com a literatura existente dando suporte para a discussão dos resultados.

3 RESULTADOS

Os resultados obtidos com a pesquisa foram apresentados em duas etapas: uma referente ao mapeamento do uso e ocupação do solo e a outra referente ao levantamento sobre habitabilidade urbana.

3.1 Mapeamento do uso e ocupação do solo

O mapeamento do bairro Santa Helena revelou que o mesmo teve origem a partir do parcelamento de solo de uma gleba com 1.367.317,83 m². O loteamento foi realizado em quatro etapas distintas: Santa Helena I, Santa Helena II, Santa Helena III e Santa Helena IV. Cada etapa de aprovação do loteamento Santa Helena possuía uma característica própria em relação ao número de lotes, área dos lotes e ruas, área verde e área total, conforme descrito na tabela 1.

Tabela 1 - Número de lotes, área de lotes, área de ruas, área verde e área total de cada etapa de aprovação dos loteamentos Santa Helena, Lages, SC.

Etapa loteamento	Nº lotes	Área lotes (m²)	Área ruas (m²)	Área verde (m²)	Área total (m²)
Santa Helena I	1328	47.8975,96	257.910,13	70.786,75	807.672,84
Santa Helena II	171	56.424,03	33.864,60	6.010,00	96.298,63
Santa Helena III	645	232.180,33	123.471,98	24.297,07	379.949,38
Santa Helena IV	158	58.525,35	21.693,24	3.178,39	83.396,98
Total	2301	82.6105,67	43.6939,95	104.272,21	1.367.317,83

Fonte: Produção do autor baseando-se nos projetos de aprovação de cada etapa do loteamento Santa Helena fornecidos pela Secretaria de Planejamento de Lages.

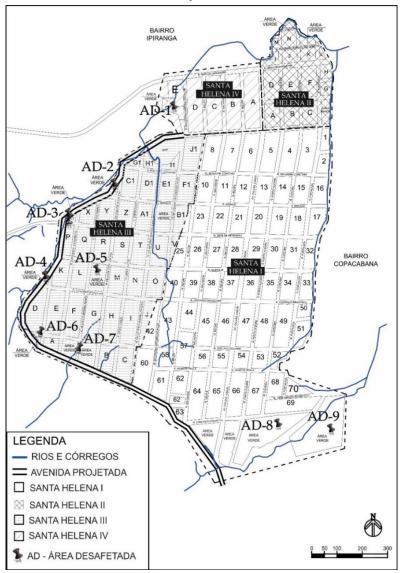
Em média, 62,3% das áreas totais das etapas do loteamento foram destinadas aos lotes, restando 37,7% de área para os arruamentos e áreas verdes (Tabela 1). Somente 3,8% da área total construída na etapa Santa Helena IV constituíram-se de áreas verdes, enquanto a etapa Santa Helena I apresentou um percentual de 8,8%. As etapas Santa Helena II e Santa Helena III destinaram, respectivamente, 6,2% e 6,4% de sua área total para as áreas verdes (Tabela 1).

Em sua maioria, os lotes foram parcelados com dimensões de 12 metros de largura por 30 metros de comprimento, salvo em quadras com recortes acentuados. Nestas quadras os terrenos resultaram em dimensões irregulares com metragem média de 360 m². A morfologia urbana adotada para o loteamento foi o traçado regular, desconsiderando a topografia do local, que possui desníveis de até 50 m de altitude.

As etapas Santa Helena I e Santa Helena III foram as maiores etapas de construção do loteamento, representando, respectivamente, 59,07% e 27,79% de toda a área construída (Tabela 1). A etapa Santa Helena IV consiste na menor etapa de construção do loteamento, no entanto, é a etapa que proporcionalmente possui o maior número de lotes em relação a sua área total (70,18% de sua área).

A figura 2 apresenta o mapa do loteamento original do bairro Santa Helena onde constam as quatro etapas de aprovação do projeto inicial do bairro.

Figura 2 - Mapa do loteamento original do bairro Santa Helena, Lages SC, contendo as quatro etapas de aprovação do projeto: Santa Helena I, Santa Helena II, Santa Helena III e Santa Helena IV e demarcação das áreas desafetadas do bairro.



Fonte: Produção do próprio autor baseado nas informações obtidas dos projetos de aprovação de cada etapa do loteamento Santa Helena fornecidos pela Secretaria de Planejamento de Lages.

Os projetos do loteamento Santa Helena I e Santa Helena III previam a implantação de uma avenida que objetivava interligar o bairro com as vias coletoras municipais, no entanto, essa avenida não foi construída (Figura 2).

Em relação as áreas verdes aprovadas nas quatro etapas do loteamento, a maioria delas localizam-se próximas aos rios e córregos que cortam o bairro (Figura 2).

Durante a realização desta pesquisa observou-se a ocupação irregular destas áreas verdes, fato que já vem ocorrendo há algum tempo segundo informações retiradas da pesquisa documental. E devido a isto em 21 de junho de 1988, seis anos após aprovação da primeira fase do loteamento, foram sancionadas nove leis municipais de desafetação. Estas leis desafetaram, ao todo, nove áreas verdes, de acordo com o exposto na tabela 2.

Tabela 2 - Área verde aprovada, área desafetada, lei de desafetação correspondente e área total desafetada em cada etapa do loteamento do bairro Santa Helena, Lages, SC.

Etapa Loteamento	Área verde aprovada (m²)	Áreas desafetadas (m²)	Lei de Desafetação	Área total desafetada (m²)
Santa Helena I	70.786,75	26.109,25 44.677,50	1301/88 1302/88	70.786,75
Santa Helena III	24.297,07	6.540,00 622,50 472,87 4032,60 175,00 578,50	1303/88 1304/88 1305/88 1332/88 1333/88 1334/88	12.421,47
Santa Helena IV	3.178,39	3.178,39	1306/80	3.178,39
	98.262,21			79.846,61

Fonte: Produção do próprio autor baseado nas Leis Municipais de Lages.

As etapas I e IV do loteamento desafetaram todas as áreas verdes existentes (Tabela 2). A etapa III desafetou 51,12% da área verde total, restando 11.875,60 m² (Tabela 2). Já a fase II não teve nenhuma área desafetada, pois suas áreas verdes margeiam um córrego que é afluente do Rio Carahá (Figura2).

Em decorrência da ocupação irregular do bairro e da existência destas leis de desafetação, o zoneamento do uso e ocupação do solo delimitado pelo primeiro Plano Diretor do município, zoneou as diferentes áreas utilizando-se como critério os usos já consolidados pela comunidade, tais como: áreas de lazer, áreas institucionais e áreas de interesse social.

A figura 3 apresenta o resultado do mapeamento do uso e ocupação do solo do bairro Santa Helena de acordo com o zoneamento previsto pelo Plano Diretor do município, e foi contrastado com o mapeamento hidrogeológico evidenciando os principais córregos e a área da Formação Botucatu. Além disso, o mapa delimita as áreas que foram desafetadas pelo município e as áreas de ocupação irregular ou informal.

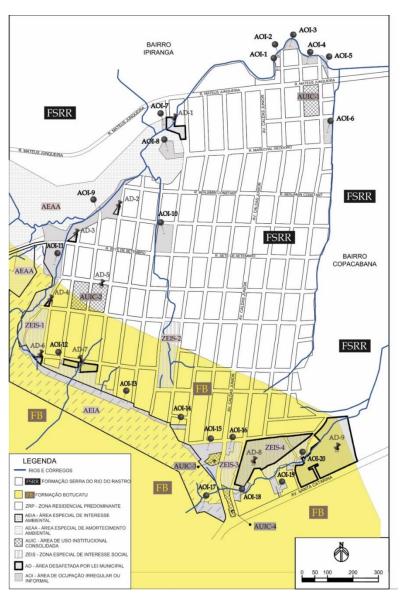


Figura 3 - Mapa de uso e ocupação do solo do bairro Santa Helena, Lages, SC.

Fonte: Produção do próprio autor baseado em documentos extraídos da Geomais® Geoteconologia (2016) / Anexo IV-B do Plano Diretor do Município de Lages (2012).

As áreas desafetadas somam 79.846,61 m², correspondendo a 5,65% da área total do bairro, enquanto as áreas de ocupação irregular ou informal do solo somam 84.209,20 m² (5,96%). Já as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) correspondem a 6,59% da área total do bairro. As áreas desafetadas AD-4 e AD-6 estão sobrepostas à ZEIS-1 e correspondem a somente a 2,41% da referida área. Já a AD-8, sobreposta à área ZEIS-4, corresponde a 79,45% desta área (Figura 3).

Sobrepondo-se o mapa do loteamento original (Figura 2) e o mapa de uso e ocupação do solo (Figura 3), nota-se que a ZEIS-1 corresponde a quadra D da etapa III do loteamento e previa a implantação de 22 lotes e parte da avenida projetada. Já a área ZEIS-2 corresponde, no projeto original, às quadras 43 e 58 da etapa I (Figuras 2 e 3).

Em relação às áreas de ocupação irregular ou informal (AOI), os marcadores AOI-3, AOI-4, AOI-5 e AOI-6, pertencentes à etapa II do loteamento (Figura 2), correspondem as áreas verdes que haviam sido resguardadas de desafetação para preservação da qualidade da água do córrego adjacente (Figura 3).

O marcador AOI-10 (Figura 3) também margeia um córrego de pequeno leito que encontra-se assoreado, com amontoados de lixo e despejos de esgoto sanitário.

A maior área de ocupação irregular encontra-se no marcador AOI-9 correspondendo a 21,21% de toda área irregular do bairro com 17.857,13 m². Neste local, foram desafetadas duas áreas, conforme demonstrado pelos marcadores AD-2 e AD-3, no entanto, es sas áreas desafetadas correspondem a somente 6,13% da AOI-9 (Figura 2). O córrego localizado nas áreas AOI-9 e AOI-11 recebe o esgoto sanitário de todas as residências localizadas neste local.

Os marcadores AOI-13 e AOI-17 localizam-se na Área de Especial Interesse Ambiental que corresponde à área da Formação Botucatu e juntos totalizam 19.845,79 m², representando 23,56% do total de área irregular levantada.

As áreas AD-8 e AD-9, áreas verdes pertencentes à Fase 1 do Loteamento, apresentam pontos de ocupação irregular que extrapolaram os 70.786,75 m² desafetados em 1988 (Tabela 1) e juntos somam 5.124,96 m². O marcador AOI-19 consolidou uma ocupação próxima à avenida Santa Catarina com uma viela de acesso de aproximadamente 3 m de largura.

As AOI-7 e AOI-8 localizam-se na Área Especial de Amortecimento Ambiental (AEAA) e de acordo com o mapeamento hidrogeológico (Figura 3) estão a menos de 10 m do córrego urbano.

3.2 Levantamento da habitabilidade urbana

Os resultados referentes ao levantamento da habitabilidade urbana foram apresentados em duas etapas: Infraestrutura urbana e Acesso a bens e serviços públicos.

3.2.1 Infraestrutura urbana

O censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, quantificou a existência de 2.925 domicílios no bairro Santa Helena, entretanto, o levantamento realizado com esta pesquisa demonstrou que existem atualmente 3.462 domicílios, indicando crescimento habitacional de 18,36% em seis anos no bairro.

O uso predominante do bairro é residencial, mas existem residências que possuempequenos comércios de prestação de serviços como mercearias, oficinas mecânicas e salões de beleza. O levantamento também revelou que

há tendência de instalação de mais de uma casa no mesmo terreno, geralmente pertencente ao mesmo grupo familiar.

A área que mais cresce atualmente localiza-se sobre a Formação Botucatu (Figura 4), na porção sudoeste do bairro, caracterizada, sobretudo por uma topografia íngreme e de difícil acesso.

A infraestrutura urbana do bairro, em geral, é resultado das quatro etapas de implantação do loteamento, já que o crescimento urbano se deu do centro para as bordas. As etapas I e III do loteamento apresentam um trecho que corresponde a borda entre as duas etapas que apresenta deficiências em relação a infraestrutura básica como falta de pavimentação, iluminação pública e sobretudo, esgotamento sanitário (Figura 4).

Figura 4 - Divisa mostrando a falta de infraestrutura e o descuido com o córrego que divide parte das etapas Santa Helena I e Santa Helena III, Lages, SC.



Fonte: Produção do próprio autor

Por ser a última fase de implantação do bairro, a etapa Santa Helena IV apresenta melhor infraestrutura urbana, sendo a etapa melhor planejada. No entanto, é a porção que menos apresenta áreas de lazer próximas a ela (Tabela 2).

O levantamento sobre a infraestrutura urbana do bairro está demonstrado na Figura 5.

AUIC 🔵 SRV-01 SRV-02 AUIC SRV-06 **LEGENDA** DIVISA ENTRE AS ETAPAS DO LOTEAMENTO RIOS E CÓRREGOS DESPEJO DE EFLUENTE EM CÓRREGO PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA INSUFICIENTE ASFALTO - 32,55% PISO INTERTRAVADO - 8,30% SEM PAVIMENTO - 57,78% SERVIDÕES (SRV) - 1,37% LIGAÇÕES CLANDESTINAS DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA (LC-EA) ÁREA DE USO INSTITUCIONAL CONSOLIDADA (AUIC)

Figura 5 - Mapa da infraestrutura urbana do bairro Santa Helena, Lages, SC.

Fonte: Produção do próprio autor.

As vias asfaltadas somam um total de 8,2 km lineares, correspondendo a 32,5% da infraestrutura viária do bairro (Figura 5). Em sua maioria, trata-se de vias coletoras e que possuemem média 12 metros de largura. Caracterizam-se por possuírem calçadas regulares, drenagem pluvial com bocas de lobo e iluminação pública suficiente.

Entretanto, na porção sudoeste, área que se sobrepõe as áreas desafetadas AD-7 e AD-8, na etapa santa Helena I (Figura 3) o asfaltamento surge como solução para vencer o importante desnível existente, uma vez que, muitas ruas possuem desníveis com inclinações variando de 20° a 27°. Antes da pavimentação, os córregos existentes no local costumavam entupir devido ao carreamento de materiais. Neste local, as vias possuem em média 5,5 m de largura e a iluminação pública ainda é insuficiente (Figura 5).

As vias que são revestidas compavimento intertravado, somam um total de 2,2 km lineares (Figura 6). Nessas ruas, o passeio público é bastante heterogêneo, uma vez que cabe ao proprietário a execução desse serviço. Em sua maioria, apresenta revestimento de cobertura vegetal rasteira, sendo um facilitador para a permeabilidade das águas da chuva. Por outro lado, a utilização deste material, associado à irregularidade dos níveis, dificulta a mobilidade urbana uma vez que não permite a homogeneidade do percurso (Figura 6).

Figura 6 - Topografia acentuada de uma rua do bairro Santa Helena provocando a heterogeneidade dos passeios públicos.



Fonte: Produção do autor

As demais ruas, 58,6%, ainda necessitam de pavimentação (Figura 5) e em dias de chuva, o acesso a elas é dificultado. Além disso, a topografia do bairro contribui para agravar esse problema, as enxurradas carregam os detritos das cotas mais altas depositando-os nos córregos e valas, e não raro, culminam em transbordos. Muitas ruas apresentam sulcos que impossibilitam inclusive a entrada dos veículos nas garagens das residências.

Foram encontradas oito servidões, conforme demarcado na figura 4. Essas servidões caracterizam-se por possuírem largura inferior a 3 m e foram sendo abertas à revelia da necessidade da população. As servidões localizam-se nas áreas desafetadas pelo poder público municipal e nas áreas de ocupação irregular (Figuras 3 e 5).

As redes de abastecimento de água e energia abrangem a totalidade do bairro. Entretanto, nas áreas de ocupação irregular, é comum encontraremse ligações clandestinas ou ramais de abastecimento (Figura 5) que partem de uma residência para abastecer outras casas.

A iluminação pública ainda é insuficiente para iluminar todas as casas da rua, sobretudo nas áreas sudoeste e oeste do bairro (Figura 5).

No bairro não há tratamento de esgoto, sendo que parte deste efluente urbano é depositado diretamente nos vários córregos que o cortam (Figura 5). O córrego que delimita os bairros Santa Helena e Copacabana possui vários pontos de despejos de dejetos sanitários (Figura 5). Em alguns trechos apresenta alagamentos ou está canalizado.

3.2.2 Acesso a bens e serviços públicos

Em relação ao acesso à bens e serviços, o bairro Santa Helena possui uma escola estadual e uma escola municipal. A creche do bairro ainda está em fase de conclusão, e portanto, a creche que atende ao bairro Santa Helena está localizada no bairro Ipiranga, localizado na área norte. Além disso, o bairro Copacabana, localizado a leste, possui outra escola municipal que também recebe as crianças residentes no Santa Helena.

O bairro possui ainda uma unidade básica de saúde com equipe multidisciplinar pertencente ao Programa Saúde da Família. No final de 2015, a unidade básica foi reformada e ampliada.

A maior parte dos serviços oferecidos à população do bairro localizam-se na avenida Caldas Junior que possui mercados que fazem pequenas transações financeiras.

Os espaços de lazer no bairro constituem-se de: duas academias de ginástica ao ar livre, um campo de futebol, uma quadra de esportes e a sede da associação dos moradores. A quadra de esportes, a sede da associação de moradores e uma das academias de ginástica localizam-se na porção extremo sul do bairro. Já a outra academia de ginástica e o campo de futebol

localizam-se na porção central do bairro, conforme demonstrado pelos marcadores AUIC na figura 4.

Em relação ao transporte público, o bairro é atendido por uma linha de ônibus exclusiva: Santa Helena — Centro, mas os moradores também utilizam duas outras linhas de ônibus que atendem aos bairros Bela Vista e Santa Catarina. O intervalo de passagemde ônibus varia em média de 30 em 30 minutos.

4 DISCUSSÃO

4.1 Mapeamento do uso e ocupação do solo

O bairro Santa Helena originou-se do parcelamento do solo de uma gleba com um pouco mais de 136 hectares que foi construído em quatro etapas distintas: Santa Helena I, Santa Helena II, Santa Helena III e Santa Helena IV. As datas de aprovação dos projetos das etapas I, II e III são inferiores ao ano de 1976, já a etapa IV foi aprovada em 1985.

A venda dos lotes da etapa Santa Helena I iniciou em 1980 com instalação imediata de moradias no local. A etapa Santa Helena I começou a ser ocupada a partir das três principais vias que interligavam o novo loteamento ao centro urbano do município: Avenida Caldas Junior, Rua Sete de Setembro e Rua Marechal Deodoro. Assim, a infraestrutura urbana começou a ser instalada primariamente nessa região central.

A etapa Santa Helena II foi lançada antes mesmo de terem sido vendidos todos os lotes da etapa I. Esta região possui uma topografia majoritariamente plana, fato este que contribui para que esta etapa fosse totalmente ocupada já nos primeiros anos. Já a etapa III, por apresentar

topografia bastante declivosa, começou a ser ocupada do centro para as bordas, justamente porque o centro apresenta um relevo menos acidentado.

Neto e Cordeiro (2015) reafirmam essa dinâmica de ocupação do solo em estudo realizado no município de Lages, SC, e revelaram que o processo de ocupação tende a se concentrar nas regiões com menores declividades do terreno. Segundo os autores, o processo de ocupação do solo nas cidades tende, portanto, a ser influenciado pelo relevo.

De acordo com dados da Prefeitura do Município de Lages, o déficit habitacional registrado nas décadas de 80/90 era muito alto, devido à alta migração de famílias oriundas dos municípios vizinhos como Capão Alto, Campo Belo do Sul e Anita Garibaldi. A demanda por habitação, aliada à proximidade do novo loteamento com o centro urbano impulsionou a população a se instalar nas áreas verdes de maneira informal.

A mesma dinâmica de ocupação de áreas próximas ao centro urbano foi verificada por Oliveira Junior e Santos (2014) em São José dos Campos, SP, nas décadas de 1940 e 1970, havendo maior no número de loteamentos aprovados que localizavam-se próximos ao centro urbano do que os loteamentos localizados na periferia. Além disso, os autores observaram que à medida que crescia o número de aprovações de loteamentos, maior era a especulação imobiliária das áreas próximas ao centro Tal ocupação se justifica porque junto ao centro urbano há maior aparelhamento urbanístico e maior acesso aos serviços públicos, bem como a proximidade com os locais de oferta de emprego.

A expansão urbana é marcada historicamente pela especulação imobiliária, a população com maior poder aquisitivo consegue instalar-se em locais com boa infraestrutura urbana, já a população carente é excluída social e economicamente da cidade legal (SCHONARDIE; FORTUNATO, 2015).

O estudo realizado por Pinho e Freitas (2012) em Fortaleza confirmou a relação entre os fenômenos da valorização imobiliária e da exclusão social, evidenciando que quanto mais próximo do centro urbano maior é o adensamento populacional, e em casos de parcelamento regular, os lotes com tamanhos muito grandes tornam-se inacessíveis ao mercado habitacional de baixa renda (PINHO; FREITAS, 2012).

No bairro Santa Helena, as primeiras ocupações aconteceram nas áreas verdes da etapa I, seguidas pela ocupação das áreas verdes da etapa III. A ocupação em áreas ambientalmente vulneráveis ou em áreas verdes, além de violar o meio ambiente que encontra-se legalmente protegido, também pode acarretar em riscos de vida aos ocupantes, uma vez que a ocupação desordenada de ambientes vulneráveis, associada aos fatores antrópicos são responsáveis pela maioria dos fenômenos de escorregamentos (LIMA et. al., 2016).

Além da ocupação irregular ou informal das áreas verdes do bairro Santa Helena, a avenida que havia sido projetada (Figura 1) também foi ocupada indevidamente por não ter sido previamente demarcada pelo loteador.

A intensa ocupação das áreas verdes impulsionou o Poder Público Municipal a desafetar, em 1988, grande parte destas áreas para suprir a carência por habitação. As áreas desafetadas foram transferidas à Sociedade Comunitária Habitacional do Bairro Santa Helena que tinha o direito de realizar o parcelamento do solo de acordo com os critérios dispostos na Lei Municipal nº 1052/86. A doação dos lotes deveria ser feita aos moradores que fossem membros da sociedade habitacional e que estivessem de posse do referido imóvel até a data de 30 de abril de 1989 (LAGES, 1989). A lei 1052/86 baseou-se na Lei de Parcelamento do Solo, Lei nº 6766/79, sendo substituída em 2007 pelo Plano Diretor do Município e objetivava orientar o

parcelamento do solo do Município, além de assegurar a observância de padrões de urbanização.

O processo de desafetação de qualquer área não pode ser apenas de ordem jurídica ou um ato administrativo isolado, é necessário que antes de ocorrer a desafetação, verifique-se junto ao bem desafetado que este realmente não serve mais àquele propósito original (LOMEU, 2016).

O parcelamento do solo das áreas desafetadas do bairro Santa Helena foi realizado à revelia da vontade da população, e em muitos casos, não atendeu aos pressupostos da Lei Municipal nº 1052/86. Segundo a referida lei, os lotes do munícipio deveriam ter "área mínima de 240,00 m² (duzentos e quarenta metros quadrados) e frente mínima de 12 m, salvo quando o loteamento destinava-se à urbanização específica ou edificações de conjuntos habitacionais de interesse social previamente aprovado pelos órgãos públicos competentes" (LAGES, 1986).

No entanto, quando ocorreu o parcelamento destas áreas, o loteamento não se constituía de conjunto habitacional de interesse social e também não havia nenhum registro anterior à aprovação do Plano Diretor em 2007, de que o município tenha incluído as áreas desafetadas como pertencentes a uma ZEIS. Assim, a dimensão dos lotes parcelados deveria respeitar o que estabelecia a Lei Municipal nº 1052/86, o que não ocorreu na maioria dos casos.

O planejamento urbano e o cumprimento da legislação buscam promover o ordenamento territorial, entretanto o não cumprimento destes é matéria de estudos recentes que associam as ocupações irregulares à falta de um ambiente salubre (MARICATO, 2006; PINTO, 2012; NAMUR; BOEIRA, 2013). Segundo Scalco e Pereira (2016) quanto menores os recuos entre as edificações e mais adensada a área construída, menor é o acesso à

iluminação natural, um dos requisitos fundamentais para garantir a salubridade e bem estar urbano.

Deste modo, a regulação do uso da propriedade urbana é um desafio a ser superado em prol do bem coletivo, uma vez que podem comprometer a qualidade de vida da população (SCALCO; PEREIRA, 2016; STEPHAN; SOUZA MARIA, 2015).

Além de regulamentar o parcelamento do solo, a lei 1052/86 indicava que o parcelamento deveria prever a instalação de infraestrutura urbana básica com vias de circulação que garantissem a continuidade de traçado com as vias de circulação das áreas adjacentes ou que tivessem, no mínimo, vias locais que pudessem acessar a todos os lotes.

A política urbana brasileira preconizada pelos artigos 182 e 183 da Constituição Brasileira impõe ao Poder Público, sobretudo ao Municipal, a planejar democraticamente a cidade com vistas à promoção da função social da propriedade. A função social da propriedade ou função social da cidade deve atender aos direitos à habitação, ao trabalho, ao lazer, à mobilidade e à segurança no espaço urbano, implicando que o município promova a regulação do solo urbano de forma a garantir o bem estar da população (HONDA et. al., 2015; KUNDE; LOBO, 2016).

De modo geral, a desafetação das áreas verdes do bairro Santa Helena, ainda que tenha atendido aos pressupostos do direito à moradia, não foi pautada nos requisitos da justa distribuição dos benefícios da urba nização em prol de uma cidade para todos (MAHFUS; CREMONESE, 2016). O Ministério Público, em pareceres recentes, tem se manifestado contrário à desafetação de áreas verdes ou institucionais, justamente por entender que estas áreas constituem-se em um bem comum a toda a população e que garantem a manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras (PARREIRA, 2015).

A ocupação das áreas verdes no bairro Santa Helena (Figura 2) culmina em muitas implicações para o bem estar da população, uma vez que estas áreas desempenham papel vital para a criação de zonas de conforto ambiental, já que minimizam os impactos causados pela poluição do ar, mantendo a característica do microclima local (MARICATO, 2006). Um estudo realizado com 569 residentes de quatro cidades médias italianas verificou que a disponibilidade de áreas verdes está intimamente relacionada com o nível de satisfação da população em relação ao ambiente urbano. Os resultados mostraram que quanto maior o nível de riqueza da biodiversidade, mais os entrevistados relataram uma sensação de melhoria no seu bem estar. O estudo também demonstrou que tanto a localização quanto à qualidade biológica dos espaços verdes são fatores importantes que exercem efeitos restauradores em seus visitantes (CARRUS et al., 2015).

Além de registrar uma taxa elevada de ocupação das áreas verdes do bairro Santa Helena, verificou-se também que as ocupações irregulares têm avançado substancialmente sobre a Área de Especial Amortecimento Ambiental (AEAA) e sobre a Área de Especial Interesse Ambiental (AEIA). Além disso, o Plano Diretor aprovado em Lages no ano de 2007, também zoneou os diferentes espaços com os usos já consolidados, ou seja, nos espaços onde já existiam residências sobre as áreas de recarga do Aquífero Guarani, o Plano Diretor os delimitou como área residencial predominante. A franja restante passou a ser considerada AEIA ou AEAA. Assim, o Plano Diretor desconsiderou o potencial ambiental da área validando a ocupação destes espaços como ocupação regular.

Segundo Ehrhardt-Brocardo e Mazzolli a expansão da ocupação irregular sobre as AEAA e AEIA já ocorria no ano de 2013 naquela região. Os autores também determinaram forte contaminação ambiental no local devido o lançamento de dejetos orgânicos e inorgânicos, a criação de animais

e ainda ao acúmulo de resíduos (plástico, latas, mobílias) especialmente sobre as áreas de recarga do Aquífero Guarani. O mesmo estudo aponta que, no que tange às questões relativas à ocupação urbana destes espaços, a gestão municipal tem negligenciado a legislação ambiental.

Em contraste a esta situação, o Instituto de Planejamento de Araraquara, SP, estabeleceu diretrizes para o ordenamento territorial com vistas à prevenção ambiental e prevenção da contaminação das áreas de afloramento do Aquífero Guarani naquela região. O referido município revisou seu Plano Diretor e incluiu dispositivos legais para minimizar o impacto ambiental causado pela crescente urbanização verificada na maioria das cidades brasileiras e adotou todos os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade incluindo planos específicos para uso e ocupação do solo nas áreas do Aquífero (SOUZA, 2015).

Segundo Campanhão et. al (2014) a potencialidade de aplicação de espaços territoriais especialmente protegidos sobre as áreas de recarga do Aquífero Guarani podem conferir proteção especial a áreas ambientalmente frágeis ou ameaçadas, e as metodologias adotadas para tal poderiam ser reproduzidas em outros locais, resguardadas as particularidades de cada município. Estudos como estes reforçam a possibilidade da gestão municipal estabelecer diretrizes mais eficientes quanto à preservação das áreas de interesse ambiental.

Os resultados obtidos com esta pesquisa também evidenciaram que a ocupação irregular tem avançado sobre os córregos urbanos que cortam o bairro (Figura 2). Segundo Foloni e Constantino (2016) os principais problemas decorrentes da degradação dos rios devido à ocupação irregular do solo estão relacionados principalmente, a despejos de esgotamento sanitário, riscos à saúde pública, contaminação do solo, processos erosivos, inundações

e canalizações. Deste modo, é necessário que cada município estabeleça uma relação equilibrada entre a ocupação urbana e os rios.

4.2 Levantamento da habitabilidade urbana

As discussões referentes ao levantamento da habitabilidade urbana serão apresentadas em duas etapas: Infraestrutura urbana e Acesso a bens e serviços públicos.

4.2.1 Infraestrutura urbana

O bairro Santa Helena apresentou um crescimento populacional considerável nos últimos seis anos. Assim, quanto maior o número de pessoas no bairro, mais pessoas necessitam de espaço urbano com melhor aparelhamento urbanístico. Segundo Lichotti Tinoco et. al. (2012) quanto maior o crescimento demográfico de uma região, maiores os desafios a serem enfrentados para permitir o crescimento econômico compatível com a preservação ambiental. Uma vez que, com o aumento populacional, maior é a apropriação do meio e maior é a necessidade de uso e ocupação do solo. Esse crescimento populacional pode justificar a porcentagem de ocupação irregular encontrada no bairro (Figura 3).

Os resultados revelaram que o bairro apresenta um padrão bastante heterogêneo em relação à infraestrutura urbana. As etapas Santa Helena II e Santa Helena IV apresentam melhor infraestrutura enquanto que as etapas Santa Helena I e Santa Helena III possuem muitas deficiências relativas a falta de iluminação, pavimentação e esgotamento sanitário (Figura 5).

Esse fato justifica-se porque a etapas II e IV caracterizam-se por possuírem topografia majoritariamente plana enquanto que as demais etapas possuem declives acentuados (Figura 6). Segundo Arana e Frois (2016) a

ocupação formal de áreas declivosas e que apresentam fragilidades ambientais necessita que o mercado regular rompa uma barreira psicológica comum entre os compradores, que procuram por terrenos com maior facilidade de construção. As bordas da etapa I e III apresentam essas características, assim, os primeiros lotes a serem vendidos foram justamente aqueles localizados em locais mais planos, por consequência, a implantação de infraestrutura urbana se deu primeiro naquela região.

A morfologia adotada contribuiu para que esse problema fosse agravado nas etapas I e III já que as curvas de nível foram desconsideradas no desenho do projeto. Na porção mais plana da gleba (Etapas II e IV) a tipologia de parcelamento do solo, não influenciou na implantação dos arruamentos facilitando o aparelhamento urbanístico nestas áreas. Além disso, as etapas I e III constituem-se nas maiores porções do loteamento (Figura 2) e por este motivo, maior é a área necessária à implantação de infraestrutura.

A falta de pavimentação percebida no bairro, associada à topografia e a fragilidade do solo e seus processos erosivos, bem como no crescimento da população do bairro sobre as áreas de ocupação irregular acarreta em assoreamentos dos rios e córregos e por consequência, há incidência de alagamentos em alguns pontos. Segundo, Reis e Schmidt (2014) quanto maior for a cota do terreno, menor for a infraestrutura para drenagem pluvial e mais adensada for a área, maior será a ocorrência de alagamentos.

A pavimentação das vias de todas as etapas do lote amento seguiu os pressupostos estabelecidos pela Lei Municipal 1052/86. A referida lei estabelece que cabe ao loteador entregar o empreendimento com a pavimentação das principais vias do loteamento e com o revestimento primário das demais vias. Esses requisitos foram revalidados pela Lei Complementar nº 410/2013. No entanto, por força de valorização imobiliária,

os novos empreendimentos aprovados no município, localizados na periferia leste da cidade, têm sido entregues com pavimentação asfáltica e drenagem pluvial em toda a extensão dos loteamentos.

No entanto, no que se refere à drenagem pluvial das etapas de aprovação do loteamento Santa Helena, esta não seguiu ao estabelecido pelo art. 50 da Lei 1052/86 que preconiza que todas as vias devem receber infraestrutura adequada que possibilite a correta drenagem pluvial. Além disso, é obrigatório uma faixa não edificável de no mínimo 15 metros de cada margem de rios e córregos. O levantamento realizado demonstrou que os projetos aprovados não estabeleceram essa faixa não edificável em muitos locais (Figura 2).

Para agravar o problema, foram verificados muitos pontos de despejo de dejetos sanitários "in natura" diretamente nos córregos e rios (Figura 5). Pinho e Freitas (2013) alertam que o risco de contaminação dos corpos hídricos e do solo pode acarretar em prejuízos tanto à população local (riscos de saúde) quanto para a cidade inteira, devido a contaminação de seus sistemas ambientais.

A previsão para o ano de 2016 era de que o município de Lages estivesse com 80% de sua rede de tratamento de esgoto instalada. No entanto, segundo os técnicos da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento, não basta que se implante a rede de tratamento, é preciso que seja efetivada a ligação entre a rede e as moradias. O responsável por realizar esta ligação é o proprietário, o que acaba por dificultar o processo, uma vez que muitas vezes justificam razão econômica para não efetuar o processo, como gastos com obras e mais encargos com a tarifa de esgoto (DAL MASO, 2015)

O levantamento ainda demonstrou a presença de servidões, sobretudo sobre áreas irregulares ou áreas desafetadas. Os marcadores AD-8 e AD-9 (Figura 3) em contraste com o mapa da infraestrutura urbana

(Figura 4), percebe-se que o parcelamento do bairro resultou em lotes sem acesso às vias locais, impulsionando a população a abrir servidões com menos de 5 m de largura, que culminaram em espaços sem iluminação ou ventilação natural. A falta de um ordenamento territorial, nesse caso, trouxe como consequência a redução da condição de habitabilidade urbana no local.

Durante a pesquisa, foi observado no bairro Santa Helena algumas ligações clandestinas de água e energia elétrica (Figura 5). De acordo com Pinto (2007), o impedimento de ligação regular de água e energia em muitos casos, é o instrumento regulador do uso e ocupação do solo. Assim, ao serem impedidos de efetivarem essas ligações, a ocupação irregular tende a não prosperar.

Contudo, no caso das ligações verificadas no bairro Santa Helena, tratam-se de extensões e ramais oriundos de uma residência, ou seja, há a regularidade no abastecimento uma vez que existe um consumidor primário que está de acordo com a regulação urbanística e este redistribui o serviço para outras casas. O agravante nesse processo diz respeito à segurança (no caso da energia elétrica) e na qualidade do serviço (em ambos os casos). Uma vez que foi verificado em alguns locais a presença de fios elétricos descascados à mercê do tempo. Além disso, algumas tubulações de abastecimento de água estavam imersas em locais de despejo de esgoto sanitário, podendo comprometer a qualidade da água oferecida já que podem haver rupturas ou vazamentos na extensão da tubulação.

4.2.2 Acesso a bens e serviços públicos

O levantamento demonstrou que apesar do bairro apresentar alguns problemas em relação à infraestrutura urbana é bem atendido pelos serviços de saúde, educação e transporte público. Aliado a isso, a proximidade com o

centro urbano do município facilita o acesso aos serviços mais especializados de saúde e educação, como hospitais e universidades.

O item que apresentou menor disponibilidade de acesso no levantamento realizado, diz respeito às áreas de lazer como praças, jardins e áreas verdes (Figura 5). De acordo com Campos et. al. (2015), a implantação de áreas de lazer tem sido um dos requisitos fundamentais de muitos municípios brasileiros que buscam se enquadrar no conceito de cidade saudável. Estes espaços, além de propiciar bem estar aos usuários, servem para reduzir o microclima do local (GOMES; SOARES, 2015).

A implantação destas áreas deve estar pautada num zoneamento prévio que objetive facilitar a acessibilidade a estes espaços pela população a que se destina (CAMPOS et al., 2015). Assim, a ocupação irregular e posterior desafetação das áreas verdes ocorrida em 1989 no bairro Santa Helena foi um dos fatores para a sua menor disponibilidade, uma vez que a porcentagem de espaços destinados ao lazer sofreu uma perda considerável.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa demonstra que o bairro Santa Helena tem apresentado um crescimento populacional acelerado nos últimos seis anos, havendo uma demanda cada vez maior por moradias e habitação. Concomitantemente, há um processo crescente de ocupação desordenada do solo no bairro o que tem acarretado no aumento da vulnerabilidade ambiental desse local, uma vez que a maior parte da ocupação irregular do solo daquela região se dá sobre as áreas de afloramento do Aquífero Guarani, áreas verdes e sobre os córregos e rios do entorno.

Somado a isso, a carência de infraestrutura urbana no local, principalmente de rede viária adequada e esgoto sanitário tem provocado,

respectivamente, a ocorrência de enxurradas que carregam detritos das cotas mais altas para o interior dos córregos culminando em transbordos e deposição dos efluentes urbanos diretamente nos vários córregos da região, possibilitando a ocorrência de contaminações ambientais e humanas.

Deste modo a divulgação desta pesquisa contribui como tema central de discussões para a revisão do Plano Diretor Municipal, uma vez que o planejamento urbano deve se constituir em mecanismo de atendimento aos interesses coletivos da população no que diz respeito à proteção dos sistemas ambientais e ao direito à cidade e à moradia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE FILHO, J.; DE CARVALHO, A.; IKEMATSU, P.; BARBOSA, M. C.; IRITANI, M.; PRESSINOTTI, M. N.; ROCHA, G.; DA SILVA, M. P. M.; THEODOROVICZ, A. Diretrizes para o desenvolvimento e proteção ambiental da área de afloramento do Sistema Aquífero Guarani no estado de São Paulo, Bras il. **Boletín Geológico y Minero,** v. 123, n. 3, p. 353-366, 2012.

ARANA, Alba Regina Azevedo; FROIS, Marcos Rodrigues. Planejamento urbano ambiental: Diretrizes para o zoneamento na bacia do Córrego do Limoeiro em Presidente Prudente-SP. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (**Online**), v. 20, n. 3, p. 619-635, 2016.

ARAÚJO, M. C. C.; CÂNDIDO, G. A. Qualidade de vida e sustentabilidade urbana. **HOLOS**, v. 1, p. 3-19, 2014.

BARROS, Luis FF. O uso e ocupação sobre áreas de preservação permanente na APA Jenipabu (RN, Brasil) e seu caráter conflitivo: onde fica o ordenamento territorial?. **Sociedade e Território**, v. 22, n. 2, p. 37-54, 2012.

CAMPOS, Karina Cozer; GHISI, Tatiana Cristina Schneider; POKRYWIECKI, Ticiane Sauer. ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DOS ESPAÇOS URBANOS COM ENFOQUE NAS ÁREAS DE LAZER, 2015.

CIDADE, L. C. F. Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade: em busca de uma construção interdisciplinar. Cadernos Metrópole. ISSN (impresso) 1517-2422;(eletrônico) 2236-9996, v. 15, n. 29, p. 171-191, 2013.

DAL MASO, Renato Antonio. Universalização do abastecimento de água versus a construção tardia dos sistemas de esgoto na RMPA (2000 a 2014). **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 4, p. 123-142, 2015.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SOARES, Beatriz Ribeiro. A Vegetação nos Centros Urbanos: Considerações sobre os Espaços Verdes em cidades Médias Brasileiras. **Estudos Geográficas**, v. 1, p. 19-29, 2015.

GUPTA, P.; GOYAL, S. Urban Expansion and Its Impact on Green Spaces of Dehradun City, Uttarakhand, India. **International Journal of Environment,** v. 3, n. 4, p. 57-73, 2014.

HONDA, S. C. D. A. L.; DO CARMO VIEIRA, M.; ALBANO, M. P.; MARIA, Y. R. Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana,** v. 7, n. 1, p. 62-73, 2015.

KAUFFMANN, M. O.; DA SILVA, L. P. Taxa de impermeabilização do solo: um recurso para a implementação da bacia hidrográfica como unidade de planejamento urbano integrado à gestão dos recursos hídricos. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR,** v. 11, 2013.

LAGES, P. D. M. D. Plano Diretor de Desenvolvimento Teritorial de Lages. LAGES, P. D. M. D. 2007.

LEÃO, Evellin Cardoso; DE SOUSA, Francisco Helder Ferreira. A QUESTÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR NO ENTORNO DE ÁREAS PROTEGIDAS AMBIENTALMENTE-UMA ANÁLISE DO CASO DO PARQUE ESTADUAL DO UTINGA NO MUNICÍPIO DE BELÉM-PA. Revista Eletrônica de Direito da Faculdade Estácio do Pará, v. 1, n. 2, 2016.

LICHOTTI TINOCO, Marcia Regina et al. CRESCIMENTO POPULACIONAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL. **REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS**, v. 2, n. 1, 2012.

LIMA, Kelma Dayan de J. Vieira; ARCOS, Frank Oliveira; SERRANO, Rodrigo Otávio Peréa. ÁREAS DE RISCO E OCUPAÇÃO URBANA: O CASO DO BAIRRO RAIMUNDO MELO. RIO BRANCO, ACRE-BRASIL. **Revista Geonorte**, v. 3, n. 5, p. 197-206, 2016.

LOMEU, Gustavo Soares. A Função Social da Propriedade Pública e a Desafetação de Bem Público. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, v. 2, n. 1, p. 158-178, 2016.

LOPES, A. R. S.; ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S. Uma análise histórica e ambiental do desplacamento da "pedra" do Morro da Mariquinha-Florianópolis (SC). **Revista Latino-Americana de História,** v. 2, n. 8, p. 115-125, 2013.

MAHFUS, Julio Cesar; CREMONESE, Viviane. O Direito Urbanístico sob a ótica do estatuto da cidade: democratizando o espaço local. **Direito e Democracia**, v. 4, n. 2, 2016.

MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. vn**, v. 12, p. 211-220, 2006.

MARICATO, E. Metrópoles des governadas. **Estudos avançados**, v. 25, n. 71, p. 7, 2011.

NETO, Sílvio Luís Rafaeli; CORDEIRO, Marcos Tadeu Andrade. Análise do comportamento de sistemas urbanos por meio de componentes de sistemas hidrológicos. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 1, p. 142-155, 2015.

OLIVEIRA JUNIOR, Arlindo Aparecido Regis; SANTOS, Emmanuel Antonio. O PARCELAMENTO DO SOLO ATRAVÉS DO LOTEAMENTO: O MUNICÍPIO E OS LOTEAMENTOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Revista Univap**, v. 20, n. 35, p. 151-170, 2014.

PARREIRA, Renata Isabel Silva. **Avaliação e caracterização das áreas de desafetação da Reserva Ecológica Nacional nos minicípios da região de Lisboa e Vale do Tejo**. 2015. Tese de Doutorado.

PINHO, Ana Virgínia Elias; FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. Ocupação ilegal de áreas urbanas frágeis, especulação imobiliária e exclusão sócio-espacial em Fortaleza. **Anais: Seminário de Áreas de Preservação Permanente Urbanas**, n. 2, 2013.

PINTO, V. C. Ocupação irregular do solo e infra-estrutura urbana: o caso da energia elétrica. 2007.

PINTO, V. C. Ocupação irregular do solo urbano: o papel da legislação federal. **Jus Navigandi, Teresina, ano,** v. 10, 2012.

REIS, Patrícia Antunes; SCHMIDT, Marcio Augusto Reolon. IV-102–ANÁLISE DA EXPANSÃO URBANA E DELIMITAÇÃO DE ÁREAS DE INUNDAÇÃO NA CIDADE DE PATROCÍNIO, MG, 2014.

RIBEIRO, B. M. G.; MENDES, C. A. B. Índice de Qualidade Ambiental Urbano: uma proposta metodológica aplicada a áreas urbanas de ocupação irregular, 2012.

SCALCO, Veridiana Atanasio; PEREIRA, Fernando Oscar Ruttkay. Método para a avaliação do impacto de edificações no acesso à iluminação natural em vizinhanças urbanas aplicado em cenários virtuais. **Ambiente Construído**, v. 16, n. 2, p. 169-187, 2016.

SCHONARDIE, Elenise Felzke; FORTUNATO, Bruna. OCUPAÇÕES IRREGULARES: Confitos Entre o Direito à Moradia e a Responsabilidade Civil do Estado por Danos Ambientais. **Revista Direito em Debate**, v. 24, n. 44, p. 187-204, 2015.

SILVA, G. D. V. Avaliação de uma ocupação irregular em fase de regularização fundiária em Curitiba, utilizando indicadores da qualidade ambiental urbana-IQAU. 2013.

STEINBERGER, M. A (re) construção de mitos sobre a (in) sustentabilidade do (no) espaço urbano. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, n. 4, p. 9-32, 2011.

STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro; SOUZA MARIA, Ana Cristina. OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS EM PEQUENAS CIDADES DE MINAS GERAIS. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 3, n. 15, 2015.

VASSALO, V.; FIGUEIREDO, P. Sustentabilidade dos espaços urbanos. 4º Congresso Luso-brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável, 2010.

САРІ́ТІЛО П

Uma descrição sobre a qualidade de vida urbana e o planejamento urbano em município da Serra Catarinense

RESUMO

Este capítulo teve como objetivo descrever a qualidade de vida urbana da população local com base nas condições de habitação, acesso a bens serviços e infraestrutura urbana tendo como referência o planejamento urbano do município. Para tanto, foi realizada uma pesquisa no bairro Santa Helena, Lages, SC, cuja pesquisa foi de abordagem mista quantitativa e qualitativa onde foram realizadas entrevistas aos habitantes do referido bairro. As entrevistas foram feitas aos moradores do referido bairro de 346 residências selecionadas por conveniência a partir de uma população de 3.462 residências. A amostragem foi do tipo não probabilística por quotas devido a heterogeneidade da população do bairro necessitando-se estudar a qualidade de vida urbana da população sobre três diferentes quotas: (A) moradores de áreas regulares; (B) moradores de áreas de ocupação irregular ou informal e (C) moradores de áreas desafetadas pelo poder público municipal. A coleta de dados foi feita mediante aprovação pelo Comitê de Ética sob o número 1.530.595 e por intermédio do questionário Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) adaptado de Nahas (2006). Os resultados indicaram que em relação à variável habitação, os participantes atribuíram nota entre 6 a 10 para suas residências, sendo que a maioria dos participantes atribuíram menores notas quando a residência era do tipo alugada. Em relação à variável acesso a bens e serviços, 93,6% da população informou que utiliza a Unidade Básica de Saúde. Em relação ao lazer, a maioria dos respondentes informou não utilizar as academias de ginástica (75,1%) e nem a quadra de esportes do bairro (88,7%). Na variável infraestrutura urbana, 94,2% dos participantes afirmaram que o serviço de varrição e/ou capina nunca é realizado. Para 40,5% dos respondentes, a iluminação pública não atinge todas as residências da rua, sendo atribuída nota 6 ou 7 para este serviço. Dos participantes entrevistados, 85,2% informaram que possuem tratamento de esgoto domiciliar. No entanto 70,0% dos moradores da quota B e 76,2% dos moradores da quota C informaram que não possuemtratamento e além disso, 60,0% dos moradores da quota B informaram que há deposição de lixo em áreas públicas e margens de córregos. Além disso, nas quotas B e C concentra-se o maior índice de participantes analfabetos e com ensino fundamental incompleto. A maioria (90,25%) da população dessas quotas possui renda familiar de até um salário mínimo. Ainda, possuem as residências com menores metragens quadradras (entre 55 e 75m²). E em relação às condições de saúde, a maior frequência de utilização da unidade básica de saúde se dá por essa população. Deste modo, percebe-se que que no local, há garantia de acesso ao atendimento de saúde e acesso à educação. No entanto, itens como condições de habitabilidade habitacional, espaços de lazer, condições de limpeza urbana, saneamento básico, iluminação pública e infraestrutura urbana, ainda necessitam de melhorias de reestruturação e aparelhamento urbanístico para o atendimento equitativo de todas as necessidades básicas da população.

Palavras-chave: Acesso a bens e serviços. Habitabilidade habitacional. Infraestrutura urbana. Ordenamento territorial.

ABSTRACT

This chapter aimed to describe the quality of urban life of the local population based on housing conditions, access to services goods and urban infrastructure, with reference to the urban planning of the municipality. For that, a research was carried out in the Santa Helena neighborhood, Lages, SC, whose research was of mixed quantitative and qualitative approach, where interviews were carried out with the inhabitants of said neighborhood. The interviews were made to the residents of this neighborhood of 346 residences selected for convenience from a population of 3,462 residences. The sampling was non-probabilistic by quotas due to the heterogeneity of the population of the neighborhood, needing to study the quality of urban life of the population on three different quotas: (A) residents of regular areas; (B) residents of areas of irregular or informal occupation and (C) residents of areas deprived by municipal public power. The data collection was done with approval by the Ethics Committee under number 1,530,595 and through the questionnaire Index of Quality of Urban Life (IQVU) adapted from Nahas (2006). The results indicated that, in relation to the housing variable, participants rated between 6 and 10 for their residences, with the majority of participants assigning lower grades when the residence was of the rented type. Regarding the variable access to goods and services, 93.6% of the population reported using the Basic Health Unit. Regarding leisure, most respondents reported not using gymnasiums (75.1%) or Sports court in the neighborhood (88.7%). In the variable urban infrastructure, 94.2% of the participants stated that the service of sweeping and / or weeding is never performed. For 40.5% of the respondents, public lighting does not reach all the residences of the street, being assigned a grade 6 or 7 for this service. Of the participants interviewed, 85.2% reported having sewage treatment at home. However, 70.0% of the inhabitants of the B quota and 76.2% of the

inhabitants of the C quota reported that they do not have treatment and in addition, 60.0% of the inhabitants of the B quota reported that there is garbage deposition in public areas and banks Of streams. In addition, the B and C quotas concentrate the highest index of illiterate participants with incomplete elementary education. The majority (90.25%) of the population of these quotas has a family income of up to one minimum wage. Still, they have the residences with smallest square footage (between 55 and 75m²). And in relation to the health conditions, the greater frequency of use of the basic health unit is given by this population. In this way, it can be seen that on the spot, there is a guarantee of access to health care and access to education. However, items such as housing habitability, leisure spaces, urban sanitation, sanitation, public lighting and urban infrastructure, still need improvement of urban planning and equipment for the equitable attendance of all basic needs of the population.

Keywords: Access to goods and services. Housing habitability. Urban infrastructure. Land use planning.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de qualidade de vida possui significados distintos e específicos dentre as áreas de conhecimento, envolvendo desde indicadores que mensuram felicidade e satisfação pessoal, condições de vida ou estilo de vida, até ausência de doenças (TEIXEIRA; DOS SANTOS, 2012; CAMPOS; RODRIGUES NETO, 2014; SUSNIENE; JURKAUSKAS, 2015).

A qualidade de vida de modo generalizado pode ser definida como a percepção do indivíduo em relação aos seus objetivos, expectativas, valores e preocupações que consideram a saúde física, o estado psicológico, as

relações e as crenças pessoais e sua relação com o meio em que está inserido (SUSNIENE; JURKAUSKAS, 2015). Trata-se, portanto de um conceito abstrato que envolve questões pragmáticas ou simbólicas.

O censo 2010 aponta que atualmente no Brasil 84,36% da população total reside em áreas urbanas. Portanto, analisar o efeito do ambiente local sobre os indivíduos é uma vertente importante a ser considerada (BARTON; GRANT, 2013). Nesse sentido, surge o conceito de qualidade de vida urbana que objetiva analisar a acepção de pertencimento, de usufruto e de direito à cidade pela população (SILVA; SCOCUGLIA, 2015) e envolve questões sobre bem-estar social, qualidade ambiental, desenvolvimento sustentável, exclusão social e vulnerabilidade social, fatores estes que devemser previstos durante o planejamento das cidades (NAHAS, 2006).

Para mensurar a qualidade de vida urbana, muitos autores têm utilizado o índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) como ferramenta de estudo. No entanto, em Santa Catarina, poucas ainda são as pesquisas que associam qualidade de vida urbana com o planejamento urbano, uma vez que estão diretamente relacionados. É comum, no entanto observar estudos que abordam planejamento urbano considerando outros fatores, tais como, qualidade ambiental, mobilidade urbana, transporte público, ocupação irregular do solo, e outros temas intrínsecos ao planejamento das cidades.

Especificamente no caso da cidade de Lages torna-se fundamental discutir e problematizar sobre este assunto, já que, segundo o Censo 2010, a taxa de urbanização encontra-se atualmente em 98,2%, superando grandes centros urbanos como Florianópolis com taxa de 96,2% e Joinville com 96,6%

Assim, o planejamento urbano das cidades torna-se um pressuposto fundamental que objetiva conceber espaços que melhorem a qualidade de vida das pessoas, já que o ambiente possui uma forte relação sobre os riscos

e benefícios para o bem estar da população. Deste modo, o planejamento urbano objetiva ordenar, articular e equipar o espaço urbano de maneira racional, ordenando o território a determinados usos e funções e garantindo a qualidade de vida urbana da população (HONDA et al., 2015).

Nesta percepção, o planejamento urbano torna-se instrumento de discussão entre os diversos atores da cidade, com vistas a manter o equilíbrio das suas múltiplas funções (HONDA et al., 2015). A multifuncionalidade e o uso eficiente dos espaços urbanos, surgem, como premissa ao planejamento urbano, envolvendo oferta de múltiplos serviços em determinados locais e uso eficiente dos espaços urbanos pressupondo organização espacial de tal forma que as funções da cidade operem de forma complementar umas às outras (AHERN, 2013).

Desse modo, a participação popular é considerada requisito fundamental para a promoção de um desenvolvimento que considera as dimensões sociais, políticas e econômicas. A participação contribui para a construção de um comprometimento e a construção de propriedade por parte dos cidadãos. Além disso, é fundamental para a promoção da justiça social levando em conta o contexto socioeconômico em que cada população está inserida (BARTEN et al., 2011).

A cidade, portanto, passa a ser pensada pelos sujeitos que nela convivem a partir da garantia de atendimento de suas necessidades básicas. Assim, a percepção da população quanto à avalição do espaço urbano em que se insere pode oferecer elementos para o debate das questões urbanas e para a formulação e/ou reformulação de políticas includentes, possibilitando o planejamento e a gestão mais eficiente dos centros urbanos (NAHAS, 2012).

Frente ao exposto, o objetivo desta pesquisa foi descrever a qualidade de vida urbana da população local com base nas condições de

habitação, acesso a bens serviços e infraestrutura urbana tendo como referência o planejamento urbano do município.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta foi uma pesquisa de abordagem mista quantitativa e qualitativa com amostragem não probabilística por quotas. A pesquisa foi desenvolvida no bairro Santa Helena, situado na região sudoeste do município de Lages, SC. O bairro delimita-se ao norte pelo Córrego Copacabana, afluente do Rio Carahá; ao sul pela Avenida Santa Catarina; ao leste por um córrego sem denominação, afluente do Rio Arroio Trinta; e a oeste pela Rua 8401 em direção à Avenida Santa Catarina (Figura 1) (LAGES, 1993).

A pesquisa foi feita por intermédio de entrevistas aos moradores do bairro Santa Helena que constituíram-se nos participantes da pesquisa. Par isso foi utilizado o questionário índice de qualidade de vida urbana (IQVU) adaptado de NAHAS (2006).

Para a determinação do número de participantes, levou-se em consideração o número de domicílios particulares do referido bairro que corresponde a 3.462 residências, conforme dados obtidos pelo levantamento realizado pelo pesquisador entre os meses de junho a agosto de 2016 (Capítulo I).

A partir desta população, obteve-se a amostra experimental, por intermédio da fórmula do cálculo amostral de Domingues e Domingues (2010):

$$n = \frac{N.Z^2.p.(1-p)}{Z^2.p.(1-p) + e^2.(N-1)}$$

Onde:

n= amostra calculada, N= população, Z= variável normal padronizada associada ao nível de confiança, p= verdadeira probabilidade do evento, e= erro amostral.

Com isso, foram amostrados moradores de 346 residências do bairro que foram selecionadas por conveniência, adotando-se um erro amostral de 5% de probabilidade e nível de confiança de 95%.

Nesta pesquisa, a amostragem foi do tipo não probabilística por quotas, devido a heterogeneidade da população do bairro necessitando-se estudar a qualidade de vida urbana da população sobre três diferentes quotas/subgrupos: (A) moradores de áreas regulares; (B) moradores de áreas de ocupação irregular ou informal e (C) moradores de áreas desafetadas pelo poder público municipal. Optou-se por escolher a amostra por quotas para assegurar a representatividade das três parcelas da pesquisa.

A amostragem por quotas consistiu inicialmente em identificar e mapear esses três subgrupos, posteriormente, verificar o percentual relativo de cada um dos subgrupos da população e finalmente delimitar a amostra para cada quota. Para isso, foi utilizada a amostragem por conveniência delimitando os sujeitos que fizeram parte da amostra.

Para determinar as quotas foi realizada a identificação geográfica de cada uma delas e sua respectiva porcentagem relativa. O levantamento realizado previamente (Capítulo I) demonstrou que 88,39%, 5,96% e 5,65% da área total do bairro pertence a áreas de ocupação regular, irregular e desafetadas, respectivamente. Assim, foram aplicados 305 questionários aos moradores de áreas de ocupação regular; 20 questionários aos moradores de áreas de ocupação irregular ou informal e 21 questionários aos moradores das áreas desafetadas.

A coleta de dados foi feita a partir de entrevistas entre os meses de novembro de 2016 a janeiro de 2017 durante todos os dias da semana de forma aleatória, e por intermédio do questionário Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) adaptado de Nahas (2006) (Apêndice III). Conforme critério de inclusão estabelecido pela pesquisa, as entrevistas foram feitas somente aos moradores que se declararam como os responsáveis pelas residências entrevistadas.

O IQVU é um questionário composto por 71 indicadores quantitativos e qualitativos agrupados em 28 componentes que apresentam dez variáveis, as quais abordam parâmetros como a equidade social e urbana no acesso da população aos bens e recursos urbanos, qualidade ambiental, condições de habitabilidade e acessibilidade.

Nesta pesquisa, o IQVU foi modificado e adaptado para as condições do local, abordando apenas três variáveis: habitação, acesso a bens e serviços e infraestrutura urbana. Sobre a variável habitação, o questionário possui 09 questões referentes às condições de habitabilidade das edificações; em relação a variável bens e serviços o questionário possui quatro indicadores com 23 questões relacionadas como acesso e a qualidade da saúde, ed ucação, espaços de lazer e serviços urbanos e; sobre a variável infraestrutura urbana o questionário possui três indicadores com 21 questões referentes a limpeza urbana, saneamento básico, energia elétrica e transporte coletivo. Portanto, o questionário apresentou um total de 53 questões.

A coleta dos dados foi feita mediante a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIPLAC cujo número do parecer de aprovação refere-se à 1.530.595 (Anexo III).

Antes da coleta dos dados, o pesquisador efetuou a leitura do Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE) aos participantes da pesquisa, com o intuito de esclarecer os objetivos, a justificativa, a coleta de dados, a

metodologia e os riscos e benefícios da pesquisa. Após estes esc larecimentos, o pesquisado ficou livre para decidir em participar ou não da pesquisa. No caso de recusa, o pesquisador encerrou a pesquisa com aquele participante, dando sequência ao estudo com outro participante até totalizar o número previamente amostrado.

Os dados coletados a partir das entrevistas realizadas pela aplicação do questionário IQVU foram organizados em planilhas do Excel e, posteriormente, revisados para detectar possíveis erros de digitação e/ou referentes à classificação de respostas faltantes. Após a organização do banco de dados, estes foram submetidos aos procedimentos da estatística descritiva e apresentados emtabelas, sendo relacionados comdiretrizes do plano diretor do município. É importante salientar que os dados obtidos pela aplicação do IQVU podem ser analisados por um software específico o que conduz a mensuração do índice de qualidade de vida urbana, entretanto, nesta pesquisa o IQVU foi adaptado para as condições do local, não tendo como intuito o cálculo deste índice.

3 RESULTADOS

3.1 Caracterização sociodemográfica da população

As informações sociodemográficas obtidas pelo instrumento de pesquisa foram organizadas em cinco indicadores: faixa etária, estado civil, sexo, renda e escolaridade e estão apresentadas na Tabela 3.

 $\begin{tabular}{ll} Tabela $3-$ Informações sociodemográficas dos participantes da pesquisa, moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC \end{tabular}$

Indicador	Categoria	Que	ota A¹	Quo	ota B²	Que	ota C³	T	otal
		N	%	N	%	N	%	N	%
Faixa	18-25 anos	38	12,5	3	15,0	1	4,8	42	12,1
etária	26-45 anos	137	44,9	6	30,0	8	38,1	151	43,6
	46-55 anos	74	24,3	5	25,0	5	23,8	84	24,3
	56-65 anos	30	9,8	4	20,0	3	14,3	37	10,7
	+65 anos	26	8,5	2	10,0	4	19,0	32	9,2
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Estado	Casado	136	44,6	10	50,0	10	47,6	156	45,1
Civil	Divorciado- separado	44	14,4	2	10,0	0	0,0	46	13,3
	União Estável	38	12,5	1	5,0	3	14,3	42	12,1
	Viúvo	45	14,8	4	20,0	7	33,3	56	16,2
	Solteiro	42	13,8	3	15,0	1	4,8	46	13,3
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Sexo	Masculino	104	34,1	7	35,0	8	38,1	119	34,4
BCAO	Feminino	201	65,9	13	65.0	13	61,9	227	65,6
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Renda Familiar	Até 1 salário mínimo	109	35,7	18	90,0	19	90,5	146	42,2
	De 2 a 3 salários mínimos	134	43,9	1	5,0	2	9,5	137	39,6
	De 4 a 5 salários mínimos	44	14,4	1	5,0	0	0,0	45	13,0
	De 6 a 7 salários mínimos	15	4,9	0	0,0	0	0,0	15	4,3
	Acima de 7 salários mínimos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Não respondeu	3	1,0	0	0,0	0	0,0	3	0,9
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
								con	tinua

continuaçã	continuação									
Escolarida	Não alfabetizado	20	6,6	4	20,0	3	14,3	27	7,8	
de	Ensino	440			40.0					
	fundamental incompleto	110	36,1	12	60,0	12	57,1	134	38,7	
	Ensino									
	fundamental completo	72	23,6	1	5,0	2	9,5	75	21,7	
	Ensino médio incompleto	33	10,8	1	5,0	1	4,8	35	10,1	
	Ensino médio completo	55	18,0	1	5,0	2	9,5	58	16,8	
	Ensino superior incompleto	10	3,3	1	5,0	1	4,8	12	3,5	
	Ensino superior completo	3	1,0	0	0,0	0	0,0	3	0,9	
	Especialização incompleto	1	0,3	0	0,0	0	0,0	1	0,3	
	Especialização completo	1	0,3	0	0,0	0	0,0	1	0,3	
	Mestrado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	
	Doutorado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0	

¹ Quota A – Participantes moradores de áreas de ocupação regular

Os resultados revelaram que a maioria da população (43,6%) está inserida na faixa etária entre 26 e 45 anos, sendo que a quota A foi a que apresentou maior percentual inserido nesta faixa etária dentre as três parcelas da população estudada. Além disso, a maioria dos entrevistados é do sexo feminino (65,6%), sendo que essa realidade prevalece entre as três quotas estudadas.

Com relação à renda familiar, 42,2% da população declarou receber mensalmente até um salário mínimo e 39,6% declarou receber de dois a três salários mínimos, totalizando 81,8% da população que recebe entre 1 e 3

² Quota B – Participantes moradores de áreas de ocupação irregular ou informal

³ Quota C – Participantes moradores de áreas desafetadas

salários mínimos. As quotas B e C apresentam em média 90,25% da população com renda familiar de até um salário mínimo (Tabela 3).

De modo geral, a maioria da população estudada apresentou baixo índice de escolaridade, com um percentual de 7,8% de participantes não alfabetizados, 38,7% possuem ensino fundamental incompleto e 21,7% apresentam o ensino fundamental incompleto. Sendo que o maior índice de participantes analfabetos e com ensino fundamental incompleto situam-se nas quotas B e C (Tabela 3).

3.2 Descrição da variável habitação

A tabela 4 apresenta as informações obtidas pelo instrumento de pesquisa sobre a variável habitação.

Tabela 4 – Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC referentes à variável habitação do questionário índice de qualidade de vida urbana (IQVU).

Indicador	Categoria	Quo	ta A1	Quo	ta B2	Quo	ota C3	To	otal
Tipo de residência	Própria Alugada	N 233 72	% 76,4 23,6	N 19 1	% 95,0 5,0	N 19 2	% 90,5 9,5	N 271 75	78,3 21,7
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Q u antidade de re si dências por lote	1 2 3 Total	236 67 2 305	77,4 22,0 0,7 100,0	13 5 2 20	65,0 25,0 10,0 100,0	15 6 0 21	71,4 28,6 0,0 100,0	264 78 4 346	76,3 22,5 1,2 100,0
Parentesco entre os ocupantes do mesmolote	Sim	59	85,5	6	85,7	5	83,3	70	85,4
	Não	10	14,5	1	14,3	1	16,7	12	14,6
	Total	69	100,0	7	100,0	6	100,0	82	100,0

continuação									
Quantidade de	1 – 3	146	47,9	10	50,0	8	38,1	164	47,4
pessoas na									
residência	4 - 5	151	49,5	9	45,0	8	38,1	168	48,6
	6 - 8	8	2,6	1	5,0	5	23,8	14	4,0
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
$Tamanhoem m^2$	40 - 50	56	18,4	12	60,0	6	28,6	74	21,4
da residência*	55 - 75	96	31,5	5	25,0	10	47,6	111	32,1
	80 - 100	144	47,2	2	10,0	4	19,0	150	43,4
	105 - 120	3	1,0	1	5,0	1	4,8	5	1,4
	120 - 150	2	0,7	0	0,0	0	0,0	2	0,6
	+150	4	1,3	0	0,0	0	0,0	4	1,2
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
O u antidade de	1	5	1,6	3	15,0	2	9,5	10	2,9
dormitórios	2	147	48,2	9	45,0	6	28,6	162	46,8
	3	129	42,3	7	35,0	12	57,1	148	42,8
	4	24	7,9	1	5,0	1	4,8	26	7,5
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Banheiro no	Sim	305	100,0	19	95,0	20	95,2	344	99,4
interior da residência	Não	0	0,0	1	5,0	1	4,8	2	0,6
restaction	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Quantidade de	1	243	79,7	17	85,0	16	76,2	276	79,8
banheiros	2	54	17,7	3	15,0	5	23,8	62	17,9
	3	7	2,3	0	0,0	0	0,0	7	2,0
	4	1	0,3	0	0,0	0	0,0	1	0,3
	Total	305	100,0	20	100,0	20	100,0	346	100,0
Nota atribuída à	3-5	26	8,5	1	5,0	0	0.0	27	7,8
residência	6 - 7	76	24,9	4	20,0	9	42,9	89	25,7
	8 - 9	120	39,3	4	20,0	5	23,8	129	37,3
	10	83	27,2	11	55,0	7	33,3	101	29,2
		305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0

Os resultados demonstraram que a maioria da população reside em casas próprias (78,3%), sendo que há maior prevalência de imóveis alugados na quota A (23,7%) do que nas quotas B e C, onde foram encontradas somente três residências alugadas (Tabela 4).

 $^{^1}$ Quota A — Participantes moradores de áreas de ocupação regular 2 Quota B — Participantes moradores de áreas de ocupação irregular ou informal

³ Quota C – Participantes moradores de áreas desafetadas

^{*} Baseado na percepção da pesquisadora

A pesquisa também revelou que 22,5% dos entrevistados relataram a existência de duas residências no mesmo lote, enquanto que 1,2% informou existir três residências no mesmo lote (Tabela 4). Quando questionados se havia parentesco entre os participantes e os ocupantes das outras residências do lote, 85,4% confirmaram essa associação.

Em relação ao número de pessoas por residência, 47,4% dos casos se enquadraram na categoria de 1 a 3 pessoas e 48,6% na categoria de 4 a 5 pessoas, havendo comportamento similar entre os participantes de ambas as quotas (Tabela 4).

Os resultados demonstraram também que, quanto ao tamanho das residências pesquisadas, a maioria encontra-se na categoria entre 80 e 100 metros quadrados. A maioria dos participantes da quota B se enquadraram na categoria entre 40 e 50 metros quadrados, correspondendo a 60,0% dos entrevistados dessa quota. Já nas quotas A e C esse percentual foi de 18,4% e 28,6%, respectivamente (Tabela 4).

Além disso, a pesquisa revelou que 46,8% dos entrevistados possuem dois dormitórios na residência enquanto 42,8% informaram que a residência possui três dormitórios (Tabela 4). Neste item, não houve discrepâncias de resultados entre as três quotas pesquisadas.

Com relação às instalações sanitárias, 99,4% dos respondentes afirmou que o banheiro localiza-se no interior da residência, sendo que duas residências, uma localizada na quota B e outra localizada na quota C não possuembanheiro em casa. Além disso, quando há banheiro na residência, a maioria dos participantes (79,8%) informaram que há na residência um único banheiro. Os participantes das quotas B e C possuem no máximo dois banheiros na residência, enquanto que na quota A, há residências que possuem três ou quatro banheiros (Tabela 4).

116

Em relação à nota atribuída à residência, houve heterogeneidade nas

respostas, que variaram da nota 6 até 10. Durante a pesquisa, percebeu-se

uma tendência de resposta entre os pesquisados que relacionavam a nota

atribuída ao tipo de residência, se própria ou alugada. A maioria dos

participantes atribuíram menores notas quando a residência era do tipo

alugada, enquanto que a maioria dos participantes atribuíram maiores notas

quando a residência era própria.

3.3 Descrição da variável acesso a bens e serviços

Os resultados referentes à variável acesso a bens e serviços foram

apresentados com base nos seguintes indicadores: condições de saúde,

condições de educação, espaços de lazer e serviços urbanos, cujos resultados

foram apresentados nas tabelas a seguir.

3.3.1 Indicador: Condições de saúde

Na tabela 5 estão descritos os resultados referentes ao indicador

condições de saúde da variável acesso a bens e serviços.

Tabela 5 – Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referentes à variável acesso a bens e serviços do indicador condições de saúde do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU).

Compo nente	Categoria	Quo	ta A¹	Quo	ta B²	Quo	ta C ³	To	tal
		N	%	N	%	N	%	N	%
Utiliza a UBS*	Sim	283	92,8	20	100,0	21	100,0	324	93,6
do bairro	Não	22	7,2	0	0,0	0	0,0	22	6,4
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Motivo para não fazer uso da	Não consegue acessar aos serviços	19	6,2	0	0,0	0	0,0	19	86,4
UBS	Não vê necessidade da utilização dos serviços	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Utiliza rede particular	3	1,0	0	0,0	0	0,0	3	13,6
	Total	22**	100,0	0**	0,0	0**	0,0	22**	100,0
Fre q. de	Ás vezes	122	43,1	3	15,0	5	23,8	130	40,1
uso da	Sempre	161	56,9	17	85,0	16	76,2	194	59,9
UBS	Total	283**	100,0	20**	100,0	21**	100,0	324**	100,0
Atend.	Péssimo	10	3,3	1	5,0	1	4,8	12	3,5
da UBS	Ruim	25	8,2	2	10,0	2	9,5	29	8,4
	Regular Bom	142 80	46,6 26,2	1 5	5,0 25,0	3	14,3 38,1	146 93	42,2 26,9
	Excelente	48	15,7	11	55,0	7	33,3	93 66	19,1
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Cond.	Péssimo	7	2,3	0	0,0	0	0,0	7	2,0
físicas	Ruim	38	12,5	0	0,0	0	0,0	38	11,0
da UBS	Regular	74	24,3	3	15,0	5	23,8	82	23,7
	Bom	161	52,8	9	45,0	10	47,6	180	52,0
	Excelente	25	8,2	8	40,0	6	28,6	39	11,3
	Laccionic	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
			200,0	-0	200,0		200,0	2.0	200,0

Continua...

continu	ıação								
Freq. de	Nunca	60	19,7	2	10,0	3	14,3	65	29,0
visita do	Ás vezes	201	65,9	15	75,0	8	38,1	224	64,7
ACS***	Sempre	44	14,4	3	15,0	10	47,6	57	16,5
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Atend.	Péssimo	42	13,8	1	5,0	1	4,8	44	12,7
ACS	Ruim	23	7,5	1	5,0	2	9,5	26	7,5
	Regular	118	38,7	5	25,0	4	19,0	127	36,7
	Bom	87	28,5	8	40,0	6	28,6	101	29,2
	Excelente	35	11,5	5	25,0	8	38,1	48	13,9
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0

¹ Quota A – Participantes moradores de áreas de ocupação regular

A pesquisa revelou que 93,6% dos entrevistados utiliza a Unidade Básica de Saúde (UBS), sendo que entre os moradores das quotas Be C todos os pesquisados relataram utilizar a UBS. Entre os pesquisados que indicaram não utilizar a UBS, 86,4% não conseguiram acesso aos serviços, e relataram dificuldades no agendamento de consultas. Entre os pesquisados que utilizam a UBS, 59,9% sempre utilizam a unidade de saúde enquanto que 40,1% utilizam algumas vezes estes serviços (Tabela 5). A maioria dos moradores das quotas B (85,0%) e C (76,2%) informaram que utilizam sempre a UBS, já os da quota A apresentaram equilíbrio entre a frequência de uso.

Além disso, a maioria (69,1%) dos entrevistados avaliaram o atendimento médico, o acesso às consultas e medicamentos entre regular a bom. Com relação à avaliação das condições físicas da UBS, a maioria dos entrevistados (52,0%) avaliaram as instalações como boas (Tabela 5).

² Quota B – Participantes moradores de áreas de ocupação irregular ou informal

³ Quota C – Participantes moradores de áreas desafetadas

^{*} UBS – Unidade Básica de Saúde

^{**} N calculado de acordo com as respostas sim ou não referentes ao componente: Utiliza a UBS do bairro.

^{***} ACS – Agente Comunitário de Saúde

Com relação à frequência de visitação do agente comunitário de saúde (ACS), 64,7% das pessoas entrevistas indicaram que a visitação não acontece sempre. O atendimento do ACS foi avaliado como regular a bom para a maioria dos participantes (65,9%). Ainda em relação à qualidade do atendimento pelos ACS, 38,1% dos participantes da quota C avaliaram este componente como excelente, maior percentual entre as quotas (Tabela 5).

3.3.2 Indicador: Condições de educação

No indicador, condições de educação, foi avaliado o acesso da população à creche e à escola existente no bairro, bem como a percepção dos moradores em relação à qualidade do ensino e qualidade dos espaços físicos oferecidas por ambas as instituições. Os resultados referentes às condições de educação da variável acesso a bens e serviços foram descritos na tabela 6.

Tabela 6 - Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referentes à variável acesso a bens e serviços do indicador condições de educação do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU).

Component e	Categoria	Quo	ta A¹	Que	ota B²	Que	ota C³	Total		
Possui membro familiar que	Sim	121	39,7	13	65,0	14	66,7	148	42,8	
utiliza escola e/ou creche	Não	184	60,3	7	35,0	7	33,3	198	57,2	
creene	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0	
In stituição de ensino do bairro	Escola	43	35,5	4	30,8	5	35,7	52	35,1	
utilizada	Creche	31	25,6	5	38,5	6	42,9	42	28,4	
pelo membro familiar	Escola e creche	47	38,8	4	30,8	3	21,4	54	36,4	
	Total	121*	100,0	13*	100,0	14*	100,0	148*	100,0	
								Con	tinua	

continuação	ີ .								
Qualidade	Péssimo	3	3,8	0	0.0	1	11,1	4	4,2
de ensino/	Ruim	5	6,4	1	11,1	0	0,0	6	6,3
creche	Regular	13	16,7	2	22,2	1	11,1	16	16,7
0100110	Bom	28	35,9	4	44,4	2	22,2	34	35,4
	Excelente	29	37,2	2	22,2	5	55,6	36	37,5
	Total	78**	100,0	9**	100,0	9**	100,0	96**	100,0
Condições	Péssimo	1	1,3	1	11,1	0	0,0	2	2,1
físicas/	Ruim	3	3,8	1	11,1	1	11,1	5	5,2
creche	Regular	12	15,4	3	33,3	4	44,4	19	19,8
	Bom	37	47,4	2	22,2	1	11,1	40	41,7
	Excelente	25	32,1	2	22,2	3	33,3	30	31,3
	Total	78**	100,0	9**	100,0	9**	100,0	96**	100,0
Qualidade	Péssimo	2	2,2	2	22,2	1	12,5	5	4,7
de ensino/	Ruim	21	23,3	2	22,2	2	25,0	25	23,4
Escola	Regular	38	42,2	3	33,3	1	12,5	42	39,3
Escora	Bom	25	27,8	1	11,1	3	37,5	29	27,1
	Excelente	4	4,4	1	11,1	1	12,5	6	5,6
	Total	90**	100,0	9**	100,0	8**	100,0	107**	100,0
Condições	Péssimo	7	7,8	0	0,0	0	0,0	7	6,5
físicas/	Ruim	16	17,8	2	22,2	1	12,5	19	17,8
Escola	Regular	39	43,3	4	44,4	3	37,5	46	43,0
	Bom	19	21,1	2	22,2	3	37,5	24	22,4
	Excelente	9	10,0	1	11,1	1	12,5	11	10,3
	Total	90**	100,0	9**	100,0	8**	100,0	107**	100,0

¹ Quota A – Participantes moradores de áreas de ocupação regular

Os resultados revelaram que 57,2% do total dos entrevistados não utilizam creches ou escolas do bairro. No entanto, a maioria dos moradores das quotas B (65,0%) e C (66,7%) utilizam estas instituições. Em relação ao uso das instituições de ensino pelos participantes da pesquisa, os resultados demonstraram equilíbrio entre os percentuais e não houve discrepâncias entre as quotas pesquisadas.

Em relação à qualidade de ensino e condições físicas da creche, a maioria (73,0%) dos entrevistados consideraram de bom a excelente. Para 55,6% dos moradores da quota C, o ensino é excelente. Contudo, em relação

² Quota B – Participantes moradores de áreas de ocupação irregular ou informal

³ Quota C – Participantes moradores de áreas desafetadas

^{*} N calculado de acordo com as respostas sim referentes ao componente: Possui membro familiar que utiliza escola e/ou creche

^{**} N calculado de acordo com o somatório das respostas escola e crechereferentes ao componente: Instituição de ensino do bairro utilizada pelo membro familiar.

à qualidade de ensino da escola e qualidade das condições físicas, a avaliação informada pelos entrevistados foi bastante heterogenia, variando entre os conceitos ruim, regular e bom, e não houve discrepâncias relevantes entre as três quotas.

3.3.3 Indicador: Espaços de lazer

Os resultados referentes ao indicador espaços de lazer, da variável acesso a bens e serviços foram apresentados na tabela 7.

Tabela 7 - Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referentes à variável acesso a bens e serviços do indicador espaços de lazer do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU).

Component e	Categoria	Quo	ta A¹	Qu	ota B²	Que	ota C³	То	tal
Frequência	Nunca	230	75,4	16	80,0	14	66,7	260	75,1
de uso da academia	Ás vezes	63	20,7	3	15,0	5	23,8	71	20,5
de ginástica	Sempre	12	3,9	1	5,0	2	9,5	15	4,3
ue ginasica	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Condições	Péssimo	8	10,7	0	0,0	0	0,0	8	9,3
físicas/	Ruim	33	44,0	0	0,0	0	0,0	33	38,4
acade mia	Regular	22	29,3	2	50,0	3	42,9	27	31,4
de ginástica	Bom	7	9,3	2	50,0	3	42,9	12	14,0
	Excelente	5	6,7	0	0,0	1	14,3	6	7,0
	Total	75*	100,0	4*	100,0	7*	100,0	86	100,0
Condições	Péssimo	3	4,0	0	0,0	0	0,0	3	3,5
de acesso/	Ruim	6	8,0	0	0,0	0	0,0	6	7,0
acade mia	Regular	28	37,3	2	50,0	3	42,9	33	38,4
de ginástica	Bom	34	45,3	1	25,0	3	42,9	38	44,2
	Excelente	4	5,3	1	25,0	1	14,3	6	7,0
	Total	75*	100,0	4*	100,0	7*	100,0	86	100,0
Frequência	Nunca	273	89,5	18	90,0	16	76,2	307	88,7
de uso da quadra de	Ás vezes	28	9,2	2	10,0	3	14,3	33	9,5
esportes	Sempre	4	1,3	0	0,0	2	9,5	6	1,7
-	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Condições	Péssimo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
físicas/	Ruim	4	12,5	0	0,0	1	20,0	5	12,8
quadra de	Regular	8	25,0	1	50,0	2	40,0	11	28,2
esportes	Bom	16	50,0	1	50,0	2	40,0	19	48,7
	Excelente	4	12,5	0	0,0	0	0,0	4	10,3
	Total	32**	100,0	2**	100,0	5**	100,0	39**	100,0
Condições	Péssimo	1	3,1	0	0,0	0	0,0	1	2,6
de acesso/	Ruim	2	6,3	0	0,0	0	0,0	2	5,1
quadra de	Regular	8	25,0	1	50,0	1	20,0	10	25,6
esportes	Bom	11	34,4	1	50,0	2	40,0	14	35,9
-	Excelente	10	31,3	0	0,0	2	40,0	12	30,8
10 A D	Total	32**	100,0	2**	100,0	5**	100,0	39**	100,0

¹ Quota A – Participantes moradores de áreas de ocupação regular

² Quota B – Participantes moradores de áreas de ocupação irregular ou informal

³ Quota C – Participantes moradores de áreas desafetadas

^{*} N calculado de acordo com o somatório das respostas das categorias ás vezes e sempre, referentes ao componente: Frequência de uso da academia de ginástica

^{**} N calculado de acordo com o somatório das respostas das categorias ás vezes e sempre, referentes ao componente: Frequência de uso da quadra de esportes

Os resultados referentes à frequência de utilização dos espaços de lazer demonstraram que 75,1% dos participantes não utilizam as academias de ginástica do bairro (Tabela 7). Além disso, dos participantes que frequentam as academias do bairro, a maioria (20,5%) as utilizam algumas vezes. Entre as quotas, o subgrupo C teve destaque no uso frequente (sempre) destes espaços apresentando percentual de 9,5% (Tabela 5).

Em relação às condições físicas as academias de ginástica do local foram avaliadas como ruim a regular pela maioria (69,8%). Já em relação às condições de acesso, o conceito variou entre regular a bom, representando 82,6%. Comportamento análogo foi observado entre as quotas.

Em relação à quadra de esportes, a frequência de utilização deste espaço é menor do que a verificada nas academias de ginástica, sendo que 88,7% de indivíduos não fazem uso deste bem. Contudo, 76,9% e 66,7% dos usuários avaliaram as condições físicas destes espaços como regular a bome de bom a excelente no componente condições de acesso, respectivamente. Este comportamento foi observado para ambas as quotas.

3.3.4 Indicador: Serviços urbanos

Neste item foram questionados como se dá o acesso às transações bancárias no bairro e serviços de correspondência. Os resultados referentes a tais serviços urbanos do bairro estão descritos na tabela 8.

Tabela 8 - Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referentes à variável acesso a bens e serviços do indicador serviços urbanos do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU).

Component e	Categoria	Quo	ta A¹	Quo	ta B ²	Quo	ta C³	To	tal
Local de realização	No próprio bairro	98	32,1	8	40,0	11	52,4	117	51,1
das transações financeiras	No centro	207	67,9	12	60,0	10	47,6	229	66,2
in an ear as	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Serviços de	Sim	303	99,3	17	85,0	20	95,2	340	98,3
correios atendem a	Não	2	0,7	3	15,0	1	4,8	6	1,7
residência	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Local de	Vizinho	1	50,0	3	100,0	1	100,0	5	83,3
entrega das correspondê	Parente	1	50,0	0	0,0	0	0,0	1	16,7
ncias	Total	2*	100,0	3*	100,0	1*	100,0	6*	100,0
Qualidade	Péssimo	28	9,2	1	5,9	1	5,0	30	8,8
dos serviços	Ruim	23	7,6	1	5,9	1	5,0	25	7,4
dos correios	Regular	113	37,3	4	23,5	3	15,0	120	35,3
	Bom	92	30,4	6	35,3	7	35,0	105	30,9
	Excelente	47	15,5	5	29,4	8	40,0	60	17,6
	Total	303**	100,0	17**	100,0	20**	100,0	340**	100,0

¹ Quota A – Participantes moradores de áreas de ocupação regular

A maioria dos entrevistados (66,2%) realizam suas principais transações bancárias no centro. Entretanto, salienta-se que 52,4% de moradores da quota C realizam estas transações no próprio bairro, diferentemente das cotas A e B onde a maioria dos participantes o fazem no centro (Tabela 8).

Os serviços de correios atendem a 98,3% dos entrevistados. Contudo, 15,0% dos participantes da quota B não recebem este serviço na

² Quota B – Participantes moradores de áreas de ocupação irregular ou informal

³ Quota C – Participantes moradores de áreas desafetadas

^{*} N obtido de acordo com a resposta não referente ao componente: Serviços de correios atendem a residência

^{**} N obtido de acordo com a resposta sim referentes ao componente: Serviços de correios atendem a residência

residência. A maioria dos indivíduos (83,3%) que não são atendidos por este serviço relataram que a entrega das correspondências ocorre pelos vizinhos.

A maior parte dos usuários (66,2%) atribuíram conceito de regular a bom aos serviços urbanos do bairro, sendo que houve maior prevalência dos conceitos bom a excelente nas quotas B e C.

3.4 Descrição da variável infraestrutura urbana

Os resultados referentes às informações obtidas sobre a variável infraestrutura urbana foram apresentados de acordo comos três indicadores presentes no questionário: condições de limpeza urbana, condições de saneamento básico do bairro e serviço de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública.

3.4.1 Indicador: Condições de limpeza urbana

Na tabela 9 foram apresentados os resultados referentes ao indicador condições de limpeza urbana da variável infraestrutura urbana.

Tabela 9 - Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referentes à variável infraestrutura urbana do indicador condições de limpeza urbana do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU).

Componente	Categoria	Que	ota A¹	Que	ota B²	Qu	otaC ³	To	otal
		N	%	N	%	N	%	N	%
Número de	2	2	0,7	1	95,0	0	0.0	3	0,9
vezes/	2	2	0,7	1	75,0	U	0,0	3	0,5
semana da coleta de	3	202	00.2	10	<i>5</i> 0	21	100.0	242	00.1
lixo	3	303	99,3	19	5,0	21	100,0	343	99,1
HAU	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Suficiência									
no número	Sim	304	99,7	20	100,0	20	95,2	344	99,4
de	Siiii	304	99,1	20	100,0	20	93,2	344	77,4
vezes/seman									
a da coleta	Não	1	0.2	0	0.0	1	10	2	0.6
de lixo	Não	1	0,3	0	0,0	1	4,8	2	0,6
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
A coleta é	Sim	305	100,0	19	95,0	21	100,0	345	99,7
realizada no	Não	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
dia	Ás vezes	0	0,0	1	5,0	0	0,0	1	0,3
programado	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Sobram	Sim	1	0,3	1	5,0	2	9,5	4	1,2
restos de	Não	298	97,7	16	80,0	17	81,0	331	95,7
lixo após a coleta	Ás vezes	6	2,0	3	15,0	2	9,5	11	3,2
coleta	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
			, -		, .		, .		, -
Nota para	0 - 2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
coleta de	3 - 5	0	0,0	0	0,0	1	4,8	1	0,3
lixo	6-7	35	11,5	2	10,0	3	14,3	40	11,6
	8 – 9 10	106 164	34,8	8 10	40,0	8 9	38,1 42,9	122 183	35,3 52.0
	10	305	53,8 100,0	20	50,0 100,0	21	42,9 100,0	346	52,9 100,0
		303	100,0	20	100,0	41	100,0		tinua

... continuação

Existência de lixo em terrenos baldios, áreas públicas ou margens de	Sim	92	30,2	12	60,0	10	47,6	114	32,9
córregos	Não	213	69,8	8	40,0	11	52,4	232	67,1
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Frequência de serviços de varrição e/ou	Nunca	295	96,7	17	85,0	14	66,7	326	94,2
capina das ruas	Ás vezes	8	2,6	2	10,0	7	33,3	17	4,9
	Sempre	2	0,7	1	5,0	0	0,0	3	0,9
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Nota para	0 - 2	161	52,8	5	25,0	6	28,6	172	49,7
varrição e/ou	3 - 5	83	27,2	7	35,0	8	38,1	98	28,3
capina das	6 - 7	26	8,5	3	15,0	4	19,0	33	9,5
ruas	8 – 9	16	5,2	3	15,0	2	9,5	21	6,1
	10	19	6,2	2	10,0	1	4,8	22	6,4
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0

¹ Quota A – Participantes moradores de áreas de ocupação regular

Em relação à coleta de lixo, 99,1% dos entrevistados responderam que a coleta é realizada três vezes por semana e para 99,4% dos moradores, esse número é suficiente para a realização do serviço. A maioria (99,7%) informaram que a coleta é realizada sempre nos dias programados. Além disso, 95,7% dos moradores relataram que não permanecem restos de lixo no local onde foi feita a coleta, e a maioria dos moradores atribuíram notas entre 8 e 10 para este serviço. As avaliações destes componentes pelos participantes seguiram a mesma tendência entre as quotas (Tabela 9).

² Quota B – Participantes moradores de áreas de ocupação irregular ou informal

³ Quota C – Participantes moradores de áreas desafetadas

Sobre a existência de lixo depositado em terrenos baldios, áreas públicas ou margens de córregos, 67,1% do total dos participantes afirmaram que não existem depósitos dessa natureza no bairro. No entanto, para a maioria (60,0%) dos moradores da quota B, há deposição de lixo em áreas públicas e margens de córregos, diferentemente do que a maioria dos participantes das quotas A e C informam (Tabela 9).

Em relação aos serviços de varrição e capina das ruas do bairro a maioria (94,2%) dos participantes afirmaram que esse serviço nunca é realizado. Como consequência, a maioria (78,0%) dos moradores atribuíram a esse serviço notas entre 0 e 5, e somente para 6,4% do total de entrevistados, o serviço merece nota 10. Esta avaliação foi a mesma verificada nas três quotas (Tabela 9).

3.4.2 Indicador: Condições de saneamento básico do bairro

Os resultados referentes às condições de saneamento básico do bairro da variável infraestrutura urbana foram apresentados na tabela 10.

Tabela 10 - Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referente à variável infraestrutura urbana do indicador condições de saneamento básico do bairro do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU).

Componente	Categoria	Quota A ¹ Quota B ²		Quota C ³		Total			
Sistema de	Sim	286	93,8	6	30,0	5	23,8	297	85,8
tratamento de esgoto na residência	Não	19	6,2	14	70,0	16	76,2	49	14,2
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Mau cheiro de esgoto na residência ou próxima a ela	Sim	69	22,6	10	50,0	9	42,9	88	25,4
	Não	236	77,4	10	50,0	12	57,1	258	74,6
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Frequência de ocorrência do mau cheiro	Ás vezes	52	76,4	0	0,0	2	22,2	54	61,4
	Sempre	17	24,6	10	100,0	7	77,8	34	38,6
	Total	69*	100,0	10*	100,0	9*	100,0	88*	100,0
Esgoto a céu aberto na rua	Sim	42	13,8	12	60,0	9	42,9	63	18,2
	Não	263	86,2	8	40,0	12	57,1	283	81,8
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Entrada de água na residência em dias chuvosos	Sim	22	7,2	13	65,0	7	33,3	42	12,1
	Não	283	92,8	7	35,0	14	66,7	304	87,9
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346 Con	100,0 tinua

130

...continuação

Possibilidade de	Sim	247	81,0	3	15,0	5	23,8	255	73,7
andar a pé na	SIIII	247	01,0	5	15,0	J	23,0	233	13,1
rua da									
residência em	Não	58	19,0	17	85,0	16	76,2	91	26,3
dias chuvosos									
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Local sujeito a	Sim	23	7,5	9	45,0	7	33,3	39	11,3
enchentes na rua	Não	282	92,5	11	55,0	14	66,7	307	88,7
Tua	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
	1000	202	100,0		100,0		100,0	0.0	100,0
A residência é	Sim	303	100,0	19	95,0	20	95,2	342	98,8
ligada à rede									
pública de	Não	2**	0,0	1**	5,0	1**	4,8	4	1,2
abastecimento	1,40	-	0,0	*	0,0	*	.,0	•	-,-
de água	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
	10441	505	100,0	20	100,0		100,0	540	100,0
Nota para	0 - 2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
serviço da rede	3 - 5	10	3,3	2	10,0	2	9,5	14	4,0
pública de	6 - 7	175	57,4	3	15,0	5	23,8	183	52,9
abastecimento	8 - 9	113	37,0	6	30,0	9	42,9	128	37,0
de água	10	5	1,6	8	40,0	4	19,0	17	4,9
	Não								
	se	2	0,7	1	5.0	1	4,8	4	1,2
	aplic	_	٠,٠		-,-	_	.,.		-,-
	a Tr-4-1	205	100.0	20	100.0	21	100.0	246	100.0
	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0

¹ Quota A – Participantes moradores de áreas de ocupação regular

Dos participantes, 85,2% dos entrevistados informaram que possuem tratamento de esgoto domiciliar. No entanto, esse serviço inexiste para 70,0% dos moradores da quota B e para 76,2% dos moradores da quota C (Tabela 10).

² Quota B – Participantes moradores de áreas de ocupação irregular ou informal

³ Quota C – Participantes moradores de áreas desafetadas

^{*}N obtido de acordo com as respostas sim referente ao componente: Mau cheiro de esgoto na residência ou próxima a ela.

^{**} Possuem poços artesianos

^{***} Ligação proveniente de outra residência

Para 74,6% do total das pessoas entrevistadas não existe mau cheiro de esgoto na residência ou próxima a ela, no entanto, a metade dos participantes da quota B (50%) e a maioria dos participantes da quota C (42,9%) são contrários a esta afirmação. Para os participantes que responderam de modo afirmativo a presença de mau cheiro, 61,4% dos pesquisados afirmaram que este fato não ocorre sempre, mas apenas às vezes. Contudo, nas quotas B todos os participantes e a maioria (77,8%) dos respondentes da quota C afirmaram que esse fenômeno sempre ocorre (Tabela 10).

Ainda sobre esgoto, 81,8% dos participantes afirmaram que não há esgoto a céu aberto na rua da residência. Já para a maioria (60,0%) dos moradores da quota B, há esgoto a céu aberto na rua (Tabela 10).

Em relação ao sistema de abastecimento de água, 98,8% das residências são atendidas pela concessionária municipal. Apenas duas residências são abastecidas por poços artesianos e outras duas são abastecidas indiretamente pela concessionária municipal, mas recebem esse serviço através de ligações caseiras com residências vizinhas. Para 52,9% dos respondentes a nota atribuída a esse serviço variou entre 6 e 7 para ambas as quotas.

3.4.3 Indicador: Condições de serviço de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública

As informações obtidas pela pesquisa sobre as condições de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública foram descritas na tabela 11.

Tabela 11 - Informações extraídas dos moradores do bairro Santa Helena, Lages, SC, referente à variável infraestrutura urbana do indicador condições de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública do questionário Índice de qualidade de vida urbana (IQVU).

Componente	Categoria	Quota A 1		Quota B ²		Quota C ³		Total	
A residência é ligada à rede pública de	Sim	305	100,0	20	100,0	20	95,2	345	99,7
abastecimento de energia elétrica	Não	0	0,0	0	0,0	1	4,8	1	0,3
cictica	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Nota para serviço da rede pública de abastecimento de energia elétrica	0-2 3-5 6-7 8-9 10 Não se aplica Total	0 15 173 110 7 0 305	0,0 4,9 56,7 36,1 2,3 0,0 100,0	0 3 5 6 6 0 20	0,0 15,0 25,0 30,0 30,0 0,0 100,0	0 4 5 7 4 1 21	0,0 19,0 23,8 33,3 19,0 4,8 100,0	0 22 183 123 17 1 346	0,0 6,4 52,9 35,5 4,9 0,3 100,0
A iluminação	Sim	187	61,3	9	45,0	10	47,6	206	59,5
pública abrange todas as casas da rua	Não	118	38,7	11	55,0	11	52,4	140	40,5
uaiua	Total	305	100,0	20	100,0	21	100,0	346	100,0
Nota para iluminação pública	0-2 $3-5$ $6-7$ $8-9$	23 52 119 53	7,5 17,0 39,0 17,4	3 6 7 2	15,0 30,0 35,0 10,0	3 2 8 6	14,3 9,5 38,1 28,6	29 60 134 61	8,4 17,3 38,7 17,6
	10 Total	58 305	19,0 131,2	20	10,0	21	9,5 100,0	62 346	17,9 17,9

¹ Quota A – Participantes moradores de áreas de ocupação regular

A pesquisa revelou que 99,7% das residências são abastecidas pela concessionária estadual de energia elétrica. Sendo que a maioria dos respondentes atribuiu nota que varia de 6 a 9 para este serviço entre ambas as quotas investigadas (Tabela 11).

Por fim, 40,5% dos respondentes afirmaram que a iluminação pública não atinge todas as residências da rua, e a maioria dos respondentes

² Quota B – Participantes moradores de áreas de ocupação irregular ou informal

³ Quota C – Participantes moradores de áreas desafetadas

atribuíram notas de 6 ou 7 para esse serviço, havendo o mesmo comportamento de respostas entre as três quotas (Tabela 11).

4 DISCUSSÃO

4.1 Caracterização sociodemográfica da população

Os resultados demonstraram que a maioria da população entrevistada é do sexo feminino (Tabela 3). É necessário ratificar que o critério de inclusão utilizado nessa pesquisa indicava que seriam entrevistadas as pessoas que se autodeclaras sem como os responsáveis pela residência entrevistada. Assim, pode-se dizer que a maioria das famílias do estudo é chefiada por mulheres. Pinto (2011) relata que as famílias que são chefiadas por mulheres geralmente são associadas às situações de vulnerabilidade econômica, uma vez que cabe a mulher prover a residência, além de assumir os cuidados com os filhos. Essa jornada dupla acarreta em subempregos, muitas vezes mal remunerados, o que dificulta no sustento da família.

Além disso, a pesquisa revelou que entre as quotas B e C, a maioria dos entrevistados possui renda de até um salário mínimo e nas mesmas quotas, o percentual de mulheres entrevistadas também é maior (PINTO, 2011).

Contribui para essa problemática, os resultados sobre o índice de escolarização do bairro que demonstraram que entre as quotas B e C o percentual de pesquisados que não são alfabetizados ou que possuemensino fundamental incompleto é maior nestas quotas.

O índice de escolarização associa-se à uma condição socioeconômica menor porque muitas dessas pessoas acabam abandonando

os estudos para prover o sustento das famílias. A fragilidade financeira, associada à fragilidade educacional aumenta a dificuldade econômico-social destas pessoas (SCARPELLINI, 2011).

4.2 Descrição da variável habitação

A pesquisa demonstrou que a maioria das residências pesquisadas é do tipo própria, sendo que na quota A, área regularmente ocupada, há maior número de imóveis alugados.

Os residentes das quotas B e C, encontram-se numa situação de informalidade fundiária, assim, esta população não consegue acessar à moradia adequada e formal por não possuírem condições financeiras para tal. O acesso à habitação formal é, portanto, seletivo, além disso, essa população não possui renda suficiente para pagar o aluguel de uma habitação decente, sendo que recorrem a construções precárias que apresentam baixa habitabilidade habitacional (PESSOA, 2015). Neste sentido, entende-se por habitabilidade habitacional o conjunto de aspectos que interferem na qualidade de vida dos moradores em escala habitacional. Para isso, devem ser atendidos os aspectos físicos, psicológicos e socioculturais do usuário da habitação (SILVA, SCOCUGLIA, 2015).

Em relação à metragem das residências, entre as quotas analisadas, a quota B apresentou maior índice de residências na categoria entre 55 e 75 metros quadrados. O estudo realizado por CARMO (2015) verificou que o rendimento da população influencia no acesso às melhores condições de habitabilidade. Para esta pesquisa, o acesso a uma melhor qualidade residencial variou em função da situação econômica em que encontravam-se os respondentes. Além disso, a pesquisa identificou que em termos de

dimensão, foram observadas condições de habitabilidade inferiores nas residências com dimensão menor.

Assim, em específico para o caso das residências localizadas na quota B, ficou estabelecida uma relação entre a qualidade habitacional e as dimensões de cada residência com a taxa de renda das famílias ocupantes.

Durante a pesquisa, foi observado também a presença de mais do que uma residência por lote, o que aponta mais uma vez para a dificuldade de compra de terrenos adequados à moradia e de respeito aos limites do uso e ocupação do solo, salientando a problemática da valorização imobiliária (DE CARVALHO, 2015).

O acesso restrito ao mercado imobiliário formal, aliado aos baixos salários resultam na construção espontânea - a autoconstrução. O fenômeno da autoconstrução surge para suprir as demandas da população. A construção de duas ou mais residências por lote sem planejamento adequado e sem o respeito aos índices urbanísticos propostos pelo plano diretor trazem como consequência a falta de iluminação e ventilação adequadas entre as habitações, uma vez que a taxa de ocupação do lote é aumentada. Além disso, quando as construções não são adequadamente supervisionadas podem comprometer a segurança dos moradores (DE CARVALHO et. al., 20015; SILVERIO, 2015).

A Organização Mundial de Saúde define que a saúde advém de um conceito muito maior do que a ausência de doença (MARTINS; LACERDA, 2016) perpassa, sobretudo pela condição do ambiente em que o ser humano está inserido. Portanto, a habitação constitui-se também no espaço de construção e manutenção da saúde (SILVA, SCOCUGLIA, 2015). Assim, muito mais do que garantir o direito à moradia, torna-se fundamental garantir o acesso a uma habitação saudável. Pasternak (2016) argumenta que o conceito de habitação em si já é um conceito bastante intangível e abstrato

que envolvem quatro aspectos: a estrutura física; a estrutura econômica, social e cultural em que se constroem as relações entre os residentes; o *lócus* onde a casa está instalada; e as relações de vizinhança. O conceito de habitação saudável diz respeito ao atendimento integral das necessidades biopsicossociais dos usuários da residência em relação aos quatro aspectos observados.

Um dado interessante encontrado durante a pesquisa refere-se à ausência de banheiro em duas residências pesquisadas. Segundo Silva e Scoguglia (2015) a moradia, além de cumprir sua função de abrigo e proteção, deve ser o local onde o ser humano tenha a garantia de atendimento de suas necessidades básicas. A legislação brasileira, por sua vez, considera que uma moradia é minimamente adequada quando esta possui banheiro, cozinha e pelo menos um cômodo habitável, onde estejam resguardas condições satisfatórias de higiene, salubridade, segurança e habitabilidade.

Deste modo, percebe-se que no bairro ainda existem condições precárias de habitação que podem levar ao comprometimento da saúde e do bem estar das pessoas envolvidas, fato que salienta a necessidade de medidas públicas que revertam esta situação e possam garantir as condições mínimas de moradia e habitabilidade habitacional a estas famílias.

4.3 Descrição da variável acesso a bens e serviços

As discussões referentes a variável acesso a bens e serviços serão apresentadas em quatro tópicos: condições de saúde, condições de educação, espaços de lazer e serviços urbanos.

4.3.1 Indicador: Condições de saúde

O levantamento realizado no bairro Santa Helena revelou que a maioria da população utiliza o atendimento a Unidade Básica de Saúde (UBS) (Tabela 5). Além disso, ao realizar uma comparação entre as três quotas percebeu-se que as quotas B e C, justamente àquelas que apresentaram maior percentual de população com renda de até um salário mínimo, utilizam mais da UBS (Tabelas 1 e 3).

De acordo com Marin e Moracvick (2014), garantir o acesso aos serviços de saúde, representa o primeiro passo para que as necessidades de saúde da população sejam garantidas. Estes autores afirmam também que a garantia de acesso aos serviços de saúde representa um marco histórico, uma vez que as políticas públicas têm negligenciado esse atendimento, sobretudo, para as pessoas mais carentes. O resultado encontrado na pesquisa reforça o papel do estado em promover e articular políticas de promoção de saúde para o atendimento dessas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa revelou também, que, dentre aqueles que relataram não fazer uso dos serviços de saúde, a maioria afirmou dificuldade no acesso a estes serviços. Em muitos casos, durante a entrevista, os respondentes relataram dificuldades ou demora no agendamento do atendimento médico, sobretudo atendimento com especialistas. A UBS do bairro Santa Helena possui uma equipe multidisciplinar com um clínico geral, assim, para serem agendadas consultas comoutras especialidades é necessário encaminhamento da UBS para a Policlínica Municipal. Esse encaminhamento somente é realizado após consulta como clínico geral para efetuar a triagem do paciente.

Essas dificuldades relatadas pelos entrevistados que não utilizam a UBS também foram relatadas por aqueles que o fazem com frequência. Essa

situação pode justificar o conceito atribuído pela maioria da população que avaliou o atendimento como sendo de regular a bom.

De acordo com Martins e Lacerda (2016) há uma lacuna existente entre a demanda domiciliar e o estabelecimento de políticas públicas, o que faz com que a qualidade da assistência prestada seja comprometida, pois os serviços de saúde ainda não possuemaparato organizacional suficiente para atender à esta demanda.

Apesar disso, o município de Lages possui o programa Estratégia de Saúde na Família (ESF) do qual faz parte a UBS do bairro Santa Helena. A ESF atua na atenção básica, na promoção da saúde e na prevenção de doenças nas famílias. Segundo Malta (2016) os investimentos do programa têm apresentado resultados positivos desde a sua criação como a redução da mortalidade infantil, redução do número de internações hospitalares, maior equidade no atendimento e garantia de continuidade no tratamento de doenças crônicas como diabetes, hipertensão, entre outras.

Para atendimento aos pressupostos estabelecidos pelo ESF é fundamental o trabalho do Agente Comunitário de Saúde (ACS) que realiza o levantamento dos dados epidemiológicos da população onde atua. No entanto, para a maioria da população entrevistada a frequência de visitação do ACS ocorre ocasionalmente, assim, a maioria da população avaliaram esse serviço como regular a bom. O ACS deve realizar visitas domiciliares regulares a todas as famílias inseridas no seu espaço de atuação. A justificativa para as visitas ocasionais pode estar relacionada à sobrecarga de trabalho dos ACS ou à dificuldade em acessar as residências em horários comerciais. Além disso, há uma tendência em priorizar o atendimento às pessoas que encontram-se em situação de vulnerabilidade física, como idosos, gestantes e hipertensos (KEBIAN; ACIOLI, 2014).

O ACS é o principal ator da ação comunitária para a promoção de saúde, já que deve identificar os problemas da população e deve orientar a população na busca de auxílio para resolução das deficiências encontradas (DA ROCHA CABRAL, 2015).

4.3.2 Indicador: Condições de educação

Os resultados revelaram certo equilíbrio entre os moradores que disseram utilizar a creche e as escolas do bairro. Entre aqueles que informaram possuir membros do grupo familiar que utilizam as escolas e a creche do bairro, a maioria dos residentes das quotas B e C informou utilizar estas instituições.

O resultado obtido pode estar relacionado a renda familiar, uma vez que a quota A apresenta maiores percentuais de pessoas que se declararam com maiores rendas em relação aos moradores das quotas B e C. Assim, a universalização do acesso à educação constitui-se em uma prerrogativa fundamental e que é preconizada pelas políticas públicas brasileiras relativas à educação.

A educação de qualidade se realiza na medida em que logre preparar o indivíduo para o exercício da ética profissional e da cidadania. Supõe, ainda, educá-lo para compreender e ter acesso a todas as manifestações da cultura humana.

4.3.3 Indicador: Espaços de lazer

Os resultados revelaram que a maioria da população entrevistada não utilizam as academias de ginástica e a quadra de esportes localizadas no bairro (Tabela 7). Pesquisas recentes têm verificado que o acesso da

população aos espaços com maior biodiversidade ambiental ajuda na promoção de bem estar e consequente melhoria na qualidade de vida destas pessoas, como satisfação pessoal, fuga da rotina, tranquilidade, dentre outros (LONDE, 2014; CARRUS et. al, 2015).

No instrumento de pesquisa, não existia uma pergunta indagando sobre o motivo da não utilização destes espaços, no entanto, no momento da entrevista, muitos respondentes justificaram o motivo. Os motivos mais listados foram falta de tempo e falta de segurança nos espaços de lazer existentes.

Em relação à falta de tempo Monge et. al. (2016) relata que o tempo de repouso adequado, o tempo de lazer ou a realização de uma atividade que gere prazer e realização pessoal não faz parte do estilo de vida da maioria dos brasileiros. A dinâmica estabelecida pela sociedade atual culminou em relações humanas mais distantes. Assim, trabalha-se mais tempo e dedica-se cada dia menos tempo para as atividades de lazer, já que os finais de semana ou feriados, muitas vezes, constituem-se também em dias de trabalho.

A avaliação média para os espaços de lazer é considerada regular. Um dos problemas relatados diz respeito à falta de segurança destes locais e falta de iluminação pública, pois a infraestrutura que estes apresentam ainda é insuficiente. A falta de segurança nos espaços destinados ao lazer justificase pela existência de áreas verdes urbanas sem a devida infraestrutura pode acarretar em vazios urbanos. Os vazios urbanos caracterizam-se por áreas livres que ficam à margem do uso e ocupação do solo da necessidade da população. Em grandes centros, onde há existência de terrenos livres, prédios desocupados ou espaços de lazer desqualificados e sem utilização, verificase que estes têm sido ocupados por movimentos de sem-teto e pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social (CONTI et. al., 2015). Assim quanto maior for o aparelhamento urbanístico e maior for a

diversidade de uso nestes locais, menor é a chance destes espaços ficarem ociosos (BAHIA, 2012). Assim é importante que o poder público municipal potencialize a diversificação destes espaços e desenvolvam políticas de incentivo ao uso destes espaços por parte dos moradores do local.

4.3.4 Indicador: Serviços urbanos

A pesquisa verificou que a população desloca-se majoritariamente para o centro para realizar suas transações bancárias. Quando perguntados sobre o porquê desta escolha, a maioria dos entrevistados relataram que ainda falta no bairro um serviço bancário mais especializado, uma vez que há restrição do valor de pagamento de alguns boletos.

O bairro possui dois locais que atuam como correspondentes bancários. Estes, ofertam os serviços financeiros em supermercados. Messias et. al. (2015) frisam a importância dos correspondentes bancários como uma alternativa para a população, principalmente às pessoas que vivem em locais mais afastados do centro urbano, facilitando o acesso e estimulando o varejo local, uma vez que estes correspondentes bancários têm possibilidade de aumento de renda através da prestação de serviços bancários, além de atrair potenciais novos clientes para seu comércio.

Os residentes das áreas mais afastadas do bairro reclamam da dificuldade de locomoção ao centro, sobretudo as pessoas mais idosas, uma vez que, conforme verificado no Capítulo I, a topografia que o bairro apresenta é bastante declivosa.

Um dado bastante relevante diz respeito ao não atendimento por parte dos serviços de correios a algumas residências entrevistadas. A localização geográfica é um fator preponderante neste caso, pois alguns locais onde essa situação foi verificada localizavam-se em servidões locais com

topografia íngreme o que dificulta a locomoção física e a realização destes serviços no local. Neste caso, a entrega das correspondências era feita na casa localizada no início da servidão.

4.4 Descrição da variável infraestrutura urbana

As discussões referentes a variável infraestrutura urbana s serão apresentadas em três tópicos: condições de limpeza urbana, condições de saneamento básico e condições de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública.

4.4.1 Indicador: Condições de limpeza urbana

O indicador limpeza urbana apresentou dois serviços que obtiveram avaliações bem diversas. O serviço de coleta de lixo recebeu nota entre 8 e 10, já o serviço de limpeza e/ou varrição de rua recebeu nota entre 0 e 5.

O serviço de coleta de lixo foi o item melhor avaliado na pesquisa, sendo que para todas as perguntas relacionadas ao tema, mais de 90,0% da população mostrou-se satisfeita. Em Lages, este serviço é realizado por empresa terceirizada, reforçando a tendência de serem estabelecidas parcerias público-privadas nas gestões municipais de serviços públicos. Entre os estudos que objetivamanalisar a eficiência dessa forma de gestão, muitos têm apontado para um ganho qualitativo, uma vez que ao terceirizar o serviço, a prefeitura municipal estabelece padrões de cumprimento de determinados requisitos. Para atender a esses requisitos, as empresas interessadas em participar do processo devemqualificar a mão-de-obra de seus colaboradores por meio de treinamentos periódicos, além de investir em equipamentos

modernos que possamatender a demanda das necessidades dos serviços que prestarão (JEGER, 2015).

Em oposição a esta situação, o serviço de varrição e/ou capina das ruas foi avaliado pelos moradores do bairro Santa Helena com notas muito baixas. Este serviço é realizado pela Secretaria de Serviços Públicos do município. Neste caso, verifica-se que existe falta de mão-de-obra especializada, além do sucateamento de máquinas e inexistência equipamentos adequados para a realização deste serviço (JEGER, 2015). Assim é necessário que o poder público municipal aumente os investimentos nessa área, uma vez que se constituiu num importante gargalo verificado. Além disso, a manutenção destes espaços é dificultada, justamente porque falta infraestrutura urbana no bairro. Essa problemática relaciona-se diretamente à falta de planejamento do bairro já evidenciada no Capítulo I.

4.4.2 Indicador: Condições de saneamento básico do bairro

Os resultados encontrados durante a realização das entrevistas complementam o levantamento realizado no Capítulo I apresentado pela figura 5, sendo que há uma tendência de relação entre ambas as informações. Ou seja, os moradores, em sua maioria, apresentaram a mesma percepção sobre as condições de saneamento básico do bairro que a pesquisadora relatou.

Em relação à existência de sistema de tratamento de esgoto, verificase que as quotas B e quotas C relataram que o despejo dos dejetos sanitários ocorre diretamente nos rios e córregos. Ressalta-se que as quotas B e C estão localizadas em áreas ambientalmente vulneráveis conforme demonstrado pelas figuras 3 e 5 (Capítulo I) e isso faz com que tenham melhor percepção sobre a deposição destes materiais em locais inadequados em contraste com a amostra da quota A que habitam áreas não vulneráveis. De acordo com Souza e Andrade (2014) o desenvolvimento sustentável deve atender aos requisitos de acessibilidade equitativa ao saneamento básico, infraestrutura urbana, acesso à água potável, educação e saúde. O acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, portanto, é um componente essencial da saúde. Assim, é possível relacionar saúde e doença à condição socioambiental em que cada população se encontra. Deste modo, a ocupação das áreas irregulares pela população, participantes da quota B, as expõe a um ambiente adoecedor, já que condições mínimas necessárias a saúde, como saneamento básico e destinação correta dos dejetos urbanos e sanitários, muitas vezes não são observados nestas áreas.

Assim, os resultados encontrados pela pesquisa ratificam essa condição socioambiental, uma vez que relatam que há maior prevalência de pessoas commenor renda em ambientes ecologicamente vulneráveis e com menos infraestrutura sanitária.

Existem hoje diversos estudos que associam a prevalência de doenças à falta de saneamento básico. O estudo realizado por Bühler (2014) é um exemplo destes estudos e como resultado verificou que quanto maiores os riscos socioambientais, principalmente no que diz respeito à pobreza e ao saneamento básico, maiores são os riscos de óbito por diarreias em crianças menores de um ano, por exemplo.

4.4.3 Indicador: Condições de serviço de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública

O item que merece mais atenção em relação a este indicador diz respeito à iluminação pública ineficiente. Essa situação já havia sido verificada no levantamento sobre a infraestrutura urbana do bairro

apresentado no Capítulo I. O percentual de respondentes que apontarampara o mesmo problema é de 40,5% da população entrevistada.

Para muitos dos entrevistados, a falta de iluminação pública contribui para a insegurança do local. A ausência de iluminação favorece a proliferação de crimes de todas as ordens e dificulta a ação policial de prevenção ou repressão. Assim, a iluminação pública é um elemento fundamental para as cidades, uma vez que proporciona sensação de segurança aos citadinos e incentiva a prática de atividades noturnas (OLIVEIRA GALINDO, 2015).

5 CONCLUSÃO

Os resultados sobre a percepção dos moradores em relação as condições de vida do local revelaram aspectos positivos em alguns dos itens avaliados, como garantia de acesso ao atendimento de saúde e acesso à educação. No entanto, a maioria dos itens avaliados como condições de saneamento básico, espaços de lazer, habitabilidade habitacional e infraestrutura urbana, ainda necessita de melhorias de reestruturação e aparelhamento urbanístico para o atendimento equitativo de todas as necessidades básicas da população.

Mesmo que seja garantido o acesso aos serviços de saúde, é necessário primeiro que o ambiente se configure em um espaço de promoção de saúde e prevenção de doenças, do contrário, as demandas relativas a este serviço tendem a aumentar na medida em que as condições socioambientais são minoradas.

Além disso, a pesquisa revelou que a qualidade de vida urbana dos moradores de áreas de ocupação irregular ou informal e das áreas desafetadas tem sido influenciada direta e indiretamente pela falta de ordenamento territorial apropriado e de infraestrutura propícia nestes locais, consequência do modo de ocupação sem planejamento urbano adequado.

Diante dos resultados obtidos, é notório a necessidade que o poder público municipal construa medidas públicas de ordenamento e aperfeiçoamento urbanístico para garantir a qualidade de vida urbana desta população.

REFERÊNCIAS

AHERN, J. Urban landscape sustainability and resilience: the promise and challenges of integrating ecology with urban planning and design. **Landscape Ecology,** v. 28, n. 6, p. 1203-1212, 2013.

BARTEN, F.; AKERMAN, M.; BECKER, D.; FRIEL, S.; HANCOCK, T.; MWATSAMA, M.; RICE, M.; SHEUYA, S.; STERN, R. Rights, knowledge, and governance for improved health equity in urban settings. **Journal of Urban Health,** v. 88, n. 5, p. 896-905, 2011.

BARTON, H.; GRANT, M. Urban planning for healthy cities. **Journal of Urban Health,** v. 90, n. 1, p. 129-141, 2013.

BÜHLER, Helena Ferraz et al. Análise espacial de indicadores integrados determinantes da mortalidade por diarreia aguda em crianças menores de 1 ano em regiões geográficas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4131-4140, 2014.

CAMPOS, M. O.; RODRIGUES NETO, J. F. Qualidade de vida: um instrumento para promoção de saúde. **Revista Baiana de saúde pública,** v. 32, n. 2, p. 232, 2014.

CARMO, Renato Miguel do et al. Desigualdades em tempos de crise: vulnerabilidades habitacionais e socioeconómicas na Área Metropolitana de Lisboa. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, n. 40, p. 1-2, 2015.

DA ROCHA CABRAL, Juliana et al. Avaliação da qualidade dos serviços prestados por uma unidade de saúde da família. **Gestão e Saúde**, v. 6, n. 2, p. 1382-1393, 2015.

DE CARVALHO, Nyany Cardim; GUIMARÃES, Mabel Gomes; CASTILLO, Leonardo Augusto Gómez. Desenvolvimento de alternativas sustentáveis para habitação de baixa renda. **Estudos em Design**, v. 18, n. 2, 2015.

DE OLIVEIRA GALINDO, Fernando Augustinho. ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO NA SEGURANÇA PÚBLICA: ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS RELACIONADOS. Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, v. 9, n. 1, 2015.

HONDA, S. C. D. A. L.; DO CARMO VIEIRA, M.; ALBANO, M. P.; MARIA, Y. R. Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana,** v. 7, n. 1, p. 62-73, 2015.

JEGER, Ernesto. Parcerias público-privado. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, p. 181-184, 2015.

KEBIAN, Luciana Valadão Alves; ACIOLI, Sonia. A visita domiciliar de enfermeiros e agentes comunitários de saúde da Estratégia Saúde da Família. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 16, n. 1, p. 161-9, 2014.

MARIN, Maria José Sanches; MORACVICK, Maria Yvette Aguiar Dutra; MARCHIOLI, Milton. Acesso aos serviços de saúde: comparação da visão de profissionais e usuários da atenção básica. **Rev. enferm. UERJ**, v. 22, n. 5, p. 629-636, 2014.

MARTINS, Soriane Kieski; LACERDA, Maria Ribeiro. O atendimento domiciliar à saúde e as políticas públicas em saúde. **Northeast Network Nursing Journal**, v. 9, n. 2, 2016.

MESSIAS, José Flavio; ONO, Marcelo Yamashita; PALMISIANO, Angelo. A expansão dos correspodentes bancários: análise sobre o retorno financeiro e instrumento de inclusão social. **RIT-REVISTA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**, v. 5, n. 1, p. 106-122, 2015.

NAHAS, M. I. P.; DE AVELAR ESTEVES, O.; SIMÕES, R. F.; MARTINS, V. L. A. B.; GUERRA, L. P. Índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH): um instrumento intra-urbanístico de gestão da qualidade de vida. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR,** v. 7, 2013.

NAHAS, M. I. P.; PEREIRA, M. A. M.; ESTEVES, O. D. A.; GONÇALVES, É. Metodologia de construção do índice de qualidade de vida urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR). XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, p. 51-66, 2016.

PESSOA, Mariana Lisboa. O cenário da habitação informal e da regularização fundiária em Porto Alegre/RS. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 3, p. 109-120, 2015.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serv. soc. soc**, n. 105, p. 167-179, 2011.

SCARPELLINI, Marister; VY, Carlos. Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. **Anais II Simpósio Gênero e Políticas**, **Londrina**, 2011.

SILVA, Camila Coelho; SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. HABITAÇÕES COLETIVAS PRECÁRIAS DE ALUGUEL NO BAIRRO VARADOURO (JOÃO PESSOA/PB) E SUAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 3, n. 20, 2015.

SILVERIO, Guilherme Sebastião et al. Indicadores de Sustentabilidade Ambiental em Bairros na Cidade de Pato Branco-PR (Indicators of Environmental Sustainability in Neighborhoods in the City of Pato Branco-PR). **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 7, n. 6, p. 1174-1186, 2015.

SOUZA, Cinoélia Leal de; ANDRADE, Cristina Setenta. Saúde, meio ambiente e território: uma discussão necessária na formação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4113-4122, 2014.

SUSNIENE, D.; JURKAUSKAS, A. The concepts of quality of life and happiness—correlation and differences. **Engineering Economics**, v. 63, n. 4, 2015.

TEIXEIRA, C. S.; DOS SANTOS, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. bras. educ. fís. esporte,** v. 26, n. 2, p. 241-50, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

Com o desenvolvimento desta pesquisa foi possível observar que há crescimento populacional acelerado nos últimos anos no bairro Santa Helena e uma demanda cada vez maior por moradias e habitação. Concomitantemente, há um processo crescente de ocupação desordenada do solo o que tem acarretado no aumento da vulnerabilidade ambiental desse local, uma vez que a maior parte da ocupação irregular do solo do bairro ocorre sobre as áreas de afloramento do Aquífero Guarani, áreas verdes, córregos e rios do entorno.

Somado a isso, a carência de infraestrutura urbana no local, principalmente de rede viária adequada e esgoto sanitário tem provocado, respectivamente, a ocorrência de enxurradas que carregam detritos das cotas mais altas para o interior dos córregos culminando em transbordos e deposição dos efluentes urbanos diretamente nos vários córregos da região, possibilitando a ocorrência de contaminações ambientais e humanas.

Além disso, a percepção dos moradores em relação as condições de vida do local revelam aspectos positivos emrelação ao atendimento de saúde e acesso à educação. No entanto, a itens como condições de saneamento básico, espaços de lazer, habitabilidade habitacional e infraestrutura urbana, ainda necessitamde melhorias de reestruturação e aparelhamento urbanístico para o atendimento das necessidades básicas da população.

Com isso, a realização desta pesquisa trouxe resultados importantes a cerca de dois problemas atuais: o direito à moradia e o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, uma vez que ambos os direitos encontram-se em conflito e que, comprometem a qualidade de vida da população estudada.

A análise sobre estas questões é bastante complexa já que envolve a discussão sobre as dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Ratifica-se assim, a ideia de que o planejamento urbano deve ser articulado de maneira interdisciplinar e holística, abordando a complexidade relativa de cada dimensão.

Além disso, o espaço urbano deve ser pensado para as pessoas que nele convivem. A multiplicidade de questões biopsicossociais relativas à existência humana é complexa e ampla por essência. No entanto, algumas questões são comuns a grande parte da população, já que correspondem às necessidades básicas de cada indivíduo.

Desse modo, ainda se faz necessário avançar mais, estudando outras variáveis sobre este tema, tais como, a regularização fundiária, condições de habitabilidade urbana e habitacional das áreas desafetadas no município; a política municipal de Habitação de Interesse Social, tendo em vista a ocupação irregular e informal das áreas urbanas e além disso, a mensuração do índice de vulnerabilidade social, um dos requisitos que devem ser minorados para adequação ao programa cidade saudável.

Deste modo, esta pesquisa apresenta como contribuição técnica e científica ampliar e fomentar discussões acerca da regulamentação das áreas de ocupações ambientalmente vulneráveis, sobretudo as de recarga do Sistema Aquífero Guarani (SAG). Uma vez que o SAG consiste num ecossistema com abrangência nacional, e as implicações provenientes de um processo de contaminação afetam direta e indiretamente outros territórios além do município de Lages. Assim, tais discussões podem fomentar o desenvolvimento de políticas públicas municipais que visem melhorar o uso e a ocupação do solo de uma região de interesse nacional tornando-a menos vulnerável aos problemas ambientais suscitados.

Além disso, esta pesquisa tem relevância científica, uma vez que aborda sobre a qualidade de vida urbana de uma parcela da população do município, utilizando-se de um instrumento ainda não trabalhado no local.

Isto fornece base para pesquisas futuras neste mesmo viés, para os demais bairros da cidade de Lages com o intuito de mensurar o índice de qualidade de vida urbana municipal e assim conduzir a cidade à adequação necessária para futuramente integrar o programa cidade saudável.

REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO

ACSELRAD, H. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 107, p. 25-38, 2011a.

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 79-90, 2011b.

ADRIANO, J. R.; WERNECK, G. A. F.; SANTOS, M. D.; SOUZA, R. D. C. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida. **Ciência Saúde Coletiva,** v. 5, n. 1, p. 53-62, 2000.

AHERN, J. Urban landscape sustainability and resilience: the promise and challenges of integrating ecology with urban planning and design. **Landscape Ecology**, v. 28, n. 6, p. 1203-1212, 2013.

ALBUQUERQUE FILHO, J.; DE CARVALHO, A.; IKEMATSU, P.; BARBOSA, M. C.; IRITANI, M.; PRESSINOTTI, M. N.; ROCHA, G.; DA SILVA, M. P. M.; THEODOROVICZ, A. Diretrizes para o desenvolvimento e proteção ambiental da área de afloramento do Sistema Aquífero Guarani no estado de São Paulo, Brasil. **Boletín Geológico y Minero,** v. 123, n. 3, p. 353-366, 2012.

ARÁN, M.; PEIXOTO JÚNIOR, C. A. Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade. **Revista de saúde pública,** v. 47, n. 5, p. 849-857, 2007.

ARAÚJO, M. C. C.; CÂNDIDO, G. A. Qualidade de vida e sustentabilidade urbana. **HOLOS**, v. 1, p. 3-19, 2014.

BARTEN, F.; AKERMAN, M.; BECKER, D.; FRIEL, S.; HANCOCK, T.; MWATSAMA, M.; RICE, M.; SHEUYA, S.; STERN, R. Rights, knowledge, and governance for improved health equity in urban settings. **Journal of Urban Health,** v. 88, n. 5, p. 896-905, 2011.

BARTON, H.; GRANT, M. Urban planning for healthy cities. **Journal of Urban Health,** v. 90, n. 1, p. 129-141, 2013.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais de política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados 2009.

- CAMPOS, M. O.; RODRIGUES NETO, J. F. Qualidade de vida: um instrumento para promoção de saúde. **Revista Baiana de saúde pública,** v. 32, n. 2, p. 232, 2014.
- CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** v. 13, n. 2, p. 27-53, 2012.
- CARDOSO, P.; ROMEIRO, P.; GINTERS, I.; TORRES, S.; VILLELA, A.; ABRAMO, C.; MADOPE, E. Sistema nacional de habitação de interesse social à luz do novo marco legal urbanístico: subsídios para implementação nos estados e municípios; Lei Federal nº 11.124/05. 2008.
- CARRUS, G. et al. Go greener, feel better? The positive effects of biodiversity on the well-being of individuals visiting urban and peri-urban green areas. **Landscape and Urban Planning**, v. 134, p. 221-228, 2015.
- CIDADE, L. C. F. Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade: em busca de uma construção interdisciplinar. **Cadernos Metrópole. ISSN** (impresso) 1517-2422;(eletrônico) 2236-9996, v. 15, n. 29, p. 171-191, 2013.
- CHEIBUB, Zairo B.; LOCKE, Richard M. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. **Empresa, empresários e globalização. Rio de Janeiro: Relume Dumará**, 2002.
- COHEN, S. C.; CYNAMON, S. E.; KLIGERMAN, D. C.; ASSUMPÇÃO, R. F. Habitação saudável no Programa Saúde da Família (PSF): uma estratégia para as políticas públicas de saúde e ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 807-813, 2004.
- CONCEIÇÃO, R. P. D. Análise das tragédias de Janeiro de 2011, no bairro jardim Zaíra, município de Mauá/SP: uma análise episódica. 2013. 266 Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 2013.
- DA CUNHA, J. M. P. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21, n. 2, p. 343-347, 2013.
- DA SILVA, J. R. F.; ROLNIK, R.; KLINTOWITZ, D. C.; COBRA, P. L. N.; DE OLIVEIRA EMILIANO, E. Disponibilidade de solo urbano para

habitação de interesse social e regulação urbanística: conflitos e desafios. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR,** v. 14, 2013.

DE AVELAR ESTEVES, O.; NAHAS, M. I. P. Influência da possibilidade espacial de acesso a serviços, na qualidade de vida urbana: o caso do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v.** 11, 2013.

DE BHANTHUMCHINDA PORTELA, T.; DE OLIVEIRA, E. H. P. O urbanismo e as culturas outras: sobre as possibilidades de produção do espaço urbano contemporâneo. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 10, 2013.

DE MELO MONTE-MÓR, R. L. O tema do desenvolvimento no contexto da Anpur: uma reflexão crítica preliminar. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 1, p. 107-124, 2013.

DE MIRANDA, L. I. B. Planejamento em áreas de transição rural-urbana: velhas novidades em novos territórios. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** v. 11, n. 1, p. 25-40, 2011.

DE OLIVEIRA, F. L. Elaboração e aprovação de planos diretores brasileiros no século XXI. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR,** v. 15, 2013a.

DE OLIVEIRA, F. L. Os novos planos diretores municipais brasileiros: uma avaliação preliminar. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR,** v. 14, 2013b.

DE OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente construído,** v. 7, n. 2, p. 59-69, 2007.

DE SOUZA, J. D. R.; SOARES, B. R. CIDADES SAUDÁVEIS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA: análise e avaliação na área urbana de Ibiá—Minas Gerais. 2014.

DO NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. 2010.

DOMINGUES, M.; DOMINGUES, J. Estatística Exploratória. 2010.

- FREIRE, R. H. A.; CALEGARI, E. B.; CORREA, L. E.; DE ANGELIS, D. Índice de Áreas Verdes Para Macrozona de Consolidação De Paranavaí—Pr. **Revista Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, p. 01-22, 2012.
- GOMES, D.; ZAMBAM, N. O desafio da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Direito,** v. 7, n. 1, 2011.
- GOULART, J. O.; TERCI, E. T.; OTERO, E. V. A dinâmica urbana de cidades médias do interior paulista sob o Estatuto da Cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** v. 15, n. 1, p. 183-200, 2013.
- GUPTA, P.; GOYAL, S. Urban Expansion and Its Impact on Green Spaces of Dehradun City, Uttarakhand, India. **International Journal of Environment,** v. 3, n. 4, p. 57-73, 2014.
- HAYEK, U. W.; EFTHYMIOU, D.; FAROOQ, B.; VON WIRTH, T.; TEICH, M.; NEUENSCHWANDER, N.; GRÊT-REGAMEY, A. Quality of urban patterns: Spatially explicit evidence for multiple scales. Landscape and Urban Planning, v. 142, p. 47-62, 2015.
- IMAGAWA, Roberta Keiko Taki. USO DE BENS PÚBLICOS E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PÚBLICA. **Revista de Direito Público da Procuradoria-Geral do Município de Londrina**, v. 4, n. 1, p. 133-152, 2015.
- HONDA, S. C. D. A. L.; DO CARMO VIEIRA, M.; ALBANO, M. P.; MARIA, Y. R. Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana,** v. 7, n. 1, p. 62-73, 2015.
- JÚNIOR, J. C. F. LIMITES E POTENCIALIDADES DO PLANEJAMENTO URBANO Uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos: Rio Claro,** v. 2, n. 1, p. 15-28, 2004.
- KAUFFMANN, M. O.; DA SILVA, L. P. Taxa de impermeabilização do solo: um recurso para a implementação da bacia hidrográfica como unidade de planejamento urbano integrado à gestão dos recursos hídricos. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR,** v. 11, 2013.

- KEINERT, T. M. M.; KARRUZ, A. P.; KARRUZ, S. M. Sistemas locais de informação e a gestão pública da qualidade de vida nas cidades. **Terra Livre**, v. 1, n. 18, 2015.
- KRAN, F.; FERREIRA, F. P. M. Qualidade de vida na cidade de Palmas TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. **Ambiente & Sociedade,** v. 9, n. 2, 2006.
- LACERDA, N. O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** v. 15, n. 1, p. 77-93, 2013.
- LACERDA, N.; MARINHO, G.; BAHIA, C.; QUEIROZ, P.; PECCHIO, R. Planos diretores municipais: aspectos legais e conceituais. **Revista** brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 7, n. 1, p. 55-72, 2011.
- LAGES, P. D. M. D. Plano Diretor de Desenvolvimento Teritorial de Lages. LAGES, P. D. M. D. 2007.
- LOPES, A. R. S.; ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S. Uma análise histórica e ambiental do desplacamento da "pedra" do Morro da Mariquinha-Florianópolis (SC). **Revista Latino-Americana de História,** v. 2, n. 8, p. 115-125, 2013.
- MARANDOLA JR, E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População,** v. 22, n. 1, p. 29-53, 2013.
- MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. vn**, v. 12, p. 211-220, 2006.
- MARICATO, E. Metrópoles des governadas. **Estudos avançados,** v. 25, n. 71, p. 7, 2011.
- MATOS, R.; BRAGA, F. Urbanização no Brasil contemporâneo, população e a rede de localidades centrais em evolução. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 11, 2013.
- MAYR, A. A. D. A. Florianópolis: a construção de uma cidade carioca no sul do Brasil. **Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo,** v. 4, n. 2, p. 420-426, 2012.

MAZZEI, K. M.; COLESANTI, M. T. M.; DOS SANTOS, D. G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 1, 2007.

MAZZOLLI, M.; EHRHARDT-BROCARDO, N. C. M. Ocupação irregular em áreas de recarga do Aquífero Guarani e vegetação ripária em Lages -SC. **Geosul,** v. 28, n. 55, p. 164-180, 2013.

MINAYO, M. C. D. S.; HARTZ, Z. M. D. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciênc saúde coletiva,** v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MONTEIRO, S. R. D. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate,** v. 17, n. 2, p. 29-40, 2012.

MOREIRA, H. F. O Plano Diretor e as funções sociais da cidade. **Rio de Janeiro, CPRM**, 2008.

NAHAS, M. I. P.; DE AVELAR ESTEVES, O.; SIMÕES, R. F.; MARTINS, V. L. A. B.; GUERRA, L. P. Índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH): um instrumento intra-urbanístico de gestão da qualidade de vida. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR,** v. 7, 2013.

NAHAS, M. I. P.; PEREIRA, M. A. M.; ESTEVES, O. D. A.; GONÇALVES, É. Metodologia de construção do índice de qualidade de vida urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR). XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

NAMUR, M.; BOEIRA, J. G. Reflexões sobre o papel do Planejamento Urbano no Brasil. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR,** v. 11, 2013.

NILANDER, Rosivan Alves; MATHIS, Armin; DA SILVA, João Márcio Palheta. O uso do geoprocessamento na definição das unidades espaciais para o indice de qualidade de vida urbana do municipio de Barcarena—Pará. VII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Americano de Pós-Graduação—Universidade do Vale do Paraíba, 2004.

- PERES, R. B.; CHIQUITO, E. D. A. Ordenamento territorial, meio ambiente e desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, 2012.
- PINTO, V. C. Ocupação irregular do solo e infra-estrutura urbana: o caso da energia elétrica. 2007.
- PINTO, V. C. Ocupação irregular do solo urbano: o papel da legislação federal. **Jus Navigandi, Teresina, ano,** v. 10, 2012.
- RATTNER, H. Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. 2009.
- RIBEIRO, B. M. G.; MENDES, C. A. B. Índice de Qualidade Ambiental Urbano: uma proposta metodológica aplicada a áreas urbanas de ocupação irregular, 2012.
- ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** v. 11, n. 2, p. 31-50, 2011.
- ROLNIK, R. 10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo. 2013.
- ROLNIK, R.; PINHEIRO, O. M. Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. 2004.
- SANTORO, P. F. Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 169-187, 2014.
- SANTORO, P. F.; BONDUKI, N. O desafio do parcelamento do solo a partir do periurbano: a composição do preço da terra na mudança de uso do solo rural para urbano. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 13, 2013.
- SILVA, G. D. V. Avaliação de uma ocupação irregular em fase de regularização fundiária em Curitiba, utilizando indicadores da qualidade ambiental urbana-IQAU. 2013.
- SILVA, R. C. P. Qualidade de vida em Porto Velho, Rondônia: perspectivas do processo de desenvolvimento regional. 2013. 340 f. Tese (Doutorado) -

Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém. 2013. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropico Úmido.

SILVA, Camila Coelho; SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. HABITAÇÕES COLETIVAS PRECÁRIAS DE ALUGUEL NO BAIRRO VARADOURO (JOÃO PESSOA/PB) E SUAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 3, n. 20, 2015.

SOUZA, Izabel Cristina; MURTA, Soraia Monica Fonseca. POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS DESAFETADOS. **Revista da Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen**, v. 6, n. 6, 2015.

STEINBERGER, M. A (re) construção de mitos sobre a (in) sustentabilidade do (no) espaço urbano. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, n. 4, p. 9-32, 2011.

SUSNIENE, D.; JURKAUSKAS, A. The concepts of quality of life and happiness—correlation and differences. **Engineering Economics**, v. 63, n. 4, 2015.

TEIXEIRA, C. S.; DOS SANTOS, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. bras. educ. fís. esporte,** v. 26, n. 2, p. 241-50, 2012.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L.; RISCHBIETER, I. L. K.; LINDER, M. C.; VARGAS, D. B. O cavalo de Tróia e sua Barriga Verde: planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 120, p. 39-56, 2012.

VARJABEDIAN, R.; MECHI, A. As APPs de topo de morro e a lei 12.651/12. 2013.

VASSALO, V.; FIGUEIREDO, P. Sustentabilidade dos espaços urbanos. 4º Congresso Luso-brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável. 2010.

SILVA, Camila Coelho; SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. HABITAÇÕES COLETIVAS PRECÁRIAS DE ALUGUEL NO BAIRRO VARADOURO (JOÃO PESSOA/PB) E SUAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, $v.\,3,\,n.\,20,\,2015.$

MOURA, Jéssica Morais. O Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 3, p. 339-359, 2014.

APÊNDICES

Apêndice I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Se você concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Obrigado (a) pela atenção, compreensão e apoio.

					.,	
Eu,					reside	ente e
domiciliado,	portador	da	Carteira	de	Identidade,	RG
		nascid	lo (a) e	m	//	,
concordo de li	ivre e espont	ânea vo	ntade em p	particip	oar como volu	ntário
da pesquisa	"Qualidade	de vida	a urbana:	plane	ejamento urba	ano e
ocupação irre	gular do so	lo em	município	da S	Serra Catarine	nse".
Declaro que o	btive todas a	s inform	ações nec	cessári	as, bem como	todos

os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas, estando ciente que:

- 1. O estudo busca estudar como o planejamento urbano e a ocupação irregular do solo influenciam na qualidade da vida urbana.
- 2. A pesquisa é importante para a promoção e discussão da sustentabilidade do espaço urbano local, subsidiando decisões sobre a implementação e aplicação das políticas públicas, buscando minimizar os impactos sociais e ambientais verificados pela urbanização e garantindo qualidade de vida à população urbana.
- 3. Participarão da pesquisa todos os moradores do Bairro Santa Helena, residentes há pelo menos 6 meses, que se identificarem como o proprietário e/ou o responsável pela residência abordada. Para a determinação do número de participantes, levou-se em consideração o número de domicílios particulares no referido bairro que é de 2.925 residências, conforme dados obtidos pelo IBGE através do Censo 2010. A partir desta população, obteve-se a amostra experimental. Determinando-se que serão entrevistados moradores de 340 residências selecionadas por conveniência.
- 4. Para conseguir os resultados desejados, a pesquisa será realizada com aplicação do questionário Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) adaptado de Nahas (2006) a moradores de 340 residências do bairro, que habitem neste local há pelo menos 6 meses e que se identificarem como o proprietário e/ou o responsável pela residência abordada. Nesta pesquisa, o IQVU foi modificado e adaptado para as condições do local buscando conhecer três variáveis: habitação, acesso a bens e serviços e infraestrutura urbana. A variável habitação

qualifica as condições de habitabilidade das edificações; a variável bens e serviços contém questões relativas ao acesso e qualidade da saúde, educação, espaços de lazer e serviços urbanos e a variável infraestrutura urbana relaciona questões de limpeza urbana, saneamento básico, energia elétrica e transporte coletivo. O pesquisador fará a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes da pesquisa explicando os objetivos e a justificativa da pesquisa, a coleta de dados, a metodologia da pesquisa, e os riscos e benefícios a ela associados. Após estes esclarecimentos, o pesquisado optará em aceitar ou não participar da pesquisa. Caso haja aceite em contribuir com a pesquisa, o participante assinará o TCLE e o pesquisador prosseguirá com a entrevista através da aplicação do questionário. Cabe ressaltar que o pesquisado poderá a qualquer momento desistir de sua participação sem exposição a justificativas, conforme a Resolução Nº 466. A entrevista terá duração aproximada de 30 minutos, sendo que as perguntas serão lidas pelo entrevistador e anotadas conforme a resposta do entrevistado. Nas residências em que transcorridas quatro visitas, não for possível aplicar o questionário, a residência será excluída da amostra e outra residência será incluída através dos critérios preestabelecidos de sorteio.

5. Com relação aos possíveis riscos decorrentes da participação nesta pesquisa, segue a consonância com o Capítulo V da Resolução 466 e seus artigos, parágrafos e incisos, mantendo a observância na condução da coleta de informações conforme o artigo V.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer dano ou eminência de risco a

integridade física ou psicológica será provida à assistência imediata ao (s) participante(s) independente do momento da pesquisa ou mesmo posterior ao seu encerramento conforme artigos V.6 e V.7 da referida Resolução. Os riscos eminentes aos participantes desta pesquisa poderão ocorrer durante a aplicação do questionário. Os participantes da pesquisa podemapresentar algum tipo de desconforto emocional ao reportarem lembranças de situações desconfortáveis que ocorreram durante a execução de suas atividades pedagógicas, podendo manifestar sentimentos e emoções diversos, como, constrangimento, agressividade, angústia, decepção, empatia, frustração, isolamento, intriga e melancolia. Caso isso ocorra, os pesquisadores contam com o apoio do serviço escola da UNIPLAC para atender a qualquer eventualidade de ordem biológica ou emocional que decorra da realização da referida pesquisa, além do apoio e atenção prestados pelo pesquisador durante o processo. Em caso de necessidade, os pesquisadores farão agendamento para atendimento psicológico na Clínica Escola, seguindo as normas do Centro de Saúde da UNIPLAC. Em situações extremas excepcionais, o serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU) será acionado pelos pesquisadores.

6. A pesquisa é importante de ser realizada, pois os benefícios referem-se ao fato do entrevistado poder ampliar conhecimentos e/ou esclarecer eventuais dúvidas sobre as consequências da falta do planejamento urbano do local e da ocupação irregular do solo, tanto no aspecto legal quanto ambiental, bem como exigir a aplicação das

políticas públicas administrativas, visando à melhoria da qualidade de vida urbana da população.

- 7. Se houver algum problema ou necessidade, posso buscar assistência na instituição mantenedora da pesquisa UNIPLAC que possui instituição hospitalar que serve para atender qualquer problema de ordem biológica ou emocional.
- 8. Se, no transcorrer da pesquisa, eu tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar posso procurar o responsável pela pesquisa GRAZIELLE SCHEMES OLIVEIRA e/ou LENITA AGOSTINETTO no telefone (49) 9905 6995 e/ou (49) 9119 0772, ou no endereço Avenida Castelo Branco, 170, Bairro Universitário, Lages, SC, 88509-900.
- 8. Tenho a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causará nenhum prejuízo a minha saúde ou bemestar físico.
- 9. As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e; em caso de divulgação em publicações científicas, os meus dados pessoais não serão mencionados.
- 10. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa diretamente como pesquisador.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar (ou que meu dependente legal

participe) de	sta pesq	uisa e assino o presente doci	umento em duas vias
de igual teor	e forma,	, ficando uma em minha pos	sse.
Lages.	de		de .

APÊNDICE II

Questionário Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) adaptado de Nahas (2006).

DADOS SO CIO DEMO GRÁFICOS					
Rua:					
Identificação:	Idade:				
Q1. Estado Civil 1. Casado [] 2. Divorciado-separado [] 3. União Estável []	4. Viúvo [] 5. Solteiro [] 6. Outros:				
Q2. Sexo 1. Masculino [] Q3. Renda (considerar R\$ 880,00) 1. Até 1 salário mínimo [] 2. De 2 a 3 salários mínimos [] 3. De 3 a 5 salários mínimos []	2. Feminino [] 4. De 5 a 7 salários mínimos [] 5. Acima de 7 salários mínimos [] 00. Não respondeu []				
Q 4. Escolaridade 1. Não alfabet izado [] 2. Ensino Fundamental Incompleto [] 3. Ensino Fundamental Completo [] 4. Ensino Médio Incompleto [] 5. Ensino Médio Completo []	6. Ensino Superior Incompleto [] 7. Ensino Superior Completo [] 8. Pós Graduação Incompleto [] 9. Especialista [] 10. Mestrado [] 11. Doutorado [] 00. Não respondeu []				
VARIÁVEL 1: HA					
Q5. A sua residência é do tipo: 1. Casa própria [] 2. Casa alugada []	3. Habitação popular [] 00. Não respondeu []				
Q6. A sua residência é única no lote? 1. Sim [] 2. Não [] Q6a. Se não, quantas casas possuem? [] Q7b. As outras casas pertencentes ao mesmo lote, são de parentes? 1. Sim [] 2. Não [] Q7. Quantas pessoas vivem na sua residência? [] Q8. Qual o tamanho, em metros quadrados, da sua residência? [] Q9. Quantos cômodos têm a sua residência? [] Q10. Quantos dormitórios têm na sua residência? []					
Q 11. O banheiro da sua residência é dentro 1. Sim [] 2. Não [Q 11a. Se sim, quantos? [] Q 12. Qual nota de 0 a 10 o (a) senhor (a) at	de casa?				

VARIÁVEL 2: ACESSO A BENS E SERVIÇOS					
Sobre as condições de saúde de seu bairro					
Q13. O (a) senhor (a) utiliza a Unidade Básica de Saúde do seu bairro?					
1. Sim [] 2. Não					
	_				
Q 13a. Se não utiliza, qual o motivo?					
1. Não consegue acessar aos serviços [1				
2. Não vê necessidade da utilização dos s					
3. Utiliza a rede particular de atendiment					
99. Não se aplica []					
Q13b. Se sim, com que frequência o (a) senhor (a) utiliza a Unidade Básica de				
Saúde do seu bairro?	(4) 41				
1. Nunca []	3. Sempre []				
2. Ás vezes []	99. Não se aplica []				
Q13c. Como o (a) senhor (a) avalia o ate					
seu bairro (acesso às consultas, medicam					
odontológico)?	entos, atendimento medico, atendimento				
1. Péssimo []	4. Bom []				
2. Ruim []	5. Excelente []				
	99. Não se aplica []				
3. Regular []	99. Nao se aplica []				
Q13d . Como o (a) senhor (a) avalia as co Saúde do seu bairro (estrutura física, equi	ipamentos de saúde)?				
1. Péssimo []	4. Bom []				
2. Ruim []	5. Excelente []				
3. Regular []	99. Não se aplica []				
Q14. Com que frequência o Agente Com	unitário de Saúde visita a sua residência?				
1. Nunca []					
2. Às vezes []					
3. Sempre []					
Q14a. Como o (a) senhor (a) avalia o ate	endimento do Agente Comunitário de				
Saúde?	4.5				
1. Péssimo []	4. Bom []				
2. Ruim []	5. Excelente []				
3. Regular []					
Sobre as condições de o					
Q15. O(a) senhor (a) possui algum mem	bro familiar que utiliza escolas e/ou				
creches do bairro?					
1. Sim []	2.Não []				
Q15a. Se sim,					
1. Escola [] 2. Creche	e [] 3. Escola e creche				
Como o (a) senhor (a) avalia a qualidade	do ensino oferecida?				
Q15b. ESCOLA	Q15c.CRECHE				
1. Péssimo []	1. Péssimo []				
2. Ruim []	2. Ruim []				
3. Regular []	3. Regular []				
- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				

4. Bom []	4. Bor					
5. Excelente []		elente []				
Como o (a) senhor (a) av	valia as condições físicas	(estrutura, salas de au	ıla,			
jardins)?						
Q15d.ESCOLA	-	CRECHE				
1. Péssimo []		simo []				
2. Ruim []		m []				
3. Regular []		ular []				
4. Bom []		n []				
5. Excelente []		elente []				
Q16. O (a) senhor (a) já			irro?			
1. Sim []		Não []				
Q16a. Se sim, indique qu			00.17			
1. Creche []	2. F	Escola []	99. Não			
se aplica []						
Q16b. Quando precisou	de vaga (creche escola)	do seu bairro, o (a) se	enhor (a)			
teve acesso?	de vaga (creene, escola)	do seu banto, o (a) se	cilifor (a)			
1. Sim []	2 1	Vão []	99. Não			
se aplica []	2.1	140 [])).1 \a 0			
se aprica []						
Olfc Em caso negative	O16a Em assa nagativa sama a (a) sanhar (a) nuasaday?					
Q16c. Em caso negativo, como o (a) senhor (a) procedeu?						
	o, como o (a) sennor (a) p	rocedeu'?	1			
[]			
Sobre	os espaços de lazer	lo seu bairro	de lazer no			
[os espaços de lazer	lo seu bairro	de lazer no			
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro?	os espaços de lazer o ia o (a) senhor(a) utiliza	lo seu bairro	de lazer no			
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS	os espaços de lazer o ia o (a) senhor(a) utiliza	lo seu bairro os seguintes espaços				
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro?	os espaços de lazer e ia o (a) senhor (a) utiliza	lo seu bairro os seguintes espaços				
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS	os espaços de lazer e ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [do seu bairro os seguintes espaços 3. Sempre				
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca []	os espaços de lazer e ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [do seu bairro os seguintes espaços 3. Sempre	:[]			
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca [] 2. GINÁSIO ESPORTE	os espaços de lazer e ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [S 2. Ás vezes [do seu bairro os seguintes espaços 3. Sempre 3. Sempre	:[]			
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca [] 2. GINÁSIO ESPORTE 1. Nunca [] 3. QUADRA ESPORTE	os espaços de lazer e ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [S 2. Ás vezes [do seu bairro os seguintes espaços 3. Sempre 3. Sempre	:[]			
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca [] 2. GINÁSIO ESPORTE 1. Nunca [] 3. QUADRA ESPORTE	os espaços de lazer e ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [S 2. Ás vezes [do seu bairro os seguintes espaços 3. Sempre 3. Sempre	:[]			
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca [] 2. GINÁSIO ESPORTE 1. Nunca [] 3. QUADRA ESPORTE	os espaços de lazer e ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [do seu bairro os seguintes espaços 3. Sempre 3. Sempre	:[]			
Sobre Q 17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca [] 2. GINÁSIO ESPORTE 1. Nunca [] 3. QUADRA ESPORTE 1. Nunca [] Q 17a. Em relação aos econdições físicas e a qua	os espaços de lazer o ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [do seu bairro os seguintes espaços 3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre senhor (a) utiliza, con	:[]			
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca [] 2. GINÁSIO ESPORTE 1. Nunca [] 3. QUADRA ESPORTE 1. Nunca [] Q17a. Em relação aos econdições físicas e a qua	os espaços de lazer o ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [do seu bairro os seguintes espaços 3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre senhor (a) utiliza, cor 3. QUADRA	[] mo avalia as			
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca [] 2. GINÁSIO ESPORTE 1. Nunca [] 3. QUADRA ESPORTE 1. Nunca [] Q17a. Em relação aos es condições físicas e a qua 1. ACADEMIA 1. Péssimo []	os espaços de lazer o ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [do seu bairro os seguintes espaços] 3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre senhor (a) utiliza, coi 3. QUADRA 1. Péssimo []	[] mo avalia as			
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca [] 2. GINÁSIO ESPORTE 1. Nunca [] 3. QUADRA ESPORTE 1. Nunca [] Q17a. Em relação aos econdições físicas e a qua 1. ACADEMIA 1. Péssimo [] 2. Ruim []	os espaços de lazer o ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [do seu bairro os seguintes espaços] 3. Sempre 3. Sempre senhor (a) utiliza, con 3. QUADRA 1. Péssimo [] 2. Ruim []	[] mo avalia as			
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca [] 2. GINÁSIO ESPORTE 1. Nunca [] 3. QUADRA ESPORTE 1. Nunca [] Q17a. Em relação aos econdições físicas e a qua 1. ACADEMIA 1. Péssimo [] 2. Ruim [] 3. Regular []	os espaços de lazer o ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre 3. QUADRA 1. Péssimo [] 2. Ruim [] 3. Regular []	[] mo avalia as			
Sobre Sobre Q 17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca [] 2. GINÁSIO ESPORTE 1. Nunca [] 3. QUADRA ESPORTE 1. Nunca [] Q 17a. Em relação aos econdições físicas e a qua 1. ACADEMIA 1. Péssimo [] 2. Ruim [] 3. Regular [] 4. Bom []	os espaços de lazer o ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre 3. QUADRA 1. Péssimo [] 2. Ruim [] 3. Regular [] 4. Bom []	: [] : [] mo avalia as			
Sobre Q17. Com que frequênc seu bairro? 1. ACADEMIA GINÁS 1. Nunca [] 2. GINÁSIO ESPORTE 1. Nunca [] 3. QUADRA ESPORTE 1. Nunca [] Q17a. Em relação aos econdições físicas e a qua 1. ACADEMIA 1. Péssimo [] 2. Ruim [] 3. Regular []	os espaços de lazer o ia o (a) senhor (a) utiliza TICA 2. Ás vezes [3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre 3. Sempre 3. QUADRA 1. Péssimo [] 2. Ruim [] 3. Regular []	: [] : [] mo avalia as			

Q17b. Em relação aos espaços de lazer que o (a) senhor (a) utiliza como avalia as					
condições de acesso (locomoção, distância) a estes locais?					
1. ACADEMIA	2. GINASIO	3. QUADRA			
	ESPORTES	~			
1. Péssimo []	1. Péssimo []	1. Péssimo []			
2. Ruim []	2. Ruim []	2. Ruim []			
3. Regular []	3. Regular []	3. Regular []			
4. Bom []	4. Bom []	4. Bom []			
5. Excelente []	5. Excelente []	5. Excelente []			
99. Não se aplica []	99. Não se aplica []	99. Não se aplica []			
	e falta de outros espaços de l	azer além dos acima			
mencionados?					
1. Sim []	2.Não []			
Q18a. Se sim, indique abai	ix o quais:				
Espaços de lazer para cr		3. Praças []			
2. Parques para caminhada		4. Outros			
	lo []	4. Out103			
	s serviços urbanos de se				
	enhor (a) costuma realizar as	suas transações financeiras			
(pagamentos, recebimento	s e outros)?				
 No próprio bairro 	2. No centro []	2 E			
[]		3. Em outros locais []			
Q20. Os serviços dos Corr	eios atendem a sua residênc	ia?			
1. Sim []	2.Não [_]			
O 20a Sanão onde as cor	respondências são deixadas)			
1. Vizinho []	respondencias são deixadas	•			
2. Dananta []					
2. Parente []	1				
3. Outros [
O 20h. Se sim. como o (a)	senhor(a) avalia os serviços	s dos Correios em seu			
bairro?	semior (a) a varia os ser viços	, dos correros em seu			
1. Péssimo []	1 B	om []			
2. Ruim []		xcelente[]			
3. Regular []	3. E	xcelente[]			
	T 2. INDED A EXCEPTION OF	TIDD ANIA			
VARIÁVEL 3: INFRAESTRUTURA URBANA					
Sobre as condições de limpeza urbana Q21. Quantas vezes por semana é realizada a coleta de lixo em sua residência?					
	emana e realizada a coleta de	lixo em sua residencia?			
	que é realizada a coleta de	lixo é suficiente?			
1. Sim []	2. Não [.]			
Q23. Após a coleta fica re-	stos no local onde o lixo for	depositado?			
1. Sim []	2. Não [.]			
Q24. O caminhão de lixo s	sempre realiza a coleta no di	a programado?			
1. Sim []	2. Não []			
	n terrenos baldios, áreas púb	licas e beira de córrego			

	2. Não []
Q26 . Qual nota de 0 a 10 o (a) senhor (a) a []	
Q 27. Com que frequência é realizada a var	rrição e/ou capina das ruas do seu
bairro?	2.0
1. Nunca [] 2. Às vezes [] 3. Sempre []
Q 28 . Qual nota de 0 a 10 o (a) senhor (a) a []	atribui a varrição das ruas no seu bairro?
Q 29 . Qual nota de 0 a 10 o (a) senhor (a) a []	ntribui a capina das ruas do seu bairro?
Sobre as condições de sanean	nento básico de seu bairro
Q30. Na sua residência existe sistema de tr	
sumidouro)?	
	2. Não []
Q31. Há mau cheiro de esgoto na sua casa	
1. Sim []	2. Não []
Q31a. Se sim, com que frequência?	
1. As vezes []	2. Sempre []
Q32. Existe na sua rua rede de esgoto a cér	
1. Sim []	2. Não []
Q33. Quando chove, entra água na sua casa	a?
	2. Não []
Q34. Quando chove, dá para andar a pé na	,
	2. Não []
Q35. Quando chove, existe local sujeito a	
	2. Não []
Q36. Sua casa está ligada à rede pública de	
1. Sim []	2. Não []
Q36a. Se sim, qual nota de 0 a 10 o (a) ser	nhor(a) atribui a este serviço?
Sobre as condições de energ	rio alátrica da san bairra
Q37. Sua casa está ligada à rede pública de	e abastecimento de energia elétrica?
	2. Não []
Q37a. Se sim, qual nota de 0 a 10 o (a) ser	
Q38. A iluminação pública abrange todas	as casas da sua rua?
	2. Não []
Q39. Qual nota de 0 a 10 o (a) senhor (a) a	atribui ao serviço de iluminação pública
no seu bairro? []	
Sobre as condições de transpo	
Q40. O (a) senhor (a) utilizatran sporte co	oletivo?

1. Sim []	2. Não []	
Q41a. Se sim, com qual freq	uência?	
1. Ás vezes []		2. Sempre []
Q42. O (a) senhor (a) está sa	tisfeito (a) com	o intervalo de tempo de circulação de
ônibus em seu bairro?		
1. Sim []	2. Não []	
Q43 . Qual nota de 0 a 10 o (a) senhor(a) at	ribui ao conforto e qualidade dos
ônibus de transporte coletivo	do seu bairro?	[]

ANEXOS

ANEXO I
Imagem aerofotogramétrica do Bairro Santa Helena, Lages, SC



ANEXO II

Recorte do Anexo IV-B do Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Lages, SC



ANEXO III

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Qualidade de vida urbana: planejamento urbano e ocupação irregular do solo em

município da Serra Catarinense.

Pesquisador: Lenita Agostinetto

Área Temática: Versão: 1

CAAE: 55737916.6.0000.5368

Instituição Proponente: Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.530.595

Apresentação do Projeto:

Qualidade de vida urbana: planejamento urbano e ocupação irregular do solo em município da Serra

Catarinense.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa envolve estudos relativos à ocupação do espaço urbano e a qualidade de vida.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos foram bem avaliados, e os benefícios bem explicitados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para subsidiar políticas públicas de ordenamento e cuidados com a ocupação dos espaços urbanos e a organização habitacional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados de acordo com as exigências mínimas.

Recomendações:

Recomendo que os resultados da pesquisa sejam apresentados em reunião da associação de moradores do bairro.

Enderego: Av. Castelo Branco, 170 - Bloco I - Sala 1226

Bairro: Universitário CEP: 88.509-900

UF: 8C Municipio: LAGES

Telefone: (49)3251-1086 E-mail: cep@uniplaclages.edu.br

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC



Continuação do Parecer: 1.530.595

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Os documentos foram apresentados de acordo com as exigências mínimas.

Considerações Finais a critério do CEP:

O desenvolvimento da pesquisa, deve seguir os fundamentos, metodologia e preposições, do modo em que foram apresentados e avaliados por este CEP, qualquer alteração, deve ser imediatamente informada ao CEP-UNIPLAC, acompanhada de justificativa.

O pesquisador deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme descrito na Resolução nº 466/2012.

- Desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) Elaborar e anexar na Plataforma Brasil os relatórios parcial e final;
- c) Apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento:
- d) Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;
- e) Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e
- f) Justificar fundamentalmente, perante o CEP ou a CONEP. Interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_699365.pdf	03/05/2016 23:03:27		Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	03/05/2016 23:02:58	Lenita Agostinetto	Aceito
Outros	Questionario.docx	03/05/2016 14:46:50	Lenita Agostinetto	Aceito
Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/05/2016 14:46:23	Lenita Agostinetto	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoGrazi.docx	03/05/2016 14:46:04	Lenita Agostinetto	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	03/05/2016 14:45:37	Lenita Agostinetto	Aceito

Enderego: Av. Castelo Branco, 170 - Bioco I - Sala 1226

Bairro: Universitário UF: SC Municipio: LAGES CEP: 88.509-900

Telefone: (49)3251-1086 E-mail: cep@uniplaclages.edu.br

Página 02 de 03

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC

Continuação do Parecer: 1.530.595

Cronograma	CRONOGRAMA.docx	03/05/2016 14:45:14	Lenita Agostinetto	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoPesquisador.jpg	03/05/2016 14:29:50	Lenita Agostinetto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LAGES, 04 de Maio de 2016

Assinado por: Odila Maria Waldrich (Coordenador)

Enderego: Av. Castelo Branco, 170 - Bioco I - Sala 1226
Balirro: Universitàrio CEP: 88.509-900
UF: 3C Municipio: LAGES

Telefone: (49)3251-1086

E-mail: cep@uniplaclages.edu.br